



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FABIANA FERNANDA STEIGENBERGER

**A SUBJETIVIDADE DISPERSA NO DISCURSO SINDICAL
DA CUT**

Londrina
2007

FABIANA FERNANDA STEIGENBERGER

**A SUBJETIVIDADE DISPERSA NO DISCURSO SINDICAL
DA CUT**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação, em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Fernandes

Londrina
2007

FABIANA FERNANDA STEIGENBERGER

**A SUBJETIVIDADE DISPERSA NO DISCURSO SINDICAL
DA CUT**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Carlos Fernandes
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Luiz Carlos Migliozi
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Dra. Vanice Sargentini
Universidade Federal de São Carlos

Londrina, 18 de abril de 2007.



Pedro Martinelli,
1º de Maio de 1971.

SER MÃE

Ser mãe é desdobrar fibra por fibra
o coração! Ser mãe é ter no alheio
lábio que suga, o pedestal do seio,
onde a vida, onde o amor, cantando, vibra.

Ser mãe é ser um anjo que se libra
sobre um berço dormindo! É ser anseio,
É ser temeridade, é ser receio,
É ser força que os males equilibra!

Todo o bem que a mãe goza é bem do filho,
Espelho em que se mira afortunada,
Luz que lhe põe nos olhos novo brilho!

Ser mãe é andar chorando num sorriso!
Ser mãe é ter um mundo e não ter nada!
Ser mãe é padecer num paraíso!
(Coelho Neto)

Pelo “muito” que o poeta procurou expressar
nestes versos é que dedico este trabalho a você **Mãe**.
Pessoa que eu tanto admiro, meu exemplo de vida.
Sempre me encheu de amor e, com sabedoria,
entende o que é ser mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Luiz Carlos Fernandes, pela orientação prestativa, crítica, e dedicada proporcionando segurança e confiabilidade para a realização desta pesquisa.

À minha mãe, companheira fiel, sempre dedicada e atenciosa, me ajudando a concretizar mais esta etapa.

Ao meu namorado Marcos, pelo companheirismo, atenção e dedicação indispensáveis neste momento.

À querida amiga Keity, pela sintonia de idéias e ideais e pelo compartilhamento das alegrias e dificuldades que tornaram o percurso deste trabalho menos solitário.

À amiga Giovana, pelas conversas necessárias a conclusão deste trabalho e por dividir alegrias e momentos de grande angústia.

Ao meu irmão André, por compreender minhas ausências e pelo enorme carinho.

À minha amiga Aldecir, pelo grande apoio e empenho em um dos momentos que mais precisei.

À Edna, por sempre me receber com “aquele sorriso tranquilizador” e compreender a necessidade de minhas ausências.

Ao Centro de Documentação e Memória Sindical (CEDOC), pela colaboração com a coleta do corpus e pelas informações indispensáveis.

Aos professores do programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem, pelo aprendizado adquirido.

A Deus, por me conceder a vida.

STEIGENBERGER, Fabiana Fernanda. **A subjetividade dispersa no discurso sindical da CUT**. 2007. 219f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

RESUMO

No gênero discursivo trabalhista-sindical explicita-se uma função social, pré-determinada enunciativamente por meio da relação patrão-empregado. A intensidade da circulação do discurso sindical e sua abrangência no contexto social brasileiro nas últimas décadas justificam nosso interesse pelo estudo dessa modalidade discursiva. Pretendemos analisar a origem e os desdobramentos das mudanças ocorridas nesse discurso. Para isso, retomamos aspectos globais e consolidados de sua condição de produção, marcada tradicionalmente por enfrentamentos e pela polêmica com a voz do poder e da autoridade representada pela instituição patronal e governamental. Levantamos, então, a hipótese de que uma das possíveis conseqüências da alteração no cenário enunciativo sindical poderia ser a mobilização de sentidos que se aproximam daqueles que ocorrem na formação discursiva do peleguismo. “Pelego”, é um termo definido por Silva (1986), como aquele “...acusado de atender os interesses dos patrões ou dos funcionários do Ministério do Trabalho e, por conseqüência, de conter a insatisfação dos trabalhadores sob sua direção.” Sendo assim, tal sindicalista encontra-se comprometido com a política oficial de harmonização entre capital e trabalho, geralmente como meio de tirar proveito pessoal do cargo de representação. A presente pesquisa fundamenta-se na perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa, e seu *corpus* de análise é constituído de periódicos editados por uma das principais entidades sindicais do país: a *Central Única dos Trabalhadores*. Selecionamos matérias jornalísticas publicadas durante os anos de 2002, 2003 e 2004 no Jornal *CUT/São Paulo*. Ao considerarmos tal quadro enunciativo e a forma pela qual elementos produzidos no exterior da formação discursiva sindical são incorporados, reconfigurados, denegados ou ignorados, nos textos em estudo, observamos uma discordância entre as vozes do representante (sindicalista) e do representado (trabalhador), possível marca, nessa formação discursiva, de uma ideologia atrelada ao peleguismo.

Palavras-chave: Discurso trabalhista-sindical. Peleguismo. Heterogeneidade.

STEIGENBERGER, Fabiana Fernanda. **A subjetividade dispersa no discurso sindical da CUT**. 2007. 219f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ABSTRACT

The labour union discursive gender reveals a social function, pre-determined enunciatively through the relationship between employer and employee. The intensity of the circulation of the union discourse and its inclusion in the Brazilian social context in the last decades justify our interest in the study of this discursive modality. We intend to analyze the origin and unfoldings of the changes happened in this discursive field. For that, we considered global and consolidated aspects of its production conditions, marked traditionally by collisions and controversy with voice of the power and of the authority represented by employers and government institution. We raise the hypothesis in which one of the possible consequences of the alteration in the union enunciative scenery more recently, could be the mobilization of senses that approach those that occur in the flattery discursive formation. "Flattery", is defined by Silva (1986), as the one "...accused of assisting the interests of the employers or employees of Labor Secretary and, in consequence, containing the dissatisfaction of the workers ". Therefore, such syndicalist is committed with official politics of harmonization between capital and work, usually as means of taking advantage of the position. This research is based on the theoretical perspective of the French Discourse Analysis, and its corpus analysis is constituted by newspapers edited by some of the main syndical entities of the country: Labour Central Union. We selected articles published during 2002, 2003 and 2004 in CUT/SP newspapers. Considering this enunciative scenery, and the way by which elements produced in the exterior of the syndical discursive formation are incorporated, rearranged, refused or ignored, in the textual corpus study, a disagreement is noticed between the representative's voices (syndicalist) and the represented (worker), as mark that can aim at, in that discursive formation, a position harnessed to flattery.

Keywords: Discourse labor union. Flattery. Heterogeneity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AD** – Análise do Discurso de linha francesa
- ANAMPOS** – Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical
- CAT** – Central Autônoma dos Trabalhadores
- CEDOC** – Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT
- CGT** – Confederação Geral dos Trabalhadores
- CLT** – Consolidação das Leis Trabalhistas
- CONCLAT** – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
- CPMF** – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- E1** – Enunciador 1
- E2** – Enunciador 2
- ENOS** – Encontro das Oposições Sindicais
- ENTOES** – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
- FD** – Formação Discursiva
- FEBEM** – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FS** – Força Sindical
- GM** – General Motors
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LRF** – Lei de Responsabilidade Fiscal
- MR-8** – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PC do B** – Partido Comunista do Brasil
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- SDS** – Social Democracia Sindical
- US** – Unidade Sindical
- 1º CONCLAT** – 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	19
2 A ANÁLISE DO DISCURSO E SEU DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO	20
CAPÍTULO 2	27
3 CONTEXTO HISTÓRICO: VARGAS E O PELEGUISMO	28
3.1 A ESTRUTURA SINDICAL NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS	28
3.2 PELEGUISMO	31
3.3 CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES:ORIGENS	37
CAPÍTULO 3	40
4 O GÊNERO DISCURSIVO TRABALHISTA- SINDICAL	41
4.1 INTERDISCURSO E ALTERIDADE NO DISCURSO DO TRABALHO.....	41
4.2 A MODALIDADE DISCURSIVA MIDIÁTICA E O GÊNERO REPORTAGEM JORNALÍSTICA	44
4.3 TRABALHISMO SINDICAL: A CONSTITUIÇÃO COMO PRÁTICA DISCURSIVA	46
CAPÍTULO 4	55
5 ALTERIDADE DISCURSIVA DA CUT E CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE	56
5.1 A IDENTIDADE DISCURSIVA DA CUT	62
5.2 O <i>ETHOS</i> INSTITUCIONAL	69
5.3 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA TRABALHISTA NO IMAGINÁRIO SOCIAL	78
CAPÍTULO 5	89
6 AS ELEIÇÕES DE 2002 E O DISCURSO SINDICAL: INFLUÊNCIAS E MUDANÇAS NAS PRÁTICAS LINGUAGEIRAS	90

CAPÍTULO 6	105
7 O DISCURSO TRABALHISTA-SINDICAL E A IDEOLOGIA DO PELEGUISMO: AFINIDADES	106
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS	132
ANEXO A – Reportagens publicadas no Jornal CUT/SP no ano de 2002	133
ANEXO B – Reportagens publicadas no Jornal CUT/SP no ano de 2003	192
ANEXO C – Reportagens publicadas no Jornal CUT/SP no ano de 2004	207

1 INTRODUÇÃO

A difusão da sociedade capitalista, na segunda metade do século passado, consolidou a força do sindicalismo nas mais diferentes regiões do planeta. Em meados do século XVIII, concomitante à expansão do capitalismo, acentua-se a definição de duas classes sociais distintas: a capitalista e a proletária. A primeira, é considerada detentora dos meios de produção, enquanto que a segunda, proprietária da força de trabalho. Conforme sabemos, a força de trabalho também passou a constituir propriedade capitalista, uma vez que, o trabalhador recebe salários irrisórios, submetendo-se a um padrão de vida que nem sempre é considerado o ideal.

A camada assalariada, apesar da situação precária em que sobreviveu por muito tempo, sem reagir abertamente à manipulação da classe capitalista, sempre contou com um fator que lhe favorecia: constitui parcela considerável da população, apresentando-se em proporção muito mais expressiva quando comparada à quantidade de proprietários de fábricas, terras e bens de produção. Foi num quadro como esse, por meio da união dos trabalhadores, que tiveram origem as entidades sindicais – associações criadas pelos operários para lutar contra a opressão e o domínio do capital, com o propósito de evitar ou, ao menos, amenizar os efeitos da exploração no processo de venda e arrendamento da sua força de trabalho. Sendo assim, têm o perfil de instituições responsáveis pela defesa dos interesses do trabalhador, que lutam por sua emancipação econômica, social e política. Enfim, seu objetivo explícito é buscar a melhoria das condições de vida no interior do próprio capitalismo.

Comparado com o que tem sido ao longo do tempo, atualmente o panorama social da atividade sindical não apresenta grande diferença: pela natureza de sua atividade, os empresários continuam se empenhando em aumentar seus lucros, a mais valia, para o que se esforçam por reduzir salários e aumentar as horas de trabalho. Os assalariados, por sua vez, insistem em buscar algum tipo de elevação de sua renda e na diminuição das horas em atividade. Esse antagonismo, um dos principais eixos da dinâmica da luta de classes, desencadeia reivindicações e compõe-se como uma das principais tarefas do sindicato no trabalhismo: a de promover o diálogo entre patrões e empregados. Trata-se de um fazer conciliador

que está em permanente construção no campo discursivo do gênero trabalhista sindical.

Observamos uma intensa circulação dessa modalidade de discurso e sua enorme disseminação no contexto da sociedade brasileira. Daí ter se tornado aspecto tão importante, na conjuntura sócio-histórica em que vivemos, o desvelamento das estratégias enunciativas do discurso sindical, particularmente no que traz de contribuição para a explicitação do que se passa nas diversas áreas do conhecimento humanístico. A sua prática discursiva associa-se a um estatuto plenamente ideológico, onde sobressai a diferença de classes e depende de condições de produção estreitamente ligadas ao cenário político e social.

Partindo, portanto, do modo de funcionamento dos sindicatos como pressuposto básico para nosso trabalho, pretendemos expor o olhar-leitor à opacidade da linguagem, procurando revelar como se processa a manipulação discursiva na mídia sindicalista. Será necessário para isso avaliarmos o papel histórico que os sindicatos têm desempenhado segundo as expectativas projetadas no contexto do embate de forças sociais. Foram tais os aspectos que fizeram surgir nosso interesse por desenvolver uma pesquisa como esta.

Consideramos o discurso trabalhista-sindical como o conjunto dos textos produzidos por representantes sindicais ou enunciadores associados aos mesmos e, também, a existência de um sistema que possibilita produzi-lo. Sabemos que essa modalidade compõe-se, enunciativamente, em torno da relação patrão-empregado. Desse seu aspecto, decorre a constituição do espaço discursivo que o presente estudo se propõe a descrever. Trata-se de um espaço que contempla formações discursivas referentes às instituições patronal e governamental, confrontadas por incessante e tradicional concorrência. Portanto, apresenta-se aqui um gênero discursivo que, embora seja sempre determinado pelo Outro (patrões/governo), ao mesmo tempo impõe-se como condição para a existência do discurso do que detém o poder institucional. Assim sendo, poderemos delimitar as vozes com as quais mantém relação polêmica, para evidenciar a heterogeneidade de que está constituído.

Nessa perspectiva, estamos diante de um discurso cuja variedade de vozes constituintes não se restringe à condição de simulacro: o princípio da alteridade que as determina, formulado no embate entre patrão e empregado, deixa claro o modo como as formações discursivas se interpenetram e concorrem para sua

efetividade como discurso. Para podermos reconstituir, de fato, o perfil do Outro no mesmo do discurso sindical, foi necessário, por isso, aprofundar a análise, buscando identificar também a presença de outras vozes além das que são reconhecidas na superfície textual: por exemplo, as que estão arraigadas no discurso e validadas no intradiscurso. E que apontam no espaço discursivo para a adesão inconfessada do discurso sindical à formação discursiva patronal e governamental. São vozes que, embora silenciadas, ressoam insistentemente e podem mobilizar outros posicionamentos da modalidade trabalhista-sindical, numa forma de discurso cuja originalidade é apenas aparente. A propósito disso, é importante lembrarmos Maingueneau, para quem o Outro “seria, então, de alguma forma, o interdito de um discurso” ou ainda, “...o dizível insuportável sobre cujo interdito se constitui o discurso” (2005a, p.39 - 40).

Portanto, temos, como propósito de análise, não apenas definir o Outro do discurso, mas também identificar momentos de inter-relação com esse Outro, ou seja, o que concorre para sua incorporação na formação discursiva sindical. O Outro, uma vez incorporado a essa modalidade, mobiliza sentidos que se afastam de sua função primeira – a de defender os trabalhadores – os quais, conseqüentemente, aproximam-se da formação discursiva do peleguismo.

A propósito disso, acrescentaremos, neste parágrafo, um breve comentário que talvez seja útil para contextualizar o leitor à presente exposição. O sindicato, enquanto organização que não se limita unicamente à realização de assembléias, mas norteia-se por um posicionamento político-ideológico, um perfil de caráter, posturas e funções que lhe são tradicionalmente peculiares, costuma dispor, ainda, de representantes (presidentes, secretários, tesoureiros, diretores, assessores, entre outros) escolhidos por seus pares para geri-lo de forma coerente em relação a seus objetivos estatutários. O presidente sindical é uma figura de destaque, que deve tratar de igual para igual o capitalista e tem o atributo de lutar em defesa dos interesses dos grupos de trabalhadores. Embora em geral seja proveniente da própria classe que representa, muitas vezes, após um período ocupando a posição de “representante”, pode adquirir um padrão de vida mais elevado, que, mesmo que indiretamente, acaba por influenciar em seus modos de pensar e de agir como cidadão comum. À medida em que se dedica longamente às questões sindicais, envolvendo-se seguidamente e de forma intensa nas negociações com os patrões, passa a adotar um modo de vida que corrobora para

amenizar, no dirigente sindical, a sua origem proletária, o que faz com que, social e economicamente, já não possa mais ser visto como um simples trabalhador. Aprendeu a conhecer a visão do capitalista, a se preocupar com os interesses da indústria. E, assim, a partir de tais influências, procura agir como “mediador” entre capitalista e trabalhadores, na tentativa de “agradar” ambos os lados. Nesse sentido, principalmente aqueles sindicalistas que, depois de terem permanecido como representantes dos trabalhadores por várias gestões e que, se familiarizaram com as atribuições de tal cargo, além de manterem intimidade com a classe patronal, tornam-se elementos indispensáveis à sociedade capitalista ao desempenhar abertamente a função de controle dos conflitos de classes, além de, mais especificamente, zelar pela pacificação entre patrões e empregados.

Outro fator agravante dessa situação, na estrutura sindical brasileira, herdada da era Vargas, é seu cunho corporativista. Os sindicatos estão alicerçados numa legislação oficialista, distinguindo-se como entidades burocratizadas que usufruem vantagens inerentes à sua existência jurídica, dentre as quais se salienta o respaldo para a arrecadação de fundos através das taxas sindicais compulsórias. Isso desencadeia certa dependência frente ao Estado e colabora para o sindicalista atuar, muitas vezes, em conivência com as práticas administrativas governistas. Suas ações são, geralmente, permeadas por uma passividade completa ou, quando muito, por reivindicações moderadas, que não representam avanços significativos em defesa dos reais interesses da classe trabalhadora.

É neste cenário que ganham sentido as ações peleguistas, enquanto prática que faz surgir líderes sindicais que se comportam como “pelegos”, que tomam para si a responsabilidade de conter a insatisfação dos trabalhadores. Pelo que se pode compreender com isso, a partir da perspectiva discursiva, ressalta-se uma descaracterização da função social das práticas inerentes ao gênero em estudo, visto que se evidencia uma discordância entre as vozes do representante (sindicalista) e a do representado (trabalhador). É a partir dessa maneira de conceber a relação do discurso aqui analisado com seu Outro que pretendemos desenvolver este trabalho de dissertação.

A seguir, apresentamos os principais objetivos a serem perseguidos nesta pesquisa:

a) Objetivo Geral:

Analisar, segundo a perspectiva semântico-discursiva, como o discurso sindical, em nossos dias, tem contribuído para o surgimento de uma nova versão do fazer enunciativo pelego, tendo em vista as mudanças profundas na política, na economia e na cultura, decorrentes das alterações no quadro histórico mais recente de nossa sociedade.

b) Objetivos Específicos:

- Averiguar, nos textos a ser analisados, de que modo se explicita a discordância fundamental nas vozes do representante (sindicalista) e dos representados (trabalhadores).

- Observar possíveis alterações, diacrônica e sincronicamente, nas práticas languageiras do discurso de uma dessas entidades (a *CUT*), em decorrência das mudanças ocorridas após as eleições presidenciais do ano de 2002.

- Descrever estratégias discursivas de incorporação do discurso Outro à formação discursiva sindical, desencadeadoras de sentidos próximos ou de caráter especificamente peleguistas;

O primeiro objetivo deste estudo corresponde ao desenvolvimento dos capítulos terceiro, “O gênero discursivo trabalhista sindical”, e quarto, “Alteridade discursiva da *CUT* e constituição de uma identidade”. O segundo objetivo poderá ser observado no quinto capítulo, intitulado “As eleições de 2002 e o discurso sindical: influências e mudanças nas práticas languageiras”. E, por fim, o terceiro objetivo será o propósito do capítulo sexto, “O discurso trabalhista-sindical e a ideologia do peleguismo: afinidades”.

Fundamentamos este estudo na perspectiva teórica da Análise do Discurso francesa e partimos do pressuposto que todo discurso constitui-se em relação a outro discurso, sendo possível assim, problematizar a diversidade de lugares enunciativos em que se coloca o enunciador ao construir sua identidade. Esses lugares são desvelados pela natureza heterogênea da linguagem, o que nos leva a interpelar as teorias de Authier-Revuz, contemplando o heterogêneo como princípio para a percepção dos modos como as formações discursivas se interpenetram. Recorreremos também, a Maingueneau, para reconstituir a cenografia enunciativa da modalidade trabalhista sindical e para analisarmos o espaço interdiscursivo.

O levantamento, a coleta e a seleção de dados ocorreram por meio de visitas ao Centro de Documentação e Memória Sindical da *CUT* (*CEDOC*). O mesmo está localizado em São Paulo, na própria sede desse sindicato, no Bairro do Brás. O *CEDOC*, criado em 1999, está ligado hierarquicamente à Secretaria Geral da Central Única dos Trabalhadores (*CUT*), prestando serviços a todos os seus órgãos e ao público interessado em pesquisar a trajetória da classe trabalhadora brasileira. Essas visitas, graças às quais se constituiu o *corpus* para análise nesta pesquisa, ocorreram nos meses de abril e maio de 2006, ocasião em que pudemos ter contato com um acervo composto de importante documentação relacionada ao movimento operário e rural do sindicalismo brasileiro, particularmente no que concerne à *CUT*.

Para a delimitação do *corpus* a ser trabalhado, selecionamos exemplares do periódico intitulado *Jornal CUT/São Paulo*, editados pelo referido sindicato durante os anos de 2002, 2003 e 2004. Não foi possível coletar uma edição de cada um dos meses desses anos, visto que essas publicações não apresentam periodicidade mensal; além disso, algumas edições se perderam e, por isso, o *CEDOC* não tem todos os exemplares em seu acervo. Em decorrência disso, utilizamos apenas os que ainda se encontram no acervo, ficando assim constituído o *corpus*:

Ano de 2002 – meses: fevereiro, abril, maio, julho, setembro, outubro, dezembro.

Ano de 2003 – meses: fevereiro, julho, dezembro.

Ano de 2004 – meses: fevereiro, março, agosto

Acreditamos que, em decorrência dessa delimitação, será perfeitamente possível alcançarmos o objetivo aqui proposto, uma vez que conseguimos reconstituir um espaço discursivo no qual se projeta a formação discursiva do discurso sindical cutista. O período demarcado diz respeito a um momento de transição no quadro da política brasileira: o ano de 2002, último do governo de Fernando Henrique Cardoso. Já o ano de 2003 compreende a eleição de um ex-operário, Luiz Inácio Lula da Silva, como novo presidente da República, resultado do grande apoio que recebeu da central sindical cutista. Este é, portanto, também um estudo de natureza bibliográfica, que procura ser instigante, dialógico, permeado por um esforço de desconstrução do discurso em foco, cujos constituintes

buscamos relacionar ao contexto global de um espaço interdiscursivo sócio-historicamente bem marcado.

A escolha do discurso da *Central Única dos Trabalhadores (CUT)* para integrar o *corpus* desta pesquisa não ocorreu de forma aleatória. Realizamos um levantamento estatístico para detectarmos qual central sindical no Brasil apresentava o maior número de trabalhadores filiados. Verificamos, segundo dados do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*, que a *CUT* tem grande e tradicional representatividade junto aos trabalhadores a nível nacional, conforme destacamos a seguir:

E ainda, desse total de associados a sindicatos filiados às centrais sindicais, 37% são ligados à *CUT*, 9% à *FS* e os 6% restantes às demais centrais. Conforme os dados da Pesquisa Sindical 2001, a Central Única de Trabalhadores (*CUT*) representa 66% dos sindicatos filiados às centrais (contra 74% em 1991), seguida pela Força Sindical (*FS*), que filia 19% dos sindicatos (contra 13% em 1991), enquanto as demais centrais em conjunto (*Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT)*, *Confederação Geral do Trabalhadores (CGT)* e *Social Democracia Sindical (SDS)*) respondem por 15% dos sindicatos filiados às centrais no Brasil (contra 13% que representavam as outras centrais em 1991). Ressalta-se que a *CUT* é a central sindical mais antiga e que já tinha o maior número de filiados em 1991, ano em que a *FS* foi criada. (<http://www.ibge.com.br>)

Portanto, devido ao elevado número de filiados optamos por analisar a discursivização dessa central sindical. A dissertação está organizada em seis capítulos. Cada um focaliza um aspecto necessário ao resultado geral da análise.

O capítulo 1, “A Análise do Discurso e seu desenvolvimento histórico”, traz, de forma sucinta, como ocorreu o surgimento dessa disciplina que constitui o arcabouço teórico da presente pesquisa.

O capítulo 2, “Contexto histórico: Vargas e o peleguismo”, apresenta um panorama histórico de constituição da estrutura sindical durante o período do governo de Getúlio Vargas, momento de grande evidência do peleguismo, comportamento social aqui analisado discursivamente. Procura-se também abordar, brevemente, como se deu a fundação da *Central Única dos Trabalhadores*, em um período mais recente.

O capítulo 3, “O gênero discursivo trabalhista sindical”, enfatiza as características do quadro enunciativo do gênero trabalhista sindical. Para tanto,

explicitaremos peculiaridades referentes ao gênero jornalístico reportagem, que caracteriza muito bem aspectos relevantes da enunciação da discursividade sindical, possibilitando a esse discurso instituir sua própria cenografia na tentativa de formar opiniões.

O capítulo 4, “Alteridade discursiva da *CUT* e constituição de uma identidade”, analisa a heterogeneidade presente na formação da identidade discursiva do sujeito enunciador cutista. Analisaremos, ainda, a posição sujeito que esse enunciador constrói, discursivamente, para a coletividade dos trabalhadores. E, também, mostraremos a maneira como vai se elaborando o *ethos* do sujeito da enunciação no discurso sindicalista, procurando desvelar como sua identidade, fortemente marcada pelo proselitismo político partidário, é afirmada ou dissimulada.

O capítulo 5, “As eleições de 2002 e o discurso sindical: influências e mudanças nas práticas languageiras”, observa o *corpus* aqui analisado por intermédio de um importante acontecimento discursivo: a eleição presidencial. Essa situação acaba por influenciar e até determinar os lugares enunciativos assumidos pelo sujeito da enunciação, fazendo com que se inscreva assim, no discurso, sua subjetividade.

O capítulo 6, “O discurso trabalhista-sindical e a ideologia do peleguismo: afinidades”, procura verificar a formação ideológica predominante no quadro enunciativo sindical, revelando marcas indicativas de sentidos próprios da formação discursiva do peleguismo.

CAPÍTULO 1

2 A ANÁLISE DO DISCURSO E SEU DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

“Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.” (PÊCHEUX, 1990, p. 53)

A Lingüística, em sua origem, enfoca o fenômeno lingüístico sob uma perspectiva positivista. O *corpus* deveria ser delimitado suprimindo qualquer possibilidade de surgimento do dado imprevisível, que fosse capaz de comprometer o caráter mecânico da abordagem científica. Saussure, provocou uma revolução nos estudos lingüísticos ao apresentar uma abordagem mecanicista do objeto de conhecimento. A linguagem deveria ser delimitada de forma a obter princípios gerais que a definissem em termos de conceituação definitiva. Assim, o lingüista retirava dos *corpora* fatores cuja demonstração não pudesse ser categorizada.

O lingüista russo, em suas pesquisas, não usava a linguagem como objeto de análise, a fala era excluída do campo dos estudos lingüísticos. Em seu livro, *Curso de Lingüística Geral*, há grande ênfase na definição de meios que buscam nortear a análise através da fixação de princípios universais. Os eixos saussureanos denotam a valorização da estabilidade ao definir um fenômeno, sempre buscando sua fixação por meio de modelos. Esse tipo de estudo priorizou uma visão sincrônica da lingüística em contraste à visão diacrônica do estudo da lingüística histórica. Com tal visão, Saussure procura entender a estrutura da linguagem como um sistema em funcionamento em um dado ponto do tempo.

Além disso, efetua em sua teorização uma concepção dicotômica entre *langue* (língua) e *parole* (fala). Segundo ele, a língua é um sistema de valores que se opõem uns aos outros e que está depositado como produto social na mente de cada falante de uma comunidade, possui homogeneidade e, por isto, é o objeto da lingüística propriamente dita. Já a *parole* é um ato individual e está sujeito a fatores externos, os quais, em sua grande maioria, não lingüísticos e, portanto, não passíveis de análise. Tais considerações evidenciam o surgimento de uma ciência

que concebe, para *corpus*, apenas fenômenos lingüísticos que podem ser categorizados por meio de uma abordagem universalizante. Portanto, uma ciência da linguagem deveria ser uma ciência da língua, sendo ela responsável por disponibilizar os elementos a serem categorizados em leis universais. Assim, a língua possui as estruturas que o enunciador mobiliza quando faz uso da linguagem. E a fala, de acordo com a concepção saussureana, não dispõe de interesse científico por apresentar apenas manifestações individuais. Trata-se de manifestações que podem ser encontradas na observação da língua. Saussure, ao dedicar-se ao estudo da *langue*, concebe a significação vinculada a relações internas ao sistema. Isso exclui de seus estudos o sujeito, o mundo e a História, restringindo a lingüística aos limites da frase.

Seguindo uma concepção pecheutiana, a AD irá organizar seu objeto de estudo a partir da crítica ao corte saussureano *langue/parole*. Pêcheux acredita que Saussure, em seu arcabouço teórico, não abrange a Semântica:

Na leitura que faz de Saussure, Pêcheux aponta nele a existência de um nível de funcionamento das línguas em relação a elas próprias, de cuja descrição ocupar-se-ia uma lingüística da língua quando fala de fonologia, morfologia e talvez sintaxe. Mas o sentido, objeto da semântica, segundo Pêcheux, escapa às abordagens da lingüística; daí a necessidade de se pensar uma semântica que, partindo do funcionamento autônomo desses níveis, leve em conta os processos discursivos: 'o liame que liga as significações de um texto às condições sócio-históricas deste texto não é secundário, mas constitutivo das próprias significações'. Assim, em vez de uma semântica lingüística, Pêcheux propõe uma semântica do discurso. (BRANDÃO, 1998, p. 22).

É neste sentido, dando relevância a questão da fala e, conseqüentemente à significação, que Pêcheux se propõe a desenvolver uma disciplina centralizada nos aspectos discursivos da língua. O quadro sócio-histórico de configuração do surgimento da Análise do Discurso francesa situa-se na década de 1960. O estruturalismo, ao abordar o texto em sua imanência, acaba por propiciar um campo para o estudo do discurso diferentemente dos moldes da Filologia. Esta que, por sua vez, se encontra em declínio, já não mais atende às outras ciências que recorriam ao seu método para trabalhar com textos. Além disso, a França, com sua forte cultura de estudos do texto ligada às determinações históricas que o

condicionam, possibilita uma assimilação de procedimentos marxistas e sua aplicação em termos de uma concepção ideológica de “escritura”. A busca por procedimentos seguros de análise representa uma preocupação constante na tradição acadêmica francesa. A AD, então, surge como uma forma de renovar a prática de estudos dos textos unindo discurso e ideologia.

A corrente de estudo da Análise do Discurso tem sua origem com Jean Dubois, um lingüista, lexicólogo, e Michel Pêcheux, filósofo preocupado com a epistemologia das questões referentes à linguagem e suas relações com o marxismo e a psicanálise: ambos têm em comum o interesse em abordar a política por meio da ciência da linguagem. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p.202), a AD consagra-se em “1969, com a publicação do número 13 da revista *Langages*, intitulado ‘A Análise do discurso’ e com o livro *Análise automática do discurso* de Pêcheux (1938 – 1983)”.

Dubois compreende a AD como uma forma de incorporação natural do sujeito e do contexto aos estudos lingüísticos. Pêcheux desenvolve a análise automática do discurso, com a qual pretende construir um método de análise capaz de descrever os processos discursivos interligando-os às condições de produção dos discursos. Seguindo uma concepção pecheutiana, a Análise do Discurso francesa apresenta três momentos.

Inicialmente, em 1969, essa disciplina se volta para a análise de discursos políticos. Ainda fortemente influenciada pelo estruturalismo, demonstra grande preocupação em estudar as condições de produção do enunciado. Mussalim (2001), destaca que, neste momento, os procedimentos de análise dizem respeito à seleção de “um *corpus* fechado de seqüências discursivas”, sendo realizada a análise lingüística de cada enunciado, considerando as construções sintáticas e o léxico. A última etapa consiste na análise discursiva que se resume à construção de “sítios de identidades” a partir do estabelecimento da relação da sinonímia e da paráfrase, decorrentes de uma estrutura única, responsável pelo processo discursivo.

O método harrisiano colabora para o desenvolvimento da idéia da “maquinaria discursivo-estrutural”, a qual encerra a estrutura do processo discursivo a partir de argumentos e de operadores responsáveis pela construção e transformação das proposições, concebidas como princípios semânticos que delimitam um discurso. Dessa forma, temos dois procedimentos:

Reunir um conjunto de traços discursivos empíricos (*'corpus de seqüências discursivas'*) fazendo a hipótese de que a produção desses traços foi, efetivamente, dominada por uma, e apenas uma, máquina discursiva (por exemplo um mito, uma ideologia, uma episteme). Construir, a partir desse conjunto de traços e através de procedimentos lingüisticamente regulados, o espaço da distribuição combinatória das variações empíricas desses traços: a construção efetiva desse espaço constitui um gesto epistemológico de *'ascensão'* em direção à estrutura desta máquina discursiva que supostamente as engendrou. (PÊCHEUX, 1990a, p.312).

Dessa forma, cada processo discursivo é criado por uma “máquina discursiva”. E o sujeito, nesta fase, é considerado “assujeitado à maquinaria”, pois se encontra submetido às regras que delimitam o discurso enunciado. A primeira época da Análise do Discurso é marcada por procedimentos analíticos rígidos, tendo “um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as ‘máquinas’ discursivas constituem unidades justapostas” (PÊCHEUX, 1990a, p. 313).

O segundo momento da AD incorpora uma visão filosófica em seus preceitos teóricos, resultante do empréstimo do conceito de formação discursiva elaborada por Michel Foucault (1997). Conseqüentemente a noção de máquina estrutural fechada começa a perder sua importância, uma vez que são as relações entre essas máquinas que se tornam o objeto da AD. O conceito de formação discursiva, assim compreendido por Pêcheux, pode ser definido como: “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (1997, p. 160). Uma formação discursiva está submetida à “regras de formação” que determinam a constituição do seu interior e exterior em um campo discursivo. Neste sentido, uma formação discursiva define-se em relação a outras formações discursivas e não pode mais ser percebida como um espaço estrutural fechado. Ela será constantemente invadida por elementos de outras formações discursivas. Entretanto, a constituição dessas formações discursivas se dá independentemente umas das outras para, posteriormente, serem colocadas em relação. É neste momento que a:

noção de interdiscurso é introduzida para designar ‘o exterior específico’ de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição estrutural fechada: o fechamento da maquinaria é pois conservado, ao mesmo tempo em que é concebido então como o resultado paradoxal da irrupção de um ‘além’ exterior e anterior (PÉCHEUX, 1990a, p.314).

O pré-construído atravessa o espaço constitutivo da formação discursiva, sendo incorporado por meio de uma relação de confronto ou de aliança. Assim, a FD é concebida a partir da elaboração constante de paráfrases, na tentativa de fechar suas fronteiras e assegurar a conservação de sua identidade.

O conceito de FD como um sistema de dispersão, ou seja, como conjunto de elementos que não são ligados entre si por um princípio de unidade, influencia também o conceito de sujeito. O sujeito é visto como aquele que assume diferentes papéis, em conformidade com as várias posições que assume no espaço interdiscursivo. Ele é uma função e sofre coerções provindas da formação discursiva na qual enuncia. A formação discursiva, por sua vez, é regulada por uma formação ideológica que irá determinar as possibilidades de sentido do discurso do sujeito. Nessa perspectiva,

o sujeito do discurso continua sendo concebido como puro efeito de assujeitamento à maquinaria da FD com a qual se identifica. A questão do ‘sujeito da enunciação’ não pode ser posta no nível da AD-2 senão em termos da ilusão do ‘ego-eu’ [‘moi-je’] como resultado do assujeitamento [...] freqüentado pelo tema spinozista da ilusão subjetiva produzida pela ‘ignorância das causas que nos determinam’. (PÉCHEUX, 1990a, p. 314)

Na terceira fase da Análise do Discurso, tem-se a desconstrução da maquinaria discursiva. As condições de produção do discurso não são mais consideradas estáveis, encontram-se submetidas à dimensão sócio-histórica. A relação interdiscursiva e a heterogeneidade enunciativa são as concepções que dominam o objeto de análise. Os estudos de Bakhtin (1986) referentes ao dialogismo remetem o discurso à descontinuidade, à fragmentação que representa não somente vozes diversas, mas também, as ideologias aí presentes. Outro traço marcante desse momento é o primado do interdiscurso sobre o discurso. “Isso

significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos.” (MAINGUENEAU, 2005a, p. 21).

Nessa perspectiva, o discurso é constitutivamente heterogêneo e, portanto, o sujeito também o é. Authier-Revuz (1998) refere-se a duas formas por meio das quais se pode identificar o Outro no discurso: a heterogeneidade mostrada e a constitutiva. A primeira é um meio do sujeito explicitar a presença do outro no intradiscurso por meio de marcas lingüísticas, procurando harmonizar as diferentes vozes que irrompem em seu discurso. A segunda não apresenta marcas no fio discursivo e os enunciados do outro se encontram latentes no texto. A heterogeneidade mostrada distingue as formas não-marcadas e as formas marcadas ou explícitas. As não-marcadas referem-se ao pastiche, a ironia, ao discurso indireto livre, a alusões e levam o co-enunciador a identificá-las por meio de sua cultura pessoal combinada a índices textuais ou para-textuais. As formas marcadas são bem delimitadas lingüisticamente e correspondem ao discurso direto ou indireto, ao uso das aspas, ou ainda, ao emprego de glosas que indicam a modalização autonímica na discursivização. Authier-Revuz nos mostra quatro tipos diferentes de glosas: 1ª. “não coincidência do discurso com ele mesmo”; 2ª. “não-coincidência entre palavras e coisas”; 3ª. “não-coincidência das palavras com elas mesmas”; 4ª. “não-coincidência entre enunciador e co-enunciador”. Essas glosas revelam o desdobramento da enunciação, uma não-coincidência do enunciador com o que ele diz, permitindo que negocie com a alteridade na tentativa de manter uma fronteira entre o que pode e o que não pode ser dito em sua formação discursiva.

A heterogeneidade constitutiva refere-se ao interdiscurso, o discurso se constitui por meio do discurso outro, da alteridade, sem apresentar marcas lingüísticas no intradiscurso. Bakhtin já mencionava essa tese ao considerar o dialogismo, afirmando que o discurso é formado por discursos outros e que as palavras são sempre as palavras dos outros. Os estudos de Authier-Revuz revelam a presença da alteridade ao caracterizar o sujeito como dividido, clivado, cindido, sendo marcado pela relação dualista entre o consciente e o inconsciente. Dessa forma, não se define, em momento algum, como um sujeito inteiramente consciente do que diz. O sujeito torna-se descentrado, um indivíduo que não é senhor de si, não é seu centro e sempre se constitui no espaço da relação entre o seu “eu” e o seu “outro”. A autora, ainda, considera o sujeito como um efeito de linguagem. É a

linguagem que produz o inconsciente, marcado pelo discurso do outro. O sujeito é um efeito da linguagem: em seu inconsciente distingue-se a alteridade, lugar sobre o qual ele não possui controle e que, no entanto, o revela, manifestando uma dimensão que, na maioria das vezes, não deseja demonstrar. O sujeito, nesta abordagem, oscila entre ocultar e mostrar a heterogeneidade constitutiva de sua discursivização. Mostrar corresponde a uma forma de indicar controle sobre o intertexto que se assume.

Podemos dizer que, de forma geral, a AD procura estabelecer, por meio da articulação entre o lingüístico e o social, o seu campo de atuação, com o que pode chegar à sua especificidade. Concebe a linguagem não como fenômeno estudado em relação ao seu sistema interno, mas como discurso. A noção de discurso deve ser compreendida aqui como prática procedente de uma formação discursiva, uma formação ideológica e de determinadas condições de produção, permeadas pelo contexto histórico-social. A AD, ao abordar o seu objeto de estudo numa perspectiva histórico-ideológica, não se caracteriza como uma disciplina delimitada rigidamente e se encontra em constante processo de formação:

...ela se pratica pelo deslocamento de regiões teóricas e se faz entre terrenos firmados pela prática positivista da ciência (a lingüística e as ciências sociais). Em suma, des-territorializa. E, nesse movimento, põe em estado de questão o sujeito do conhecimento e seu campo, seu objeto e seu método, face à teoria que produz. (ORLANDI, 2002, p. 22)

CAPÍTULO 2

3 CONTEXTO HISTÓRICO: VARGAS E O PELEGUISMO

*“o que é dado não pode ser separado do que é dito,
o que é dito nos é dado pelo único fato
de ser dito.” (PETIT, 1991)*

3.1 A ESTRUTURA SINDICAL NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS

Os sindicatos podem ser caracterizados como uma associação voluntária, de caráter permanente, que tem por finalidade defender, diante dos patrões ou do Estado, os interesses dos empregados assalariados de uma mesma profissão ou indústria. Os sindicatos no Brasil, no decorrer de sua história, passaram por regimes autoritários de governo, sofrendo muitas repressões. E também vivenciaram o período democrático, no qual a Constituição de 1988 trouxe para a estrutura sindical modificações significativas. Após essas mudanças, o sindicalismo brasileiro desenvolveu-se bastante. O *IBGE*, em última pesquisa realizada, demonstra que: “de 1991 a 2001, o número de sindicatos de trabalhadores no País cresceu 49%, enquanto o número de associados apresentou um aumento de 22%” (<http://www.ibge.com.br>).

O sindicalismo brasileiro contemporâneo se aproxima de uma das tendências políticas das organizações sindicais dos trabalhadores urbanos da década de 20, denominada tendência moderada ou reformista¹. Essa corrente foi responsável por aproximar líderes não-operários (militares, advogados, jornalistas ou políticos) e trabalhadores com o propósito de encaminhar suas reivindicações ao poder público. Portanto, podemos destacar um traço social marcante em ambas organizações: “a presença de setores sociais propensos a algum tipo de aliança com a classe operária, e a existência no interior do movimento operário de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência em relação ao Estado” (Pinheiro, 1990: 164). Esse fator implica em uma política subsidiada pela colaboração entre as classes sociais, por meio da qual há a submissão das

organizações políticas ao Estado. A tendência reformista colaborou grandemente para a implantação da estrutura sindical tutelar imposta pelo Estado a partir da década de 30.

A estrutura sindical vigente no Brasil tem suas origens na legislação getulista e, em suma, constitui uma resposta que Getúlio Vargas encontra para, a partir de 1930, buscar incentivar o aumento da incorporação dos trabalhadores no processo político e social da época. Vargas chega ao poder e, com ele, tem início uma nova fase do sindicalismo brasileiro. Em um primeiro momento, há uma cisão nas classes dominantes, com o Estado procurando controlar o movimento operário e sindical, incorporando-o ao aparelho estatal. Para tanto, funda o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto de 26 de novembro de 1930), com o objetivo de instituir uma política sindical capaz de conter o operariado e os empresários dentro dos limites governamentais e elaborar uma política conciliatória entre capital e trabalho.

Na seqüência, põe em vigor a “Lei de Sindicalização”, de 1931 (Decreto 19.770), que é responsável por estabelecer o cerne do sindicalismo brasileiro e, por fim, a liberdade de associação sindical que vigorou durante a Primeira República.

Este decreto estabelecia o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, proibindo a sua utilização pelos operários durante as greves, e definia o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado. Permitia aos delegados do Ministério do Trabalho o direito de participar das assembleias operárias, proibia o desenvolvimento de atividades ideológicas dentro dos sindicatos, vetava sua filiação a organizações sindicais internacionais, negava o direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de operários estrangeiros nos sindicatos... (ANTUNES, 1994, p. 46)

No entanto, ao longo do governo getulista, o proletariado urbano beneficiou-se com um conjunto de leis que o protegia e regulamentava suas condições de trabalho em diferentes aspectos da vida fabril e, extensivamente, também de diversas categorias profissionais. Nessa perspectiva, podemos salientar

¹ Essa tendência não questionava a organização classista da sociedade e se esforçava por homogeneizar o tratamento e a identidade das diferentes classes de trabalhadores. Para isso, formulava reivindicações visando à melhoria das condições sociais e trabalhistas do proletariado em geral.

os decretos que estabeleciam a jornada de 8 horas; a regulamentação do trabalho da mulher e do menor; a organização da jornada e das condições de trabalho para os bancários, farmacêuticos, padeiros e para os empregados dos transportes terrestres; a estruturação do sistema previdenciário social para estivadores, funcionários públicos e comerciários; o descanso semanal remunerado, as férias, etc. Grande parte desses decretos tornou-se lei no período de 1932 a 1934, durante a gestão de Salgado Filho no Ministério do Trabalho.

A ação inovadora de Vargas refere-se à organização sindical em si, visto que pretendia regulamentar a sindicalização dos empregados e empregadores por meio do Decreto 19.700. Assim, outorga às associações sindicais o direito de defender, perante o governo e o Ministério do Trabalho, os interesses econômicos, jurídicos, higiênicos e culturais dos trabalhadores que exercessem profissões idênticas, conexas ou similares. Porém, tal feito se restringia aos sindicatos “reconhecidos” pelo Ministério do Trabalho; para estarem legalizadas, as instituições sindicais deveriam cumprir algumas normas burocráticas, encaminhando ao Ministério a ata dos trabalhos de instalação, a relação dos sócios, as cópias dos estatutos, etc. Era da competência sindical sistematizar contratos de trabalho, realizar a manutenção de cooperativas e outros serviços assistenciais. Esse contexto favoreceu a ação governamental capaz de controlar as associações de empregados. Fundou-se, por essa época, o Departamento Nacional do Trabalho, o qual deveria promover medidas de previdência social e melhoria das condições de trabalho. A esse órgão foi atribuído o direito de fechar o sindicato, federação ou confederação por um período de seis meses, podendo destituir a diretoria e até encerrar completamente a associação.

Getúlio Vargas, ao assumir o poder público, reprimiu alguns movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, no entanto, atendeu a algumas de suas reivindicações básicas; na verdade, suas ações de governo procuravam controlar a atividade sindical. Dessa forma, foi possível isolar líderes operários que não concordavam com normas do Ministério do Trabalho. Outro fator que contribuiu com a política varguista foi o grande contingente operário recém-emigrado do campo, aspecto que favoreceu o isolamento de lideranças e que culminou na criação de dois segmentos no interior do proletariado.

Os temas habituais do movimento operário europeu (de tipo anarco-sindicalista, socialista ou comunista) não conseguiram motivar a massa de trabalhadores que abandonava o campo, trabalhadores analfabetos, socializados num padrão de submissão ante as camadas superiores e que encontravam, ademais, no meio fabril e urbano, condições de trabalho e de vida geralmente mais satisfatórias do que tinham no meio rural. (RODRIGUES, 1983, p. 520)

Outra medida do governo no sentido de adquirir a cooperação da classe trabalhadora foi a promulgação da *Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)*, que resultou no atendimento de boa parte das reivindicações sindicais mais antigas. Tal fato deixa evidente o interesse do governo em ampliar suas bases de sustentação em meio aos assalariados e às classes populares. Com isso, assegura o apoio do povo e constitui uma liderança sindical getuliana, o que tornou possível inibir e controlar a infiltração de “influências extremistas” entre o operariado.

Assim, em meio a esse panorama social, peculiar à ação de Getúlio Vargas, que propagava não apenas um nacionalismo desenvolvimentista, mas também o trabalhismo como política operária de cunho social-democrata, tem-se a formação específica de um grupo de dirigentes sindicais “leais” ao governo, o que possibilitou a vinculação do governo com as camadas populares urbanas. A partir de então, o sindicalismo passou a ser mais vulnerável às associações “amarelas” e ampliou-se a cooptação de dirigentes sindicais por parte do Ministério do Trabalho. O “peleguismo” passou a vigorar nos sindicatos, fenômeno esse que corroborou com a consolidação de uma estrutura sindical vertical e subordinada ao Estado no Brasil.

3.2 PELEGUISMO

De acordo com o dicionário *Houaiss*, o termo peleguismo tem sua origem em uma derivação de pelego, “a pele do carneiro com a lã [...] essa pele colocada sobre os arreios para tornar o assento do cavaleiro mais confortável” (2001, p.2172). Ainda, nesse dicionário, “pelego” também é definido como “bajulador”, podendo ser usado para designar o líder sindical acusado de defender o

interesse das entidades patronais e do governo, geralmente como meio de tirar proveito pessoal do cargo de representação.

Para compreendermos melhor a acepção de “pelego”, reportamos a Silva:

De cunho depreciativo, o termo [...] caracteriza a ação conciliatória de líderes trabalhistas no âmbito da estrutura sindical vigente no Brasil desde a década de 30. [...] Pelego é quem está sendo acusado de atender os interesses dos patrões ou dos funcionários do Ministério do Trabalho e, por consequência, de conter a insatisfação dos trabalhadores sob sua direção. (1986, p.879).

A partir das especificações acima, nota-se que “pelego” é termo designativo da ação ambígua do líder sindical que ameniza o ônus entre as obrigações socialmente atribuídas aos trabalhadores e suas reivindicações, com a meta de suavizar a validade das obrigações e questionar as reivindicações que se fazem. O sindicalista pelego apresenta dois contratos fiduciários²: em um, esse sujeito encontra-se atrelado à formação discursiva dos trabalhadores e, em outro, demonstra identificar-se com a formação discursiva governamental e patronal. Essa duplicidade contratual que se caracteriza, em última instância, pela incompatibilidade, desencadeia a grande polêmica no fazer enunciativo do discurso trabalhista sindical, pois há um enunciador que está comprometido com contratos fiduciários distintos e não pretende romper com nenhum deles. Dentro deste quadro enunciativo temos, portanto, o sujeito sindicalista assumindo dois posicionamentos divergentes: em um, procura promover a desestabilização do contexto sócio-histórico, para o que necessita subverter a ordem instituída socialmente, assumindo o papel daquele que atende as reivindicações dos trabalhadores. E, em outro, esse mesmo sujeito tenta cumprir a exigência governamental de se assegurar a estabilidade, ou seja, a manutenção do *status quo* social. Sendo assim, tal

² Segundo Greimas e Courtés o “contrato fiduciário põe em jogo um fazer persuasivo de parte do destinador e, em contrapartida, a adesão do destinatário” (1979, p.184). Barros, destaca que um dos principais aspectos da manipulação discursiva se refere ao contrato entre enunciador e enunciatário. ‘O enunciador constrói no discurso todo um dispositivo veridictório, espalha marcas que devem ser encontradas e interpretadas pelo enunciatário. Para escolher as pistas a serem oferecidas, o enunciador considera a relatividade cultural e social da ‘verdade’, sua variação em função do tipo de discurso, além das crenças do enunciatário que vai interpelá-las.’ (2003, p.63).

modalidade de sindicalista encontra-se mais comprometida do que as demais com a política oficial de harmonização entre capital e trabalho.

Diante desse contexto, temos o Sujeito 1 (Sindicato/Sindicalistas) que demonstra fé em relação à classe trabalhadora (Sujeito 2), procurando provar que não possui nenhum tipo de ligação com os patrões (Sujeito 3). Esse sujeito, em nossas análises, pode ser visto como Sujeito 3-A (governo) e Sujeito 3-B (empresários). Em um primeiro momento – ano de 2002³ - o Sujeito 3 é considerado uno, sendo que o enunciador busca, constantemente, evidenciar aos olhos do leitor a ligação entre o governo de FHC e os empresários. Posteriormente, após as eleições presidenciais de 2002, há uma preocupação por parte do enunciador (Sujeito 1) em fragmentar o Sujeito 3 em A e B, dissociando-os na tentativa de mostrar que governo e empresários não assumem o mesmo posicionamento discursivo. Esse fato, caracterizável no nível da enunciação, aponta para a constituição de uma formação discursiva sindical pelega, à medida em que o sindicalista adere ao Sujeito 3-A. Temos, com isso, indícios de um discurso sindical pelego que, apesar de não possuir a mesma posição enunciativa da formação discursiva dos trabalhadores, procura demonstrar que defende os interesses dessa classe. Essa situação pode ser representada, segundo a teoria de Greimas (1979), pela dicotomia que separa os termos “parecer” e “ser”⁴ do quadrado semiótico, conforme mostramos a seguir:

³ No capítulo 5: “As eleições de 2002 e o discurso sindical: influências e mudanças nas práticas linguageiras” discorremos a respeito das eleições de 2002 enquanto fato representativo de um acontecimento discursivo responsável por influenciar e até determinar os lugares enunciativos assumidos pelo Sujeito 1.

⁴ Greimas denomina “parecer o termo positivo do esquema da manifestação, pertencente ao quadrado semiótico em que se encontra projetada a categoria modal da veridicção. O termo *parecer* está em relação de contrariedade com o termo *ser* [...]. a dupla operação, que tem como efeito a asserção dos termos *parecer* e *ser*, produz o termo veridictório complexo denominado *verdade* (caracterizando um estado do qual se diz que ‘parece’ e que ‘é’ ao mesmo tempo).” (1979, p.327).

Os operários da base não eram estimulados a participar na instituição da liderança ou direção de suas instituições. Contudo, esse estilo populista desmobilizador de organização preservava, de fato, as posições e os pequenos privilégios da liderança burocratizada de cada sindicato e evitava problemas que pudessem perturbar seus aliados estranhos à classe operária. Não é de admirar que o resultado fosse o fenômeno do “peleguismo sindical” [...] tendência burocrática e pró-governo que prosperou, dada a relação simbiótica entre o movimento operário e o Estado. (FRENCH, 1995, p.5).

O mesmo autor, ao se referir à sindicalização no Rio de Janeiro, afirma que “...a cidade era o centro dos sindicatos ‘amarelos’, ou não combativos, muitas vezes formados sob o patrocínio de políticos locais, que eram em muito maior número do que os sindicatos de orientação esquerdista da cidade” (FRENCH, 1995, p.24).

Outro historiador que se dedicou a pesquisar a situação sindical foi Antunes que apresenta, no capítulo inicial de sua obra, um panorama acerca da origem e evolução do sindicalismo no mundo. Em seguida, trata, especificamente, dos sindicatos que funcionam em nosso país, aludindo ao peleguismo com essas palavras:

A partir de então, (novembro de 1935) o campo sindical ficou ainda mais aberto às associações ‘amarelas’ já existentes desde as décadas anteriores e intensificou-se o processo de controle e cooptação de dirigentes sindicais por parte do Ministério do Trabalho. Criou-se uma burocracia sindical dócil, vinculada e escolhida a dedo pelo Estado, cujo objetivo não era outro senão o de controlar as reivindicações operárias. Implantou-se o “peleguismo”, configurando um sindicalismo sem raízes autênticas e que permaneceu distante da classe operária... (ANTUNES, 1994, p.48).

Se considerarmos toda a estrutura sindical criada sob a tutela de Vargas, na qual se inclui o Ministério do Trabalho, suas Delegacias Regionais e a Justiça do Trabalho, teremos uma ampla visão da quantidade de pessoas beneficiadas e do grande incentivo dado aos pelegos. Nesse sentido, Rodrigues ressalta que:

A obtenção de postos nos sindicatos oficiais significava uma ascensão social e uma melhoria no padrão de vida [...] Além disso, abria-se a possibilidade de uma tranqüila carreira burocrática no interior da estrutura sindical oficial, dos sindicatos para as Confederações e, eventualmente, [...] a obtenção de um cargo no funcionalismo público [...] Uma nova liderança fiel ao governo foi pinçada, num movimento de cooptação, para uma participação tutelada nos assuntos relacionados às questões sociais e trabalhistas. (RODRIGUES, 1983, p.530).

Por tudo que foi apresentado até aqui, não há como se negar a relevância e a forte influência do peleguismo no sindicalismo brasileiro, visto ser esse um tema freqüentemente ressaltado por diferentes autores das mais diferentes tendências políticas e intelectuais em suas investigações científicas.

Após caracterizarmos, de forma breve e sucinta, a trajetória do sindicalismo no Brasil, principalmente no que concerne à era Vargas, concluímos que a estrutura sindical foi instituída verticalmente e imposta ao operariado. Como decorrência desse quadro histórico peculiar, os trabalhadores acabaram por ser, paradoxalmente, favorecidos por um paternalismo de perfil estatizante. Isso porque enquanto o Estado oferecia vantagens à classe operária, paralelamente incentivava a atuação de grupos de burocratas sindicais coniventes com o sistema estabelecido, os chamados “pelegos”.

Atualmente, os meios midiáticos apontam para a insatisfação dos líderes sindicais que reivindicam a Reforma Sindical, pois não se mostram propensos a continuarem aceitando a estrutura vigente e declaram-se defensores da liberdade sindical. Entretanto, é necessário averiguar se essa postura – de rompimento conceitual com a tutela governamental – que prometem defender condiz, de fato, com o fim da colaboração entre as classes sociais como meio para encaminhar e solucionar os problemas dos trabalhadores. Nesse sentido, sabemos que a cooperação entre as classes é um fenômeno capaz de predominar nos sindicatos sem auxílio de intervenções do governo, o que implica na manutenção da existência dos “pelegos” e, de forma mais agravante, por meio da legitimidade concedida via representação jurídica dos trabalhadores. Portanto, o presente estudo se propõe a averiguar, discursivamente, a influência do peleguismo no sindicalismo brasileiro contemporâneo.

3.3 CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: ORIGENS⁵

A CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, fundada em 1983, é uma central sindical classista regida por princípios de independência e autonomia frente ao estado, ao governo e aos partidos políticos. Adepta da liberdade de organização e de expressão e guiada pelos preceitos de solidariedade, tanto no âmbito nacional como internacional, a CUT assume compromissos de desenvolvimento e organização de ações cuja meta é a conquista dos objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora. (ALVARENGA, 2006, p.14).

A afirmação acima, retirada de um documento que relata a origem da *CUT*, visa a demonstrar as normas que essa instituição proclama para si própria como cerne de seu trabalho. Essas normas refletem um passado histórico, que esse órgão sindical caracteriza por lutas e resistência, no que diz respeito ao momento de sua fundação por iniciativa de segmentos sociais específicos, alguns dos quais se encontravam no seio de uma comissão que foi inicialmente designada como responsável pela fundação desta central: o *Pró-CUT*.

O cenário histórico-social que antecedeu o surgimento deste sindicato é marcado pelas greves que no ano de 1979 se espalharam por todo o país. Ele distinguiu o início de um sindicalismo combativo e participativo, por meio do qual as oposições sindicais foram sendo fortalecidas. No final da década de 80, o contexto político brasileiro havia passado por diversas transformações: o Regime Militar sofreu um grande impacto dos movimentos de massa; o Brasil vivia um momento de recessão econômica, o qual afetava os salários e os empregos; e o Partido dos Trabalhadores estava sendo fundado pelas novas lideranças sindicais que emergiram com as greves.

As articulações intersindicais foram crescentes, o que levou à formação de dois campos principais no novo momento do sindicalismo brasileiro. De um lado, estavam os sindicalistas “autênticos” e as oposições sindicais, responsáveis pela realização do Encontro das Oposições Sindicais (*ENOS*), em

⁵ Grande parte das informações aqui apresentadas foram retiradas de um documento referente a origem da Central Única dos Trabalhadores, elaborado por Guido Alvarenga, historiador do CEDOC. Esse documento foi nos fornecido em uma das visitas ao CEDOC, as quais objetivavam a constituição do *corpus* da presente pesquisa.

dezembro de 1979 e pelo Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (*ENTOES*), em setembro de 1980. Além disso, esses sindicalistas foram os fundadores da Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical (*ANAMPOS*), criada em 1980. De outro lado, articulavam-se os sindicatos e federações próximas dos partidos comunistas (*PCB e PC do B*) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (*MR-8*), que criaram a Unidade Sindical (*US*) em 1979, juntamente com sindicalistas considerados “pelegos”, sendo muitos deles antigos interventores.

Em março de 1981, várias entidades sindicais se reuniram para discutir a realização de uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (*CONCLAT*), que ocorreu em agosto do mesmo ano. Tal assembléia buscou mobilizar os trabalhadores contra a política recessiva do governo, por meio da união do campo e da cidade em torno da questão da reforma agrária e de outras reivindicações. Dirigentes sindicais como Luiz Inácio da Silva⁶, o Lula, Joaquim dos Santos Andrade, Hugo Perez e José Francisco foram alguns dos organizadores deste encontro. Apesar do objetivo comum, era explícita a delimitação de dois grupos com interesses distintos. O primeiro assumia um posicionamento mais independente e crítico frente à estrutura sindical e ao governo, enquanto o segundo fazia críticas com grande cautela e demonstrava um apego maior à estrutura sindical.

Ainda nesse período, também foi discutida a formação da Comissão Nacional *Pró-CUT*, a qual esteve marcada por profundas divergências. Além dessa discussão, decidiram realizar o 1º *CONCLAT* – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, para a fundação da *CUT*. A partir de então, os desacordos se acentuaram cada vez mais. No início de agosto de 1983, em reunião da *Pró-CUT*, os setores majoritários resolveram adiar o *CONCLAT* por mais sessenta dias, alterar os membros de sua comissão e o regimento interno do congresso. Diante disso, o grupo mais combativo, retirou-se da reunião e manteve o congresso para a data prevista.

⁶ Lula elegeu-se presidente da República em 2002, tendo o apoio da *Central Única dos Trabalhadores*.

Assim, entre os dias 26 e 28 de agosto, de 1983, ocorreu o 1º *Congresso Nacional da Classe Trabalhadora*, em São Bernardo do Campo, o qual culminou na fundação da *Central Única dos Trabalhadores – CUT*. Estiveram presentes 5.091 delegados, representando 912 entidades sindicais de todo o país.

CAPÍTULO 3

4 O GÊNERO DISCURSIVO TRABALHISTA-SINDICAL

“Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo de fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível.”
(BAKHTIN, 1997, p. 302)

4.1 INTERDISCURSO E ALTERIDADE NO DISCURSO DO TRABALHO

Por sua natureza dialética, o processo de produção e emissão de discursos mobiliza e projeta outros discursos, com os quais negocia a significação, o que ocorre no momento exato em que o discurso é enunciado. Nessa perspectiva, salientamos que a enunciação “...acontece em um espaço instituído, definido pelo gênero de discurso, mas também sobre a dimensão construtiva do discurso, que se ‘coloca em cena’, instaura seu próprio espaço de enunciação.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.95). Neste capítulo, pretendemos caracterizar o gênero discursivo trabalhista-sindical, ao qual pertence o *corpus* textual a ser analisado. Sendo assim, torna-se relevante explicitarmos, de acordo com os nossos propósitos teóricos, um conceito-chave da Análise do Discurso de linha francesa: o de interdiscurso – o qual, de certa forma, determina a caracterização dos gêneros discursivos. E, também, conceituarmos noções teóricas como as de universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo, as quais deixam evidente o primado do interdiscurso em estudos como esse.

Para se compreender a inscrição da interdiscursividade na atividade linguageira é necessário levar-se em conta, noções como as de universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Maingueneau denomina universo discursivo o “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (2005, p. 35). É nessa dimensão que se situam os campos discursivos, “...em que um conjunto de formações discursivas (ou de posicionamentos) estão em relação de concorrência no sentido amplo, delimitando-se reciprocamente” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.91). É no campo

discursivo que se forma um discurso, o que se dá por meio de relações de confronto ou de aliança entre as formações discursivas, considerando-se a maneira como é preenchida a formação social que compartilham. O campo discursivo apresenta uma estrutura móvel e heterogênea, na qual se alternam posicionamentos dominantes e dominados, centrais e periféricos. Os subconjuntos das formações discursivas são recortados pelo analista no interior do campo discursivo, em conformidade com os objetivos de análise e integram-se em espaços discursivos.

O discurso trabalhista-sindical é constituído por formações discursivas provenientes de diferentes campos: do político, do jurídico-trabalhista, do patronal, do governamental, do trabalhador, que se opõem hierarquicamente de forma instável. Para nosso objetivo, averiguar o fenômeno do peleguismo no discurso trabalhista sindical da *CUT*, foi relevante observarmos o modo como interagem num mesmo espaço discursivo as formações discursivas do trabalhador, do governo e dos patrões, mantendo entre si relações de concorrência mútua. “‘Concorrência’ deve ser entendida da maneira mais ampla; inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc., entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida.” (MAINGUENEAU, 2005a, p.36).

Assim, o fazer enunciativo do discurso trabalhista-sindical instaura seu próprio espaço de enunciação por meio de um processo que põe em cena diversas formações discursivas que, ao convergir, vão determinar uma outra formação discursiva: a do sub-gênero peleguista. Nessa perspectiva, consideramos a interdiscursividade como o fenômeno da confrontação de um conjunto de discursos que se delimitam reciprocamente. Nesse processo estabelece-se uma rede semântica responsável por circunscrever a especificidade discursiva, a qual constrói-se por meio das relações do discurso com seu Outro.

No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. É o que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite fechar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade. (MAINGUENEAU, 2005a, p.39).

O avesso, o Outro no discurso trabalhista-sindical, se configura por meio da formação discursiva do peleguismo, a qual é constantemente rejeitada neste espaço discursivo, ou seja, caracteriza o seu interdito. Entretanto, por meio do descentramento do sujeito da enunciação é possível verificarmos a presença do Mesmo no discurso e seu Outro. Outro esse que é analisado por intermédio de um acontecimento discursivo: o das eleições presidenciais do ano de 2002. Tal fato favorece, no quadro sócio-histórico enunciativo aqui considerado, o desenvolvimento de uma conjuntura “peleguista” no âmbito do discurso sindical.

Authier-Revuz (1998) esclarece que o Outro pode manifestar-se no discurso tanto por meio da heterogeneidade mostrada como pela heterogeneidade constitutiva. A heterogeneidade mostrada diz respeito ao outro localizado no fio discursivo mediante marcas lingüísticas que se apresentam nos enunciados por meio, por exemplo, do discurso direto e indireto, do discurso indireto livre, das aspas, das alusões, da ironia, etc. A heterogeneidade constitutiva refere-se ao interdiscurso; assim sendo, o discurso também se constitui pelo não-um, independentemente das marcas lingüísticas presentes no intradiscurso. É neste espaço discursivo de não-coincidências que o discurso se faz e onde ele pode desfazer-se, se nada se opuser à sua dispersão. Dessa forma, o enunciador se vê obrigado a negociar com a alteridade presente na formação do sentido que atravessa constantemente o seu dizer.

Portanto, ao distinguir em si a presença de um outro, o discurso determina a fronteira entre o seu interior e o seu exterior, a qual é produzida pela diferença e permite ao enunciador elaborar uma imagem de si. “É no ápice desta contradição, que aguça a tensão entre o um e o não-um onde se produz a enunciação, que aparece a configuração enunciativa complexa da reflexividade opacificante” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.26).

É no espaço discursivo que o interdiscurso define uma rede de relações semânticas, marcadas pelo discurso Outro. Nesse espaço, emergem os gêneros do discurso, que se constituem de acordo com a finalidade da situação enunciativa. A enunciação se dá por meio da retomada do já-dito; assim, a formação de um gênero discursivo ocorre por meio desse processo de repetições. O discurso Outro, que caracteriza o interdito e atravessa o fazer enunciativo também se faz presente na formação dos gêneros e influencia suas práticas linguageiras. Dessa

forma, o interdiscurso e o discurso Outro, processos interdependentes, integram a formação de um gênero discursivo e interferem em sua enunciação.

4.2 A MODALIDADE DISCURSIVA MIDIÁTICA E O GÊNERO REPORTAGEM JORNALÍSTICA

A modalidade discursiva midiática abrange vários setores da atividade social: o jornalístico, o publicitário, o televisivo, o radiofônico. Em cada um desses setores proliferam diferentes gêneros de discurso, os quais são desenvolvidos a partir das práticas languageiras. De forma geral, a mídia e os gêneros aí produzidos buscam influenciar a opinião pública e difundir valores ideológicos, “vender” verdades, padronizar comportamentos, levando as pessoas a agirem de determinadas formas. É uma prática que se caracteriza como um discurso do cotidiano e por meio da qual se procura manter intactos certos valores já consolidados sócio-historicamente que são caros à memória discursiva da coletividade. Ela resulta da combinação de vários gêneros, que também pertencem ao cotidiano e que se entremeiam e possibilitam a manipulação da opinião associada à colaboração de um co-enunciador.

Para nosso propósito, nos deteremos especificamente no gênero jornalístico, uma vez que o *corpus* de análise aqui delimitado é formado por jornais editados pela *CUT/São Paulo*. O traço marcante do gênero jornalístico é o relato do real que a instituição jornalística busca difundir para o seu público, para o que cria um simulacro, inclui o referente por intermédio de referências a dados numéricos, citações aspeadas, a fala de especialistas, etc, simulando a reprodução fiel da situação real para, assim, conseguir convencer o interlocutor leitor. A respeito disso, Dittrich salienta que:

Por veicular grande volume de informações, o texto jornalístico baliza os leitores na tomada de decisões práticas no seu cotidiano: através dele conhecem os fatos, fazem julgamentos e até mesmo decidem prioridades em projetos pessoais ou financeiros. Essa transmissão das informações pressupõe a relação da linguagem com a realidade – a referência. (2003, p.21).

A topografia e a cronografia desse gênero, geralmente, correspondem à atualidade, a fatos atrelados a acontecimentos discursivos contemporâneos e sobre os quais a discursivização irá se posicionar, segundo suas redes de filiações históricas, em conformidade com formações discursivas e ideológicas específicas. Melo (1985) classifica os gêneros jornalísticos de acordo com dois critérios: a intencionalidade e a estrutura.

Quanto à intencionalidade, o autor identifica duas vertentes: a reprodução e a leitura do real. À primeira, compete observar e descrever a realidade, enquanto que a segunda analisa e avalia o real, segundo a posição ideológica da instituição jornalística. No entanto, sabemos que todo discurso pressupõe uma ideologia, portanto, ambos processos são marcados por essa característica da linguagem e seu fazer enunciativo não se mostra neutro diante de posicionamentos ideológicos. Nessa perspectiva, o jornalismo organiza-se em torno de dois núcleos: o informativo – ocupado em saber o que se passa; e o opinativo – que diz respeito a saber o que se pensa sobre o que se passa.

O segundo critério que Melo adota para a classificação dos gêneros jornalísticos é estrutural. Nessa perspectiva considera a articulação entre o real (o acontecimento em si), o relato (a expressão jornalística do fato) e a leitura (que envolve o público-alvo do jornal). Dessa forma, há diferença entre a natureza dos gêneros que pertencem à informação e os que pertencem à opinião.

Os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião). (MELO, 1985, p.48).

Partindo dessas diferenciações, o autor classifica o jornalismo em: informativo, o qual inclui a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista e opinativo, referente ao editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. A reportagem, de cunho informacional, é definida como: “o relato ampliado de um

acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística.” (MELO, 1985, p. 49)

A reportagem é um dos gêneros que compõem o discurso midiático. É por meio dela que o gênero trabalhista sindical vai materializar sua enunciação, tendo como sujeito enunciador a *CUT*. Nos periódicos publicados por este sindicato, percebemos que é a reportagem que prevalece como gênero central, mas também há a presença de outros, tais como: a nota, a entrevista e o artigo. As reportagens dizem respeito a acontecimentos políticos, à campanha eleitoral empreendida pela *CUT*, a realizações e eventos do sindicato e suas subseções, a mudanças na *CLT* e à divulgação do perfil de alguns sindicalistas, enaltecendo suas características e o empenho dos mesmos em trazer melhorias para o sindicato e em defender os interesses imediatos dos trabalhadores. Portanto, os temas aí tratados já tiveram, ou ainda têm repercussão na sociedade.

É por meio desse gênero que o discurso sindicalista irá criar sua própria cenografia, na tentativa de formar opiniões e estabelecer um contrato de identidade com seu leitor. Para tanto, recorre ao simulacro do real, em um quadro histórico-social de enunciação marcado por suas convicções ideológicas posicionadas a partir de formações discursivas específicas, que delineiam as fronteiras de suas práticas languageiras.

4.3 TRABALHISMO SINDICAL: A CONSTITUIÇÃO COMO PRÁTICA DISCURSIVA

As práticas discursivas articulam uma identidade enunciativa e um lugar social no fazer discursivo. A enunciação dessas práticas se dá em um espaço discursivo que pressupõe a coexistência dos gêneros em uma dêixis espacio-temporal dada e constitui um elemento importante da definição das formações discursivas de uma sociedade. A instância espacio-temporal define uma “...enunciação legítima e delimita a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua enunciação.” (MAINGUENEAU, 2005a, p.39). Dessa forma, a cronografia e a topografia são estabelecidas em conformidade com as restrições da formação discursiva.

A definição de um gênero do discurso é de grande relevância, pois proporciona uma economia de palavras na discursivização e também que o co-enunciador compartilhe a finalidade da situação enunciativa. Para a caracterização do gênero trabalhista sindical, privilegamos o enfoque sobre a cena enunciativa, o que contribui para ressaltar sua função social pré-determinada enunciativamente e que faz dele um espaço de intermediação na relação entre patrão e empregado.

Maingueneau distingue três cenas constituintes da cena da enunciação: cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante diz respeito ao estatuto pragmático do tipo de discurso a que pertence um texto. Nesta perspectiva, se faz necessário pensarmos em como o discurso interpela o leitor. O gênero discursivo que integra nosso objeto de análise tem como cena englobante o discurso midiático, por ter como suporte jornais editados mensalmente pelo sindicato da *CUT/São Paulo*. O co-enunciador é interpelado a partir de um lugar social bem definido: o de trabalhador e cidadão integrado a um grupo social específico.

A cena genérica é definida por gêneros específicos e apresenta papéis para seus parceiros, circunstâncias, um suporte material, um modo de circulação, uma finalidade, etc. Essa cena no gênero trabalhista sindical é formada pela reportagem jornalística, tendo como sujeito enunciador a instituição sindical da *CUT*, figurativizada, em certos momentos, por sujeitos empíricos – os sindicalistas, cuja fala é incorporada aos textos por meio do discurso direto. Notamos que o co-enunciador, em um nível discursivo mais superficial e aparente, é o trabalhador. Entretanto, ao aprofundarmos um pouco mais as análises, percebemos que os textos jornalísticos buscam dialogar preferencialmente com a sociedade em geral e com o Estado em particular, que se tornam os co-enunciadores predominantes do fazer discursivo cutista.

Dessa forma, é possível compreendermos a finalidade subjacente a esse discurso: dialogar com o Estado, ou seja, com quem está no poder; além de dialogar com o povo e também com os trabalhadores. De acordo com as circunstâncias enunciativas, no que se refere ao tempo, delimitamos o período de 2002 a 2004, atrelado ao acontecimento principal que foram as eleições presidenciais. Esse fato configura o espaço da enunciação, ou seja, o cenário político-social determinado por um momento histórico. Assim, temos um acontecimento discursivo situado diacrônica e sincronicamente.

A cenografia é aqui empregada em duplo sentido: segundo Maingueneau, "...uma enunciação se caracteriza, de fato, por sua maneira específica de inscrever-se, de legitimar-se, prescrevendo-se um modo de existência no interdiscurso; [...] consideramos o desenvolvimento da enunciação como a instauração progressiva de seu próprio dispositivo de fala." (2005b, p.76). Portanto, a cenografia não é imposta pelo gênero discursivo, mas construída pelo próprio discurso. Ela é, simultaneamente, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra e assim legitima um enunciado que deve legitimá-la. O discurso trabalhista-sindical é veiculado por meio de reportagens jornalísticas (cena genérica), pertencentes ao discurso midiático (cena englobante). No entanto, no decorrer da leitura dos *corpora*, é possível verificar que o enunciador não se atém à cenografia rotineira da reportagem, mas interpela o leitor como se mantivesse com ele uma "conversa informal", estratégia com que procura deixá-lo a par das realizações do sindicato da *CUT* e de acontecimentos mais recentes na conjuntura político-social.

A discursivização dos textos mostra-se marcada pela fala de um sujeito enunciator "único", "dono da palavra", autoritário, que se auto denomina capaz de mencionar fatos e julgá-los, sempre segundo um ponto de vista único. Essa situação colabora para inscrever a subjetividade do enunciator no discurso trabalhista sindical e desvelar o fazer do sujeito no que concerne à militância partidária e a defesa de interesses carreiristas na política, além do que acaba servindo para conseguir nomeação em cargos públicos. Esse viés autoritário no discurso cutista, decorrente de seu posicionamento como julgador de ações sindicais e políticas, pode ser observado nos enunciados seguintes:

O principal objetivo é desmascarar esses parlamentares, que só defendem os interesses do povo na hora do discurso, mostrando aos eleitores quem são os seus verdadeiros candidatos e os principais apoiadores. As campanhas serão desenvolvidas até as eleições, em outubro. (Fevereiro/2002, p.5)

Os moradores vão conhecer o 'Varal da Vergonha' (...). "Encontramos essa forma divertida para denunciar aos eleitores os principais aspectos negativos desenvolvidos pelo projeto neoliberal dos governos FHC e Alckmin", explica o coordenador, Adenilson Custódio de Souza. (Fevereiro/2002, p. 6)

Os interlocutores textuais não são, especificamente, os trabalhadores, mas pessoas que podem votar. Isso é verificado pelo emprego de palavras como “eleitores” e “moradores”. O uso do adjetivo “principal” junto ao termo “objetivo”, permite subentender a importância atribuída pela *CUT* às eleições de 2002 e a prioridade que essa instituição sindical atribui ao evento político daquele ano. Destacam-se, também, as expressões adjetivas “verdadeiros candidatos” e “principais apoiadores” como exemplos da seleção qualitativa realizada pela *CUT* para indicar ao trabalhador-leitor os candidatos considerados íntegros e comprometidos com seus interesses. O tempo da enunciação é relacionado a um estágio de posterioridade discursiva, como forma de delimitar o período de duração das campanhas empreendidas pelo sindicato: “As campanhas serão desenvolvidas até as eleições, em outubro”. É importante, ainda, considerarmos o campo semântico mobilizado na enunciação, que também está vinculado ao acontecimento discursivo primordial, que aponta para as eleições de 2002. Outro aspecto relevante é a crítica ao governo de Alckmin e FHC, explicitada no emprego das expressões adjetivas: “principais aspectos negativos” e “projeto neoliberal”, em que se reitera o ponto essencial de divergência ideológica entre os cutistas e a cúpula governista da época: a vigência de um sistema político-econômico a que as oposições costumavam chamar de “neoliberalismo”. Diante destas marcas discursivas podemos verificar que o enunciador assume o posicionamento de julgador das ações do governo tucano⁷ em seu fazer enunciativo. Essa situação é recorrente no que se refere ao sindicato “*Força Sindical*”, que igualmente dispõe de grande representatividade a nível nacional e constitui uma forte concorrência como órgão de representação trabalhista. É o que verificamos nos enunciados a seguir:

Com o apoio da ‘Farsa Sindical’, representante oficial dos patrões, o processo será facilitado. (Jornal CUT/SP, p.4, fev.2002).

O PL conta com o apoio da ‘Farsa Sindical’ e da Social Democracia Sindical, defensoras dos interesses patronais. (Jornal CUT/SP, p.5, fev.2002).

⁷ O *PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)* foi fundado em 25 de junho de 1988 por importantes figuras do cenário político brasileiro, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Seu símbolo é um tucano nas cores azul e amarelo, e por esta razão, seus membros são chamados de “tucanos”. O *Partido da Social Democracia Brasileira* é atualmente um dos cinco maiores partidos políticos brasileiros e, dentre estes cinco, é o de mais recente fundação.

Percebemos, aqui, a proximidade com o gênero judiciário, uma vez que a *CUT* alterna posições de acusadora e julgadora das ações da *Força Sindical*, tentando associá-la a um perfil peleguista. Com tal procedimento, é possível corroborar a distinção nesse discurso de um cunho autoritário. Notamos, ainda, o trocadilho feito com o nome do sindicato, em que se substitui o substantivo “força” pelo adjetivo “farsa”. Nessa perspectiva, temos, nas palavras de Authier-Revuz, “...uma espécie de solidão e de responsabilidade do ‘eu’ nomeando uma coisa em sua singularidade, isto é, não ainda nomeada, uma dimensão de batismo cumprido, em seus riscos e segundo seu desejo, pelo sujeito” (1998, p. 69). Ao escolher assim “batizar” o discurso do oponente, instaura uma associação palavra-coisa inusitada e cria um referente singular, desencadeando uma nomeação específica no conjunto de outras nomeações já estabelecidas.

Concluimos disso que o enunciador apela para uma competência criativa polissêmica e combinatória ao recusar os limites impostos pela própria língua, recorrendo à solução de instalar uma nova unidade sintagmática. A instauração dessa nova nomeação para o sindicato da *Força* é justificada por expressões como “representante oficial dos patrões”, “defensora dos interesses patronais”, as quais retomam o esforço de associar à idéia de peleguismo a imagem do Outro desse discurso. O objetivo claro é o de desencadear um efeito de sentido negativo para o *ethos* da *Força Sindical*, procurando desmoralizá-la diante dos enunciatários e, conseqüentemente, enfraquecer sua credibilidade junto aos trabalhadores.

O sujeito enunciador deseja “conversar”, “dialogar” com o Estado, com as entidades patronais, com a sociedade e com os trabalhadores. Sua linguagem, apesar de escrita, apresenta um caráter coloquial, típico de uma “conversa informal”. Esse fato é destacado por meio de funções lingüístico-discursivas como:

- a interpelação direta do destinatário leitor:

Se FHC não fez em oito anos, você acha, realmente, que ele fará em quatro? (Jornal CUT/SP, p.3, set.2002).

- os dêiticos pessoais:

Dedicamos este jornal especial a cada uma das pessoas envolvidas no trabalho de conscientização e esclarecimento à sociedade. (Jornal CUT/SP, p.2, abr. 2002).

O que fazer para mudar esse País? Nós da Central Única dos Trabalhadores já estamos fazendo nossa parte. Entregamos, no último dia 13 de maio, um documento ao candidato Lula intitulado: “Emprego, Renda e Relações de Trabalho”. (Jornal CUT/SP, p.2, mai. 2002).

- dêiticos temporais:

No período 2000/2001, filiamos 21 novos sindicatos. (trecho da entrevista de Hildo Soares de Sousa – Secretário de Finanças e Administração da *CUT/SP*). (Jornal CUT/SP, p.8, fev. 2002)

O anúncio da retirada do regime de urgência, no último dia 3 de abril, do projeto de lei 5483/01 do governo FHC, que visa flexibilizar o artigo 618 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), representa uma importante vitória para o movimento sindical cutista e para todos os trabalhadores brasileiros. (Jornal CUT/SP, p.2, abr. 2002).

Assim, apesar de o interlocutor estar lendo uma reportagem, destacamos que, por parte do enunciador, há certa propensão a construir uma cenografia que é mais própria de uma conversa informal e íntima. Essa situação é reveladora da intenção discursiva do sujeito enunciador, visto que os “gêneros de discurso que mais recorrem a cenografias são aqueles que visam a agir sobre o destinatário, a modificar suas convicções.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 97). Portanto, o enunciador sindical pretende mobilizar o fazer-criar do leitor e suas convicções ideológicas. Para isso, recorre a identidade dos parceiros da enunciação, ao conjunto de lugares e aos momentos enunciativos, a partir dos quais seu discurso vai sendo proferido, de forma a instituir seu direito à fala.

Salientamos, ainda, nesse gênero, termos que marcam a identidade enunciativa no campo discursivo, como é o caso das palavras “luta”, “companheiro”, “resistência” e “mudar”, constantemente repetidas no discurso. O emprego da palavra “companheiro”/“companheira” subentende a inclusão do sujeito enunciador no enunciado além de constituir uma marca de seu esforço para criar uma relação de parceria e confiança com o enunciatário, na tentativa de validar a veridicção

discursiva. Os termos “luta” e “resistência”, recorrentes no discurso cutista, contribuem também para o convencimento do leitor quanto à verdade de seu discurso e a legitimação do enunciador como defensor da categoria dos trabalhadores. O verbo “mudar” é usado em uma dimensão pragmática com o intuito de despertar nos leitores o fazer-fazer, induzindo-os e creditando a eles a capacidade de realizarem uma ação sugerida discursivamente pela *CUT*. É o que podemos verificar em enunciados como:

Queremos dividir com os companheiros e companheiras nossas angústias, preocupações, desejos e projeções para o futuro. (Jornal CUT/SP, p.4, jul. 2002).

Ao longo destes 19 anos de fundação, um dos momentos mais expressivos de Resistência e Luta da CUT aconteceu durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.” (Jornal CUT/SP, p.10, jul. 2002).

O papel social destas campanhas foi conscientizar de forma criativa os trabalhadores, bem como reforçar que nas eleições de 3 de outubro eles podem dar um basta e mudar o Brasil. (Jornal CUT/SP, p. 3, mai. 2002).

O sentido de uma palavra “...se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (PÊCHEUX, 1997, p.161). Tal fato confere às palavras o estatuto de signos que, ao serem incorporados ao discurso explicitam seu cunho ideológico e delineiam discursivamente um conjunto de temas pertinentes, contribuindo para que venha a ser aceito socialmente. No entanto, é a formação discursiva que define a especificidade de um discurso e não seus temas. No discurso trabalhista sindical, os temas que se ancoram ao contexto sócio-histórico de enunciação constituem os temas impostos. Para garantir sua aceitação social, esse discurso alude freqüentemente a um tema específico, reflexo de sua função social: a intenção de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores. Com isso, esse gênero consegue validar-se discursivamente e, paralelamente, desenvolver no discurso outros temas vinculados ao contexto sócio-histórico: a campanha eleitoral

presidencial, críticas à oposição político-partidária, depreciação do sindicato da Força Sindical.

Sabemos que “cada formação discursiva tem uma maneira que lhe é própria de construir seus parágrafos, seus capítulos, de argumentar, de passar de um tema a outro... Todas essas junturas de unidades pequenas ou grandes não poderiam escapar à carga semântica global” (MAINGUENEAU, 2005a, p.101). Para isso, o enunciador se serve dos processos parafrásticos e polissêmicos da linguagem, fazendo com que o discurso se desenvolva e progrida por meio do encadeamento entre o mesmo e o diferente. A paráfrase diz respeito à estabilização, à retomada do que já foi enunciado; já a polissemia joga com o equívoco, com a ruptura do processo de significação, produzindo o novo. “É nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam.” (ORLANDI, 1999, p.36). Nessa perspectiva, concebemos a incompletude como condição de existência da linguagem; conseqüentemente, os sujeitos e os sentidos não são fixos e acabados, mas se encontram em um processo de constante (re) elaboração. Assim, na produção dos sentidos, o sujeito enuncia a variedade a partir do mesmo e, ao subverter as regras discursivas, desencadeia o diferente.

Decorre daí a afirmação de que a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico. (ORLANDI, 1999, p.38)

É por meio desses processos discursivos que o enunciador do discurso sindicalista consegue fazer com que seu dizer produza sentido. Em seus enunciados, reitera, retoma o já-dito, ao afirmar discursivamente o papel que lhe é atribuído pela sociedade: o de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores. No entanto, ao mesmo tempo em que retoma, deriva sua significação para novos efeitos de sentido. E faz surgir o novo, o diferente em seu discurso, por meio da polissemia. Torna-se possível, assim, inscrever sua subjetividade no fazer

enunciativo, manipulando o discurso em seu próprio benefício, com o objetivo de conquistar ascensão política, assim como a obtenção de importantes cargos públicos. Com isso, o sujeito, pela repetição, tangencia o diferente em um espaço fortemente marcado pelas relações de poder.

Procuramos aqui descrever o gênero trabalhista-sindical, que, por sua natureza, ilustra a presença de uma cenografia variada e demonstra como se porta o enunciador em seu trabalho de persuasão do interlocutor. Essa variação se mostra fortemente associada à finalidade do gênero discursivo. Consideramos a cenografia instituída pela enunciação, a qual possui uma maneira específica de legitimar-se, constituindo um modo de existência no interdiscurso responsável por instaurar progressivamente seu próprio dispositivo de fala. No discurso trabalhista-sindical, os temas atrelados à cena enunciativa apontam para a defesa dos trabalhadores. No entanto, a alteridade discursiva permite pressupor que tais temas contribuem para a inserção de uma subjetividade do enunciador que pode desvelar o proselitismo e o interesse pela ascensão na vida política, ou então simplesmente pela nomeação em cargos públicos.

CAPÍTULO 4

5 ALTERIDADE DISCURSIVA DA CUT E CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE

“A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido” (SILVA, 2005, p. 84)

O conceito de identidade é um construto central para o esclarecimento das mudanças sociais, culturais, políticas, tecnológicas e econômicas. A modernidade trouxe para o mundo grandes transformações e acarretou novos estilos e formas de organização social. Nas práticas cotidianas, as pessoas constantemente se deparam com questionamentos referentes ao modo de viver, o que afeta a compreensão da classe social, do gênero, da sexualidade, da raça etc, ou seja, refletem indagações a respeito de quem são e qual papel desempenham na sociedade atual.

Estamos em um mundo multicultural, no qual a heterogeneidade constitui uma marca da humanidade. Observamos que as identidades sociais tornam-se o centro de muitos dos estudos atuais decorrentes do “...grande momento de reflexividade que vivemos na vida contemporânea, no que alguns chamam de modernidade tardia, sobre os modos atuais de experienciar a vida social ou as novas identidades sociais que se apresentam.” (MOITA LOPES, 2003, p. 17). Portanto, encontramos-nos em um momento de problematização de tudo o que parece preestabelecido e plenamente justificado. Sendo assim, deparamo-nos com incertezas e dúvidas quanto às identidades que assumimos enquanto sujeitos, as quais possuem limites incertos e fugazes.

Neste trabalho, não se pretende estudar a identidade como um conceito uno, no qual se inclua o mesmo, o idêntico a si. Buscamos questionar a identidade enquanto única, para mostrar sua fragmentação e descontinuidade, como algo que explica a falta de completude de todos os sujeitos. Quando falamos de identidade, a entendemos como um conceito em movimento, em constante mutação, com toda significação sendo vista como incompleta, inacabada, fenômeno cuja constituição sempre comporta algum deslizamento. Woodward (2005), esclarece que a identidade depende de algo fora de si para existir. Ela é relacional, isto é, depende

de outra identidade, de uma identidade que ela não é, que difere de si, mas que fornece as condições para que a mesma possa existir.

No lugar de identidade, alguns estudiosos preferem o termo identificação, por não remeter ao mesmo, ao idêntico. Hall, esclarece que a identificação é:

...um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre 'demasiado' ou 'muito pouco' – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao 'jogo' da *différance*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de 'efeitos de fronteiras'. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui. (2005 p. 106)

A concepção de identidade, para esta pesquisa, compreende esse processo descrito pela identificação, pois não tem como referente um eu que permanece sempre o “mesmo” ao longo do tempo. Nessa perspectiva, concebemos a identidade enquanto um “tornar-se” e não como um “ser”. Elas não são nunca unificadas, mas fragmentadas, construídas discursivamente de forma múltipla, evidenciando práticas e posições que tanto podem se cruzar como se apresentar antagônicas. “As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (HALL, 2005, p.108).

A identidade adquire sentido por meio da linguagem, a qual é entendida como discurso, enquanto prática social que envolve os sujeitos em determinadas condições de produção. Todo discurso provém de um sujeito posicionado sócio-historicamente em uma formação discursiva dada, que marca suas posições identitárias e o localiza na vida social no e pelo discurso. Sendo assim, ao enunciar, o sujeito assume diferentes papéis sociais que podem ter maior ou menor relevância de acordo com o contexto enunciativo, embora todos eles sejam parte constituinte de sua identidade.

É nesse sentido que o sujeito se revela cindido e fragmentado, podendo alterar sua posição discursiva de momento em momento, ou de contexto para contexto, caracterizando-se como ambíguo e instável. Esse sujeito assume

diferentes identidades que podem entrar em conflito quando o que é exigido por uma interfere nas exigências de uma outra identidade. O uno é construído discursivamente e re-construído em diferentes contextos de uso da linguagem, sendo, portanto, reposicionado ou transformado. É assim que os sujeitos acabam por revelar a fragmentação, a multiplicidade, a contradição e a divisão em sua identidade, sempre determinada em face da sua relação com o Outro.

A construção das identidades ocorre por meio dos processos discursivos. Dessa forma, a identidade tem que ser ativamente produzida no contexto das relações culturais e sociais. Ela resulta das condições de produção que agem sobre o sujeito, inscritas no pré-construído discursivo, sendo também uma das estratégias que ele põe em funcionamento de forma mais ou menos consciente.

As identidades são produzidas por meio da marcação da diferença. Segundo Woodward (2005), essa marcação pode se dar através de sistemas simbólicos de representação ou por formas de exclusão social. Portanto, a identidade depende da diferença para sua existência. É por meio da organização e da ordenação das coisas no mundo de acordo com sistemas classificatórios que o significado é produzido. Nessa perspectiva, podemos pensar a identidade e a diferença enquanto produtos do universo cultural, por isso enquanto aquilo que necessita da linguagem para sua manutenção.

As formas utilizadas pela cultura para determinar fronteiras e distinguir a diferença são fundamentais para o entendimento das identidades. A diferença, assim, passa a ser aquilo que separa uma identidade da outra, na maioria das vezes, por meio de oposições. A partir dessa maneira de conceber tal conceito, podemos construí-lo negativamente, por meio da exclusão ou marginalização do que é definido como “outro”, ou seja, como o “diferente”. Entretanto, essa acepção também pode ser vista como produtora da diversidade e da heterogeneidade, sendo contemplada como enriquecedora. Nesse sentido, a diferença é construída por representações simbólicas que atribuem significado às relações sociais.

A diferença “...é o elemento central dos sistemas classificatórios por meio dos quais os significados são produzidos” (WOODWARD, 2005, p. 67). Dessa forma, a identidade se constitui por meio da diferença, pois ambas são resultantes de um processo de produção simbólica e discursiva. Dependem da relação social para existirem, portanto, estão sujeitas a vetores de força, a relações de poder: conseqüentemente, elas são impostas e disputadas. Como o sujeito é um efeito de

sentido resultante do discurso, a abrangência desse poder passa pelo sujeito e é por ele reproduzido. Assim, o sujeito também pode ser visto enquanto fonte de poder, o que influencia na determinação de uma identidade.

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. (SILVA, 2005, p.81)

Identidade e diferença refletem a disputa pelo poder, o qual se manifesta por meio de marcas reveladas em ações tais como: incluir/excluir; demarcar fronteiras; classificar; normalizar. Afirmar a identidade e estabelecer a diferença implica o incluir e o excluir, pois dizer o que somos é também dizer o que não somos. Determinar quem pertence e quem não pertence é impor uma classificação quanto aos que devem ser incluídos e os que serão excluídos. A identidade institui fronteiras, separa o que fica dentro e o que fica fora, separa o nós e o eles. Esse fato implica em um processo de classificação, pelo qual organizamos e dividimos o mundo social em grupos e classes. Tais classificações ocorrem sempre a partir da perspectiva da identidade, o que pressupõe o conceito de hierarquização. Diante disso, quem classifica tem o poder de atribuir diferentes valores aos grupos classificados.

A identidade é capaz de excluir e transformar o diferente em exterior; portanto, a constituição de uma identidade social é um ato de poder. De acordo com esse jogo do poder, "...é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado 'positivo' de qualquer termo – e, assim, sua 'identidade' – pode ser construído." (HALL, 2005, p. 110).

Essa construção, produzida em um espaço de redes de filiações sócio-históricas de sentido por meio do discurso, é marcada pela alteridade e pela multiplicidade. Dessa forma,

por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1990, p. 56)

Partindo do pressuposto básico de que o discurso é heterogêneo, construído a partir de discursos outros, de pré-construídos exteriores ao sujeito, consideramos que todo discurso é atravessado pelos discursos do outro e pelos outros discursos. Os sujeitos enunciam sempre mais do que desejam enunciar; além disso, nunca sabem completamente o que enunciam, visto que há, na linearização discursiva, um algo a mais, originário da determinação histórica e ideológica. O sujeito se torna efeito de sentido do discurso, envolvido pelos esquecimentos mencionados por Pêcheux (1997). No esquecimento 1, tem-se um caráter ideológico, que faz com que o sujeito apague qualquer elemento que remeta ao exterior de sua formação discursiva, para o que “aceita” e “recusa” seqüências lingüísticas, com o propósito de produzir determinados efeitos de sentido. O esquecimento 2 leva o sujeito a definir fronteiras entre o que pode e deve ser dito e o que não pode ser dito. Esse procedimento culmina na ilusão da objetividade discursiva ao representar a realidade, conferindo ao sujeito a origem e a fonte do sentido. A ilusão discursiva da unidade e da origem torna-se necessária para a manutenção da identidade, a qual tem seu fechamento perpassado pela alteridade que irrompe no interior de um sujeito marcado pela dispersão das várias posições que assume no discurso.

A respeito disso, o fazer enunciativo do sujeito é articulado em redes de memória, dando lugar à identidade e à diferença. Nos espaços discursivos, as identidades irrompem, sendo constituídas por uma pluralidade de filiações históricas e isso ocorre “...porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência.” (PÊCHEUX, 1990, p. 54). Esse discurso-outro que marca a identidade e dá lugar à diferença, é o princípio do real sócio-histórico, da insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica.

Diante dessas considerações, reafirma-se que os sentidos nunca são definitivos. Eles se formam em um “...espaço de não-coincidências [...]

indissociavelmente, aquele onde ele poderia desfazer-se, se não o protegesse, opondo-se à sua dispersão, uma força de ligação, de coesão, de um que faz 'obter' uma fala, que faz com que obter uma fala seja, entre outros, fazer 'ter junto' o que não faz outro sentido senão o de não ser um." (AUTHIER-REVUZ,1998, p. 26). Portanto, o sentido é sempre inacabado e nele podemos encontrar pontos de deriva que constantemente vão fazer surgir novos sentidos para as palavras.

Os sentidos, que contribuem para a construção da identidade e da diferença, dialogam com o saber interdiscursivo das formações discursivas, as quais, por sua vez, se atrelam às formações sociais, conceito que, segundo Pêcheux e Fuchs, pode ser "caracterizável por uma certa relação entre as classes sociais", e que "implica a existência de posições políticas e ideológicas, que não são feitas de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação" (1990, p.166).

Tendo em vista a fluidez das identidades, ressaltada por Hall (2005), e a conceitualização de discurso aqui apresentada, referente à heterogeneidade e ao não-um, tomamos os sistemas simbólicos de representação (WOODWARD, 2005) como significativos para o nosso propósito de análise. Esses sistemas colocam a identidade como dependente da diferença e não procuram anulá-la. São marcados pelas relações sociais e pelo discurso, possibilitando averiguar a presença do Outro, desencadeando um movimento de sentidos e uma multiplicidade de vozes que integram a subjetividade do sujeito nas posições identitárias que assume.

Portanto, as identidades são um "construir-se", resultantes de múltiplos sentidos e de múltiplas vozes. Cada sujeito porta identidades contraditórias em seu interior, levando-o para diferentes direções, situação que determina que nossas identidades sejam continuamente deslocadas, em decorrência da presença de discursos outros. Elas são incessantemente construídas e reconstruídas por meio da relação com o outro, por meio da diferença e, assim, estão continuamente em processo.

5.1 A IDENTIDADE DISCURSIVA DA CUT

Conforme já salientamos anteriormente, discurso, sujeito, e suas múltiplas identidades são processos constitutivamente heterogêneos. Isso nos permite buscar essa alteridade vinda do interdiscurso nas marcas lingüístico-discursivas presentes no intradiscurso, que possibilitam descrever o seu funcionamento e revelar os sentidos daí decorrentes. A partir dessa perspectiva, estipulamos como propósito de análise averiguar as formas de representação da identidade do sujeito enunciador sindicalista em sua prática discursiva.

Partimos do pressuposto de que, ao enunciar, o sujeito enunciador do discurso cutista mobiliza a memória discursiva, subvertendo a rede de filiações sócio-históricas e ideológicas às quais sua formação discursiva está atrelada. Assim, o dizer do sindicalista se constitui pelo não-um, pela diferença. E é no reconhecimento dessa heterogeneidade, conforme Hall (2005), que ocorre a emergência de pontos integrantes da identidade, que são múltiplos, diversos e contraditórios. Portanto, o sujeito se constitui pela multiplicidade de discursos e pelo descentramento de si, situação que contribui para a inserção no fazer enunciativo sindical de uma subjetividade discursiva.

De acordo com o que já salientamos, a identidade é relacional, isto é, depende de algo fora dela para existir, de uma outra identidade que ela não é, que difere de si, mas que fornece as condições para que ela exista. A *CUT* procura, constantemente, afirmar uma identidade em sua prática discursiva, para o que recorre àquilo a que Silva denomina “apelo a antecedentes históricos”: “...essa redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece, é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise.” (2005, p. 12).

A alusão ao contexto histórico nas práticas languageiras da *CUT* é recorrente, constituindo uma marca discursiva. É o que podemos verificar no seguinte recorte discursivo:

No último dia 28 de agosto, a CUT completou mais um aniversário: 19 anos de lutas e conquistas em defesa da classe trabalhadora. (Jornal CUT/SP, p. 4, set. 2002)

Por meio de uma debreagem, que marca a não-concomitância enunciativa – “no último dia 28 de agosto” e “19 anos de lutas e conquistas” – , a *CUT* retoma seu passado como parte da construção de sua identidade, como se isso ocorresse paralelamente à enunciação. A expressão “lutas e conquistas em defesa da classe trabalhadora”, corrobora o sentido de defesa dos direitos dos trabalhadores que a *CUT* procura associar à sua identidade discursiva. Esse fato é destacado pelo sujeito enunciador como algo iniciado em um passado distante (desde sua fundação em 1983) e que se repete até à atualidade enunciativa. Assim, a identidade discursiva procura se legitimar na referência a um suposto e autêntico passado, discursivizado como “glorioso” e “real” para o co-enunciador, sendo usado como recurso para validar a identidade discursiva aqui assumida. A *CUT* enuncia desse lugar social, criado pelo e no discurso para ser socialmente aceita pelos trabalhadores. Portanto, assume uma posição-sujeito de identificação com os preceitos ideológicos deste co-enunciador.

É interessante ressaltarmos que o sujeito enunciador, constantemente, enuncia a partir de uma posição histórica específica, como se observa no enunciado a seguir:

Ao longo destes quase 19 anos de fundação, um dos momentos mais expressivos de Resistência e Luta da CUT aconteceu durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. (Jornal CUT/SP, p. 10, jul. 2002)

O enunciado se inicia delimitando um período de tempo referente ao passado: “ao longo destes quase 19 anos de fundação”, o qual remete o co-enunciador a um momento histórico: o da fundação da *CUT*. Logo em seguida, afirma “um dos momentos mais expressivos de Resistência e Luta da *CUT*”, em que deixa subentendida a maneira corajosa como este sindicato desempenhou sua função social, ou seja, demonstrando que sua trajetória se desenvolveu por meio de “resistência” e “luta”. São efeitos de sentido desencadeados pela expressão “um dos momentos”. O momento histórico destacado discursivamente, em diversos enunciados, vem acompanhado das palavras “Luta” e “Resistência”, grafadas em maiúscula, o que contribui para chamar a atenção do leitor e caracterizar a forma de atuar da instituição. Assim, o sujeito enunciador procura (re) afirmar uma identidade

de defensor dos direitos dos trabalhadores no imaginário social dos leitores do periódico classista.

Para o nosso propósito de análise, consideramos a identidade enquanto um processo em construção:

Ao ver a identidade como uma questão de 'tornar-se', aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum. (WOODWARD, 2005, p. 28)

Nessa perspectiva, observamos que a *CUT* retoma a história para firmar sua identidade. No entanto, uma vez que o passado sofre uma permanente transformação não podemos compreender a identidade como um conceito fixo e rígido, pois, conforme salienta Derrida (1999), a significação não é completa, mas é inacabada e sempre se abre para algum tipo de deslizamento em sua constituição. Tal processo ganha corpo e presença no seguinte segmento:

O dia 21 de março de 2002 foi o marco das mobilizações em nível nacional. As 17 Subsedes e os 307 sindicatos filiados à Central no Estado de São Paulo contribuíram em peso para a excelente repercussão popular e de mídia. Dedicamos este jornal especial a cada uma das pessoas envolvidas no trabalho de conscientização e esclarecimento à sociedade. Essa data entrou para o livro de lutas históricas travadas pela *CUT* em defesa dos direitos de todos os cidadãos ao longo destes quase 19 anos de fundação. (Jornal *CUT/SP*, p. 2, abr. 2002)

Aqui, o passado de luta é mencionado para afirmar a identidade que vai sendo construída durante a enunciação: "lutas históricas travadas pela *CUT*". No entanto, esse passado é retomado e modificado. Sabemos, devido ao nosso conhecimento partilhado e de mundo, que as mobilizações sindicais de protesto eram ofensivas e, muitas vezes se davam em meio a embates com a polícia, o que resultava na repressão dos trabalhadores por meio da reclusão, espancamentos e até mortes. A mobilização sindical de "21 de março de 2002" diz respeito à retirada do regime de urgência do projeto do governo que visava a flexibilização da *CLT*. A forma como é referida essa mobilização no discurso distancia-se do cunho que

assumia nas mobilizações do passado, apresentando-se de forma mais amena sendo descrita como um “trabalho de conscientização e esclarecimento à sociedade”. Assim, a identidade do passado é retomada e transformada durante a enunciação para definir a identidade atual.

Recorrer ao passado histórico é um dos meios pelos quais a *CUT* constrói a identidade de defensora dos direitos dos trabalhadores. Afirmar, discursivamente essa identidade para si é o que possibilita justificar a necessidade de sua existência diante do co-enunciador. Em um campo discursivo, há diversas identidades em permanente concorrência, sendo que esta é determinada por conflitos. Dessa forma, a *CUT* busca manter sua identidade por meio da justificação dessa necessidade para os trabalhadores, evitando, assim, que sua identidade desapareça, ou seja, que a considerem menos importante diante de outras. Para isso, além de recorrer à história, se vale de dados estatísticos para enfatizar a relevância de seu crescimento numérico:

As campanhas de filiação foram outro aspecto positivo. Graças à nossa pujante mobilização e resistência fundamos a Federação dos Trabalhadores da Construção Civil e investimos no setor rural, com o fortalecimento da agricultura familiar, através da FAF (Federação da Agricultura Familiar). Outra vitória foi o reconhecimento legal da Feraesp. Com essas ações derrotamos mais uma vez a ‘Farsa Sindical’. No período de 2000/2001, filiamos 21 novos sindicatos. (Trecho da entrevista de Hildo Soares de Sousa – Secretário de Finanças e Administração da CUT/ SP). (Jornal CUT/SP, p. 8, fev. 2002)

Notamos haver o estabelecimento de uma relação entre a necessidade da existência da *CUT* para os trabalhadores e o seu crescimento: “No período de 2000/2001, filiamos 21 novos sindicatos”. Esse efeito de sentido só é possível, pois, de forma implícita, depreende-se que essas filiações ocorreram graças ao fato da *CUT* ser competente no desempenho de sua função social e, conseqüentemente, em despertar a atenção e atrair mais filiados. Esse fato se encontra presente no intradiscurso por meio de expressões como: “campanhas de filiação”, “aspecto positivo”, “nossa pujante mobilização”, “derrotamos mais uma vez a ‘Farsa Sindical’” e “filiamos 21 novos sindicatos”.

Esse efeito de sentido é observado igualmente em outros recortes discursivos:

Dados do Dieese mostram que 72% das categorias cutistas conquistaram, em 2001, a reposição integral da inflação medida pelo INPC/IBGE e melhorias em várias cláusulas sociais. (Jornal CUT/SP, p. 3, abr. 2002)

“Temos desenvolvido uma ampla campanha em defesa dos direitos dos trabalhadores, como foi o caso do projeto de reforma da CLT que prevê o corte de direitos mínimos, portanto, estamos conscientizando a população para que votem nos candidatos, realmente, comprometidos com os problemas sociais e, que contribuam para a construção de uma nação mais justa e solidária.” – declaração da secretária de Imprensa e Divulgação da CUT/SP, Lucinei Paes de Lima. (Jornal CUT/SP, p.7, mai. 2002)

O enunciador auto-proclama sua competência, para o que faz uso de uma pesquisa do *Dieese* – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, órgão reconhecido nacionalmente por desenvolver atividades de pesquisa, assessoria, educação e comunicação referentes a temas relacionados ao mundo do trabalho. Com isso, procura atestar a verossimilhança discursiva por meio de dados estatísticos – como se pode observar em “72% das categorias cutistas conquistaram” – construindo, aos olhos do interlocutor, a impressão de se tratar de um fato incontestável. Assim, impõe para si uma identidade de defensor dos direitos trabalhistas, fazendo valer o papel social que lhe é atribuído e reafirmando a necessidade de sua existência para a classe dos trabalhadores. Essa situação vem enfatizada pela expressão “ampla campanha em defesa dos direitos dos trabalhadores”, na qual o adjetivo “ampla” pressupõe o empenho do sindicato cutista em defender seus representados.

No recorte discursivo seguinte essa identidade é novamente validada:

Mais uma vez, os trabalhadores do Estado de São Paulo depositaram nas urnas sua confiança no trabalho sério, transparente e comprometido dos Sindicatos cutistas. É o que mostra o balanço das eleições sindicais, ocorridas nos últimos meses, que renovou e manteve na liderança importantes dirigentes. As novas direções ficarão nos cargos até 2006. (Jornal CUT/SP, p.3, abr. 2002)

A expressão enfatizadora “mais uma vez” inicia o enunciado ressaltando a permanência da representação oficial do sindicato cutista no estado

de São Paulo. Esse fato vem reforçado por expressões como “depositaram nas urnas”, “renovou e manteve na liderança”, “as novas direções”, que, juntamente com os adjetivos: “sério”, “transparente” e “comprometido”, colaboram para assegurar a associação da identidade discursiva da *CUT* à idéia de necessidade.

O espaço enunciativo dessa instituição sindical é demarcado por sujeitos enunciados bem específicos, conforme vem destacado a seguir:

Pressionado pela mobilização cutista e também de olho nos votos da oposição para passar a CPMF, o governo retirou o regime de urgência do projeto de reforma da CLT.” (Jornal CUT/SP, p.5, abr. 2002)

O enunciador traz o Outro para o discurso, no caso o governo FHC, para acusá-lo e contestá-lo, pois a questão da reforma da *CLT* é mencionada em várias passagens dos periódicos analisados sempre de forma pejorativa e prejudicial aos trabalhadores. Portanto, temos aqui explicitada a relação de concorrência entre identidades que irrompem de lugares sociais distintos e que se encontram em constante concorrência. Isso comprova que a construção das identidades se dá em um processo de interdependência.

A identidade não é o oposto da diferença, mas depende da diferença. Assim, as identidades podem ser fabricadas com base na marcação da diferença, a qual se inscreve, ao menos em parte, segundo cada sistema simbólico de representação. Estes permitem classificar as relações sociais e demonstram como elas são organizadas e divididas. Uma das formas dessa demarcação é a separação dos grupos em campos opostos, pela divisão nós – outros. Esse processo não é diferente no discurso da *CUT*, particularmente em segmentos como os seguintes:

Trabalhadores barram golpe do governo FHC e da ‘Farsa Sindical’.
(Jornal CUT/SP, p.1,
abr. 2002)

Após 13 anos comandado pelo sindicalismo perverso e violento da ‘Farsa Sindical’, o Sindesp de Várzea Paulista ganhou uma direção nova e comprometida com os trabalhadores. (Jornal CUT/SP, p. 3, abr. 2002)

Não podemos esquecer que no Estado de São Paulo a nossa resistência e a luta serão mais firmes porque continuaremos combatendo e denunciando a política neoliberal do tucano Geraldo Alckmin. (Jornal CUT/SP, p.2, jul. 2003)

Em geral, as ações do governo do PSDB têm causado precariedades no serviço público e aumento do custo de vida. (Jornal CUT/SP, p.7, dez.2003)

Em todos esses enunciados, marca-se um lugar enunciativo para a *CUT* (nós) e, outro, para os sujeitos enunciados: Sindicato *Força Sindical*, as oposições político partidárias e o governo FHC (os outros). Nessa perspectiva, a identidade é construída ao marcar-se a diferença. Portanto, “a identidade é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, freqüentemente na forma de oposições” (WOODWARD, 2005, p. 41). A identidade da *CUT* é, assim, construída por meio da diferença, de forma negativa, gerando efeitos de sentido de exclusão e marginalização dos sujeitos enunciados, definidos como “outros”.

O sindicato rival “*Força Sindical*” é referido como “Farsa Sindical”, trocadilho que mobiliza a competência criativa e polissêmica do enunciador. Procura-se desmoralizar e enfraquecer a credibilidade da “*Força Sindical*” junto aos trabalhadores. O enunciador produz, em sua discursivização, um efeito de sentido pejorativo ao empregar os adjetivos “perverso” e “violento”. O substantivo “golpe” deixa subentendido que tanto a *Força* quanto o governo desejam enganar o trabalhador. Com isso, ao afirmar que eles não se preocupam com os assalariados, o enunciador exclui esses sujeitos enunciados de seu discurso. Essa situação implica em certas relações de poder, ao incluir e excluir, o que propõe a associação do discurso cutista à idéia de autoritarismo.

Esses enunciados procuram depreciar os partidos políticos de oposição ao *PT*, utilizando expressões como “política neoliberal”, “precariedades no serviço público” e “aumento do custo de vida”. Atribuem assim um *ethos* negativo à oposição político partidária e reforçam, para os leitores, a falta de competência da oposição para governar. A desinência verbal, na forma “podemos”, estabelece o lugar enunciativo da *CUT* e contribui para dissociar duas identidades no discurso. Uma delas, caracterizada de forma pejorativa, associa-se aos sujeitos enunciados, vem marcada pela diferença e pelo julgamento implacável das atitudes governamentais e da “*Força Sindical*”. A outra é para a *CUT*, a qual é definida como

defensora dos direitos trabalhistas, se posicionando na condição de julgadora das ações empreendidas pelos sujeitos enunciados.

Pudemos observar que a diferença vincula-se a representações simbólicas que dão significado às relações sociais. Portanto, a identidade, ao ser definida, e a diferença, ao ser marcada, vinculam-se às relações de poder. Esse fato corresponde a uma tentativa de incorporar ao fazer discursivo da *CUT* antecedentes históricos e sistemas simbólicos que classificam grupos opostos (nós – outros), para validar e afirmar a identidade da mesma. Isso revela uma tentativa, por parte do sujeito enunciativo, de assegurar que sua identidade não seja desmantelada em meio a outras identidades que também buscam um lugar social. As formas de representação dessa identidade desencadeiam efeitos de sentido de antagonismo ao fazer referências depreciativas aos partidos políticos partidários de oposição ao *PT*, à *Força Sindical* e ao governo de *FHC*.

Essas marcas discursivas desvelam que a enunciação do discurso sindical cutista está atrelada a uma prática discursiva de proselitismo político. Dessa forma, nesse fazer, coexistem, de maneira constitutiva e inseparável, o diferente e o igual. O diferente, pois o enunciativo atribui aos sujeitos enunciados uma identidade depreciativa, a qual demonstra que eles não se preocupam em defender os trabalhadores. O igual irrompe como um efeito de sentido que foge ao controle do enunciativo, no momento em que assume a posição sujeito de observador e julgador das atitudes dos sujeitos enunciados. Esse fato leva-o ao desprezo por sua função social, ou seja, a deixar em segundo plano a preocupação em defender os trabalhadores que deveria representar. Portanto, o diferente e o igual estão presentes na discursivização, mas não de forma antagônica: eles se completam, como o direito e o avesso do mesmo discurso.

5.2 O ETHOS INSTITUCIONAL

As identidades são constituídas de forma heterogênea em práticas linguageiras e desveladas no interdiscurso e no intradiscurso. Elas podem ser projetadas e afirmadas, discursivamente, ou ainda, serem dissimuladas, disfarçadas pelo uso de imagens que o locutor faz de si em sua discursivização. Maingueneau e

Charaudeau, esclarecem que o *ethos* “designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre o seu alocutário” (2004, p. 220). Refere-se à representação do locutor apreendida não somente pelo enunciado, mas também pela modalidade de sua enunciação explicitada nas escolhas lingüístico-discursivas realizadas. Sendo assim, pretendemos analisar como se dá a construção do *ethos* do sujeito enunciatador no discurso sindicalista da *CUT*, com o objetivo de compreender como sua identidade discursiva, fortemente marcada pelo proselitismo, é afirmada ou dissimulada no fazer enunciativo.

Todo discurso pressupõe uma representação do enunciatador, o qual possui um caráter e uma corporalidade inseparáveis e que se apóiam em estereótipos valorizados ou não pela coletividade. Assim, a imagem que o locutor elabora para si é “ancorada em estereótipos, um arsenal de representações coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.221).

O *ethos* se refere, portanto, ao sujeito enunciatador do discurso, que será caracterizado pelo exterior do mesmo. Dessa forma, é concebido por seu interlocutor que, ao interagir, atribui a ele traços extradiscursivos – relacionados a dados exteriorizados – de acordo com preferências associadas à determinada postura com a qual se identifique. Entretanto, nem sempre essa imagem idealizada pelo enunciatador é a que acaba por ser realizada por ele: pode, por exemplo, planejar uma representação de si e o interlocutor interpretá-la de uma forma distinta ou, até mesmo, contrariamente àquela proposta.

No discurso aqui analisado, o sujeito enunciatador procura constantemente, estabelecer para si uma imagem de precursor ao referir-se a realizações que podem ser feitas em benefício dos trabalhadores. É o que se pode verificar no recorte discursivo seguinte:

Batizado como Observatório Social Paulista, iniciativa inédita no Brasil, esse projeto visa elaborar um estudo sobre a atuação das companhias estrangeiras de todos os setores da cadeia produtiva, mostrando como e em quais condições os trabalhadores estão submetidos. (Jornal CUT/SP, p.7, fev. 2002)

Nele, o adjetivo “inédita” qualifica o projeto da *CUT* e enfatiza a preocupação desse sindicato ao mostrar “como e em quais condições os

trabalhadores estão submetidos”. É possível, ainda, depreenderem-se outros valores no fio discursivo que liga o sujeito enunciador a estereótipos de maior aceitação na coletividade dos trabalhadores. É o que observamos em outros recortes discursivos, tais como:

Temos disponibilizado aos sindicatos filiados prestação de serviços nas áreas Contábil e de Departamento Pessoal. É cobrada, mensalmente, apenas uma taxa administrativa que varia de acordo com o tamanho de cada entidade. Através desse serviço, os sindicatos podem reduzir despesas, propiciando uma ampla economia. (Trecho da entrevista de Hildo Soares de Sousa – Secretário de Finanças e Administração da CUT/ SP). (Jornal CUT/SP, p.8, fev. 2002)

Aqui, é salientada, no enunciado acima, a assessoria que a *CUT* oferece aos sindicatos filiados: “temos disponibilizado aos sindicatos filiados prestação de serviços nas áreas Contábil e de Departamento Pessoal.” Portanto, a própria instituição se proclama como prestativa e afirma o favorecimento desse serviço ofertado: “os sindicatos podem reduzir despesas, propiciando uma ampla economia”. Entretanto, esse benefício possui um custo, como se nota na afirmativa: “É cobrada, mensalmente, apenas uma taxa administrativa que varia de acordo com o tamanho de cada entidade”. Assim, apesar da *CUT* projetar discursivamente sua condição de prestatividade, há outro aspecto subentendido no fazer enunciativo: o do interesse financeiro, o lucro, fator esse, que favorece, em última instância, a instituição sindical. Isso é amenizado na discursivização por meio do operador argumentativo “apenas”, que atribui a “taxa administrativa” uma idéia irrisória, muito baixa. Assim é que, mesmo ela sendo prestativa, não deixa de obter algumas vantagens: além de criar uma imagem positiva para si, também gera recursos financeiros.

No fazer discursivo do sujeito enunciador, há ainda, a alusão a organização, a criticidade e a defesa dos trabalhadores em concomitância com a constituição de sua imagem enunciativa:

Ao completar 70 anos, a Carteira de Trabalho, criada em 1932 pelo então presidente Getúlio Vargas, ganhou uma festa de aniversário inesquecível no dia 21 de março. Em defesa da manutenção dos direitos legais, a CUT escolheu essa data para protestar contra o nefasto projeto de lei do governo FHC, que ameaça acabar com essas importantes conquistas históricas da classe trabalhadora. (Jornal CUT/SP, p.4, abr. 2002)

Ao se referir à promoção de um evento como “uma festa de aniversário inesquecível no dia 21 de março”, o enunciador procura demonstrar que dispõe de uma estrutura organizada para realizar eventos grandes como esse. E também que se preocupa em defender e assegurar os direitos trabalhistas até então conseguidos, uma vez que a festa teria ocorrido visando “a defesa da manutenção dos direitos legais”. Soma-se a isto a imposição de uma imagem crítica em torno do sujeito enunciador, particularmente quando este afirma que: “a CUT escolheu essa data para protestar contra o nefasto projeto de lei do governo FHC”. Dessa forma, para consolidar a representação de sua imagem, adere a valores que lhe conferem estereótipos favoráveis aos olhos do interlocutor trabalhador.

O estereótipo de defensor dos direitos mais imediatos dos trabalhadores é recorrente neste discurso sindical e adquire corpo e presença em outros recortes discursivos, tais como:

A CUT está disposta a fazer greve geral caso o governo insista em manter o Projeto de Lei que altera o artigo 618 da CLT, retirando todas as garantias do trabalhador como licença maternidade, férias, 13º salário, Descanso Semanal Remunerado, entre outros direitos. A CUT também lançará uma ampla campanha pela redução da jornada de trabalho (e contra as horas extras) como forma de forçar a contratação de mais emprego. (Jornal CUT/SP, p.4, mai. 2002)

A construção de um novo modelo sindical é um dos grandes desafios da CUT. Desde 1993, a Central briga por mudanças na Constituição e na CLT, pleiteando a vigência das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) números 87 (liberdade e autonomia sindical), 151 (garantia de negociação coletiva na administração pública) e 135 (direito de representação no local de trabalho). O atual modelo é ultrapassado e não representa os anseios e interesses da classe trabalhadora. (Jornal CUT/SP, p.10, Jul. 2002)

Nos enunciados “CUT está disposta a fazer greve geral”; “retirando todas as garantias do trabalhador”; “lançará uma ampla campanha”; “forma de forçar

a contratação de mais emprego”; “a Central briga por mudanças” e “não representa os anseios e interesses da classe trabalhadora”, podemos perceber que o enunciador procura incansavelmente, reforçar, no imaginário social do leitor, a sua condição de defensor dos trabalhadores, como aquele que busca para eles, cada vez mais, as melhorias necessárias. A expressão “está disposta” subentende a idéia de um possível ônus que essa instituição sindical terá ao defender os trabalhadores perante as decisões governamentais. Ainda assim, a *CUT* se mostra “disposta” a cumprir seu papel social. Essa situação é novamente observada quando o sujeito da enunciação emprega a palavra “desafio”, a qual, também é indicativa das dificuldades que esse sindicato poderá ter ao honrar seu compromisso com as questões trabalhistas. Essas marcas discursivas constituem uma estratégia enunciativa importante na criação, para o enunciador, de um *ethos* de quem está disposto a cooperar com a classe trabalhadora, mostrando-se engajado com os interesses trabalhistas.

A preocupação demonstrada pelo sujeito enunciador adquire outras dimensões e se estende também à qualidade de vida dos trabalhadores, como é destacado por meio dos enunciados “em relação à falta de respeito aos direitos sociais dos trabalhadores”, “destacou que o emprego com qualidade deve ser registrado” e “respeitar os direitos mínimos sociais”, conforme observamos a seguir:

Esse levantamento apenas reforça a preocupação da *CUT* em relação à falta de respeito aos direitos sociais dos trabalhadores. Desde 1997, a Central vem alertando para essa questão e, na época, divulgou uma Campanha por Mais e Melhores Empregos. A campanha destacou que o emprego com qualidade deve ser registrado e, acima de tudo, deve respeitar os direitos mínimos sociais assegurados pela Constituição. (Jornal *CUT/SP*, p.5, abr. 2002)

Nessa perspectiva, a *CUT* procura destacar que está sempre pautada pelo compromisso de defesa do trabalhador, e, assim, constrói seu *ethos* ressaltando, na descrição de suas atitudes e realizações, uma forma de garantir a adesão discursiva do co-enunciador. Enquanto sujeito da enunciação, apresenta-se, também, como independente em relação ao governo:

Em todas as lutas e mobilizações, a CUT sempre honrou, desde sua fundação, como bandeiras os princípios da autonomia e independência em relação aos governos. Graças à sua credibilidade frente à opinião pública e à representatividade da classe trabalhadora, a CUT tornou-se a maior Central Sindical da América Latina. (Jornal CUT/SP, p.2, jul. 2003)

É interessante ressaltarmos que a afirmação da “independência” e da “autonomia” em relação aos governos constitui um recurso de defesa para esse sindicato. O recorte discursivo apresentado anteriormente foi publicado em 2003, ano em que Lula assume a presidência da República. Portanto, esse enunciado procura proteger o enunciador de possíveis interpretações que associem o papel dessa instituição em prol de Lula na campanha eleitoral, o que poderia implicar em certos favorecimentos político-partidários. Afirma, ainda, ser a *CUT* “a maior Central Sindical da América Latina”, o que seria decorrência de “sua credibilidade frente à opinião pública e à representatividade da classe trabalhadora”. Observamos que o enunciador, em seu discurso, abrange co-enunciadores distintos: a sociedade em geral e os trabalhadores, sempre destacando a satisfação de ambos diante de suas realizações. Dessa forma, constrói para si um *ethos* favorável, endossado discursivamente pelo valor da confiança e da capacidade de representar de maneira adequada os trabalhadores.

Em seu fazer discursivo a *CUT* demonstra, por diversas vezes, preocupação com os problemas da sociedade em geral:

De 1994 a 2002, a CUT não poupou esforços para denunciar à sociedade e à grande imprensa os lados nefastos do modelo neoliberal de FHC, principalmente, as conseqüências sociais da implementação do Plano Real, sua marca eleitoral. É lógico que esta ação só ganhou peso e prestígio graças à participação de todas as Subsedes e movimentos sociais e populares que organizaram grandes Greves, Manifestações, Plebiscitos, Marchas e Campanhas que repercutiram no Brasil e no exterior. (Jornal CUT/SP, p.10, jul. 2002).

Aqui, o enunciador tem como interlocutor a opinião pública em geral e os meios de comunicação, revelado em seu objetivo de discorrer a respeito da política financeira adotada pelo governo de FHC. Com isso, aumenta a importância

de sua atuação política e procura ampliar a relevância de seu papel social, que não se limita, assim, à defesa dos direitos do trabalhador.

Outra forma do enunciador constituir sua representação no fio discursivo é enaltecendo suas próprias atitudes e realizações:

Além de curtir vários estilos musicais, os santistas receberam os panfletos que esclareceram principais dúvidas sobre a alteração do artigo 618 da CLT e também da ALCA. “O ato foi uma iniciativa válida, pois conseguimos dialogar com os trabalhadores”, comentou o Coordenador da Subsede, Adenilson Custódio da Silva. (Jornal CUT/SP, p.9, mai. 2002)

Observamos o emprego do discurso direto, peculiar ao gênero jornalístico, que reproduz um simulacro do real para convencer o enunciatário. O sujeito da enunciação, se auto elogia, como em “o ato foi uma iniciativa válida”, mas, por intermédio da fala de outrem, o que torna a aparência do seu discurso muito mais verdadeira e confiável. A ênfase em suas realizações é repetida várias vezes:

Segundo o coordenador da Subsede, Fernando Ferro Brandão, as manifestações ocorridas em todo país no dia 21, em particular em São Paulo, serviram para mostrar a FHC que a CUT tem condições de organizar a população. (Jornal CUT/SP, p. 6, abr. 2002).

Nesse trecho, além de ressaltar-se as manifestações organizadas no dia 21, deixa subentendido um certo poder que o enunciador confere a si, ao enunciar: “serviram para mostrar a FHC que a CUT tem condições de organizar a população”. Ao afirmar sua capacidade manipuladora da coletividade, tenta exercer uma força coercitiva em relação a FHC, que tem sua postura governamental constantemente sancionada por esse sindicato.

Outro ponto no qual a *CUT* se apóia para construir seu *ethos* é a sua relação com os trabalhadores, sempre procurando ressaltar a satisfação desses diante do empenho e da dedicação constantes dessa Central ao representá-los. Isso é verificado nos recortes discursivos seguintes:

Segundo os dirigentes, os trabalhadores elogiaram a iniciativa da CUT e, a grande maioria, desconhecia o projeto e os seus propósitos. (Jornal CUT/SP, p.7, abr. 2002)

Na ocasião foram distribuídos três mil quilos de bananas para cerca de cinco mil pessoas que passaram pelas ruas. “No geral, o balanço foi muito bom. Não ouvimos críticas. Os trabalhadores ficaram do nosso lado”, comenta o coordenador da Subsede, Roberto Rodrigues. (Jornal CUT/SP, p.7, abr. 2002)

Com as expressões “os trabalhadores elogiaram”, “o balanço foi muito bom”, “não ouvimos críticas”, “os trabalhadores ficaram do nosso lado” procura-se confirmar o alto grau dessa satisfação e também afirmar que o sindicato cutista, além de estar preocupado com os seus representados, sabe como atender as necessidades e reivindicações trabalhistas.

Resta, ainda, acrescentar que, ao longo do seu discurso, a *CUT* critica a *Força Sindical*, como forma de impor para si a imagem de quem está realmente comprometida com os trabalhadores. É o que demonstramos a seguir:

Trabalhadores barram golpe do governo FHC e da “Farsa Sindical”. (Jornal CUT/SP, p.1, abr. 2002)

De acordo com o coordenador da Subsede, Osvaldo Nassar, a iniciativa de descentralizar os atos da CUT foi válida para conscientizar a sociedade sobre o sindicalismo perverso da “Farsa Sindical”, que defende a diminuição dos direitos legais dos trabalhadores. (Jornal CUT/SP, p. 10, mai. 2002)

O enunciador acusa a *Força Sindical* de não representar os interesses dos trabalhadores, de estar apenas envolvido com o governo e com suas prioridades particulares, que não incluem os seus filiados. É o que destacamos em expressões como “golpe do governo FHC e da ‘Farsa Sindical’”, “conscientizar a sociedade sobre o sindicalismo perverso da ‘Farsa Sindical’”, “defende a diminuição dos direitos legais dos trabalhadores”. No entanto, no enunciado transcrito a seguir, percebemos que o enunciador repete a mesma postura dessa instituição sindical que ele critica tão fortemente:

Spis destaca que um dos grandes compromissos da CUT e da população é lutar para eleger um governo do campo democrático popular, com Lula para a presidência, Genoíno para governador de São Paulo, Mercadante e Wagner Gomes para o Senado. Segundo Feijó, outra questão é que o movimento sindical não esqueça das suas demandas conjunturais, como a realização das campanhas salariais, o enfrentamento ao desemprego, a luta por liberdade e autonomia sindical e o combate à essa crise econômica recente, que o Brasil torna-se mais dependente das exigências do FMI. (Jornal CUT/SP, p.10, jul. 2002)

Nesse trecho, o sujeito da enunciação associa interesses dos trabalhadores às candidaturas políticas, como pudemos averiguar nos enunciados “um dos grandes compromissos da CUT e da população é lutar para eleger um governo do campo democrático popular” e “outra questão é que o movimento sindical não esqueça das suas demandas conjunturais”. Sendo assim, revela ser um sujeito cindido e inscreve no discurso sua subjetividade enunciativa, indicativa de um sentido incontrolável de sua parte, e que se deixa entrever por fissuras no fazer discursivo. Dessa forma, o enunciador não consegue disfarçar o proselitismo político em que está empenhado quando apóia as candidaturas de Lula, Genoíno, Mercadante e Wagner Gomes. Tal disposição é novamente confirmada em:

Nesta nova fase política, a CUT vive um momento muito especial. Com o Lula na presidência, a Central está sendo chamada a debater, opinar e a negociar questões de fundamental importância para garantir as mudanças necessárias para que o País possa voltar a crescer, gerar emprego, distribuir renda e melhorar as condições de vida e trabalho na sociedade brasileira. (Jornal CUT/SP, p.2, dez. 2002)

As expressões “nova fase política”, “momento muito especial” e “com o Lula na presidência” confirmam a ligação política entre as atuações do governo Lula e da *CUT*. Os verbos “debater”, “opinar” e “negociar” deixam subentendido que esse sindicato irá participar ativamente do governo de Lula, o que reforça a idéia de engajamento político-partidário.

Diante das análises aqui apresentadas, considerando-se o quadro enunciativo e o contexto sócio-histórico ao qual nosso objeto de análise se refere, tentamos compreender, nas recorrências do sujeito enunciador a diferentes valores,

a forma como procura construir sua imagem enunciativa e conquistar a adesão do interlocutor. Isso se dá por meio de procedimentos discursivos como a criticidade, o esforço de organização lógica, a demonstração de iniciativas em prol dos trabalhadores e da defesa contínua dos seus representados como uma forma de dissimular sua identidade discursiva de caráter prosélito. Entretanto, tal identidade acaba por ser desvelada no fazer discursivo de um sujeito que é marcado por sua fragmentação, revelando-se incapaz de controlar os efeitos de sentido que sua discursivização desencadeia.

5.3 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA TRABALHISTA NO IMAGINÁRIO SOCIAL

Os discursos são construídos socialmente ao longo da história, sendo legitimados pela ideologia no fazer linguístico-enunciativo realizado pelos sujeitos. Em suas práticas discursivas, os sujeitos julgam, avaliam, criticam, elaborando juízos de valor que expressam historicamente as suas visões de mundo. Assim, produzem o discurso no decorrer de sua existência ao se refletirem nos discursos dos outros nas diversas formas de interação social.

Partindo do pressuposto de que o sujeito, enquanto usuário da língua, constitui-se e a constitui por meio de acontecimentos histórico-sociais, as práticas discursivas são determinadas e determinantes de uma exterioridade constitutiva. Portanto, as condições de produção estão presentes nos processos de elaboração que remetem às identidades dos sujeitos. Nessa perspectiva, procuramos descrever qual a posição-sujeito que o enunciador da *CUT* constrói em sua enunciação, direcionando-a à coletividade de trabalhadores. Portanto, pretendemos analisar quais os valores e os lugares sociais disponibilizados à ocupação do sujeito trabalhador. Com isso, serão consideradas também as relações de poder que configuram os deslocamentos de sentido no processo de elaboração da identidade do mesmo, que o sindicato cutista deve representar, como parte de sua função social.

O sujeito do discurso é o resultado, o efeito de sentido de um movimento que se estabelece na relação entre diferentes lugares de significação formados historicamente. É assim que, ao pensarmos em materialidade da

linguagem, atrelamos o lingüístico e o histórico, um concebendo o outro, compondo um objeto sócio-histórico de produção do sujeito dos sentidos. Sendo assim, procuramos expor o olhar-leitor à opacidade da linguagem, quando nos voltamos para a historicidade materializada no discurso sindical da *CUT*. Dessa forma, a discursivização em análise tenta construir um simulacro da realidade e nos remete à exterioridade discursiva.

As condições de produção de um discurso se referem à língua, que está constantemente sujeita ao equívoco e à inscrição na história, ao institucional e ao imaginário coletivo e individual. O funcionamento discursivo está ligado às formações imaginárias, ou seja, aos papéis que o sujeito assume ao enunciar, a que Pêcheux (1990) denomina “jogo de imagens”, por envolver as representações que os interactantes fazem de seu lugar enunciativo e do lugar do referente em seus discursos.

Nos processos discursivos, os interlocutores são representados por lugares determinados e organizados em uma formação social. Portanto, há “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (PÊCHEUX, 1990, p. 82). Assim, as práticas languageiras pressupõem a existência de formações imaginárias, as quais foram descritas por Pêcheux com base nos jogos de imagens que sugerem, o que vai representado no seguinte quadro:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
I_A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
I_A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
I_B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
I_B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Pêcheux, 1990, p.83.

Quadro 1 – Jogo de Imagens

O sujeito, assim, não é um simples emissor, mas alguém que fala a partir de uma posição social, situada em relação a um outro sujeito colocado também em uma dessas posições imaginárias. Com isso, se configura de forma incompleta, não sendo fixo e acabado, sempre idêntico a si mesmo, mas se constitui com e pelas experiências históricas. Nessa perspectiva, ao pensarmos o sujeito, devemos ter em mente as relações que as pessoas mantêm consigo próprias, com os outros e com as verdades sócio-históricas. Tais relações subjazem à formação da identidade e possibilitam desvelar a imagem que o sujeito enunciator constrói da coletividade dos trabalhadores, o que faz ao mesmo tempo em que ajusta seu dizer a seus objetivos políticos.

Em seu discurso, o enunciator, atravessado pelo interdiscurso e pelo jogo das relações de poder, situado em um contexto político-social marcado por formações ideológicas e discursivas, configura um lugar social ao sujeito trabalhador, impelindo-o a ocupar esse espaço que lhe é destinado. Tal lugar se

forma com o entrelaçamento de diversos valores, conforme podemos destacar nos recortes discursivos a seguir:

Alternativas para gerar emprego e renda com qualidade para os trabalhadores não faltam. Só para ilustrar o Brasil gasta 20,9% do PIB (Produto Interno Bruto que representa a soma de todas as riquezas produzidas por um país) na área social, o que não é desviado, é investido sem o menor critério de justiça social. (Jornal CUT/SP, p.2, abr. 2002)

Lembra-se da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), o famoso imposto de cheque? Pois é, essa contribuição foi criada, em 1999, para melhorar o atendimento à saúde da população. Mas isso não aconteceu. O dinheiro, cerca de R\$ 18,5 bilhões de reais/ano, foi parar em outros cofres, menos no da saúde. (Jornal CUT/SP, p.2, set. 2002)

O risco-país do Brasil, indicador que mede a probabilidade de um país dar calote no pagamento de sua dívida, também aumentou, registrando 1598 pontos. E já é considerado o terceiro maior do mundo. (Jornal CUT/SP, p.7, jul. 2002)

Em diversos pontos do seu discurso, o enunciador recorre a explicações fundamentadas em termos técnicos, conforme observamos em enunciados como “o risco-país do Brasil, indicador que mede a probabilidade de um país dar calote no pagamento de sua dívida”. E também procura explicar o significado das siglas que vai citando, como em “PIB (Produto Interno Bruto que representa a soma de todas as riquezas produzidas por um país)” e “CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), o famoso imposto de cheque”. Essas notas explicativas vêm inseridas no intradiscorso, geralmente por meio de parênteses e acompanhadas de palavras e expressões que se aproximam da fala coloquial, “calote”, “o famoso imposto de cheque”, que facilitam sua definição para o leitor. Diante disso, percebemos que a coletividade dos trabalhadores é vista como leiga, desprovida de tais conceitos, o que vem expresso de maneira bastante simplificada, para que sejam realmente compreendidos.

Os trabalhadores são caracterizados também, como desfavorecidos, sempre posicionados em condições sociais precárias, conforme verificamos em:

Fatos que constataam essa realidade são os alarmantes indicadores sociais que revelam um quadro desfavorável ao trabalhador. O desemprego e os baixos salários são os principais reflexos dessa política excludente. (Jornal CUT/SP, p.7, mai. 2002)

Essa situação é explicitada por meio de expressões adjetivas como “quadro desfavorável”, “principais reflexos”, “política excludente”, “baixos salários”. Tais expressões são utilizadas para posicionar o sujeito enunciado em um contexto totalmente desfavorável, o que conta para revelar uma certa inércia da parte do próprio trabalhador em tentar modificar sua condição social. Com isso, somos levados a identificar outros valores que evidenciam a construção da identidade do sujeito trabalhador no espaço discursivo-enunciativo da *CUT*. É o que constatamos em:

Outro fato marcante foram as mobilizações e campanhas realizadas em todo o País que alertaram à população e aos meios de comunicação a ameaça do projeto de lei que altera o artigo 618 da CLT. Graças à nossa pressão, o regime de urgência foi retirado do Senado e os direitos dos trabalhadores foram preservados. (Jornal CUT/SP, p.2, dez. 2002)

Os enunciados materializam sentidos já-dados, pré-construídos, os quais têm, em sua constituição, as formações discursivas como a do capitalista, da política, do proletariado, do direito trabalhista, que integram o processo de produção do sujeito trabalhador. No decorrer desse processo, destacamos a emergência de um discurso que instaura, para o sujeito enunciativo, um lugar social imprescindível, fazendo com que se atribua um lugar bem particular ao trabalhador no fazer enunciativo, como aquele que necessita ser defendido e representado, uma vez que sozinho é visto como incapaz de ter suas reivindicações trabalhistas atendidas. Esse posicionamento aparece explicitado em outros momentos nos periódicos analisados, como em:

Outro lado perverso desse projeto é que a relação capital e trabalho ficará ainda mais deteriorada, porque se o trabalhador não aceitar as condições impostas pelo empregador será mandado embora, ou, terá que pedir as contas. (Jornal CUT/SP, p.2, abr. 2002)

É nesta fragilidade do trabalhador, visto como incapaz de reverter sua própria situação, que temos um dos recursos argumentativos empregados pela *CUT* para convencer sobre o lugar social que lhe é atribuído, procurando justificar a imprescindibilidade de sua existência. Assim, ao construir a identidade de indefeso para o sujeito enunciado, o enunciador constitui também a sua identidade, o que se percebe quando reafirma, implicitamente, a relevância de sua função social. Portanto, no discurso sindical da *CUT*, há uma relação de interdependência, normativizada por meio da subjetivação entre a identidade da *CUT* e a identidade do trabalhador. Essa situação apresenta-se em um espaço determinado pelo jogo das relações de poder. Assim, podemos retomar o interdiscurso que, ao longo da História, caracteriza o trabalhador como um sujeito frágil, que apenas tem força enquanto coletividade, ou seja, enquanto uma classe. Um procedimento discursivo como esse nos remete à origem do sindicalismo⁸, vivenciado no embate ideológico da luta de classes entre capital e trabalho. Neste fazer enunciativo a classe trabalhadora é posicionada em uma situação de inferioridade, impossibilitada de reverter a condição opressiva na qual se encontra. A *CUT*, então, surge como um sujeito competente, detentor do conhecimento necessário para orientar e direcionar os trabalhadores na mudança desse quadro social. E é nesse contexto de enunciação que essa instituição sindical vai construindo sua imagem discursiva.

Assim, a *CUT*, em seu imaginário social, elabora uma identidade para o trabalhador e lhe atribui valores que constantemente apontam para uma certa dependência. Essa dependência, conseqüentemente, implica uma representação que, ressalta com isso o papel do sindicato. Nessa perspectiva, destacamos o recorte discursivo seguinte:

Questionado se algum setor patronal alterar à força a CLT, o Secretário (Secretário de política sindical e diretor da Apeoesp – Carlos Ramiro de Castro) enfatizou que a orientação é resistir e, em, último caso, organizar a categoria para paralisar as atividades. “Quero deixar claro que o projeto ainda não é lei e, portanto, as categorias que flexibilizarem os acordos serão penalizadas pela Justiça”. Caso algum trabalhador se sentir lesado, a *CUT* está orientando a formalizar reclamação junto à Justiça do Trabalho.” (Jornal *CUT/SP*, p.3, abr. 2002)

⁸ Conforme comentado na Introdução do presente trabalho, o sindicalismo teve sua origem na luta de classes (operariados x industriais), sendo que o sindicato surgiu para representar os interesses dos trabalhadores e

Aqui, observamos que a imagem do trabalhador está atrelada à necessidade inerente de ser orientado em questões trabalhistas. Isso pode ser apreendido por meio de expressões como “ênfatizou que a orientação é resistir”, “Quero deixar claro que o projeto ainda não é lei”, “a CUT está orientando a formalizar reclamação”. Além disso, o enunciador ainda procura demonstrar que tem competência para controlar os reais interesses da classe trabalhadora:

21 de março: Um dia em que a CUT mostrou como mobilizar os trabalhadores (Jornal CUT/SP, p.4, abr. 2002)

Mostramos que é possível conscientizar e organizar os trabalhadores. (Jornal CUT/SP, p.4, abr. 2002)

O acontecimento referido nesses enunciados é a flexibilização do artigo 618 da *CLT*, fato esse que levou a *CUT* a fazer um protesto que compartilhou com os seus representados. Os verbos “mostrou”, “mobilizar”, “organizar”, “conscientizar” e a palavra “como” desencadeiam efeitos de sentido que constroem, para os trabalhadores, a posição de comandados. Essa característica, destacada pela expressão “é possível”, confere ao enunciador a competência de se apresentar como controlador. Somando-se a isso, o enunciador ainda demonstra que é capaz de levar seus representados a desenvolver ações pragmáticas e diretas, como as que são referidas no seguinte enunciado:

A região do ABC, que abrange as cidades de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André, acordou mobilizada no dia 21. Metalúrgicos de diversas montadoras e empresas de auto peças realizaram assembléias e promoveram atrasos de até três horas no horário de entrada para o trabalho. O motivo do protesto, que reuniu cerca de 35 mil trabalhadores, foi contra o projeto do governo que prevê acabar com os direitos trabalhistas. (Jornal CUT/SP, p.6, abr. 2002).

Nele, a *CUT* demonstra seu poder mobilizador diante de uma categoria, conforme se verifica no segmento: “metalúrgicos de diversas montadoras e empresas de auto peças realizaram assembléias e promoveram atrasos de até

três horas no horário de entrada para o trabalho”. Portanto, há uma hierarquização no fazer discursivo, com o enunciador se posicionando como capaz, defensor dos interesses trabalhistas, enquanto que o trabalhador é mostrado como frágil, indefeso, carente de orientações e de representação. Nesse momento, conforme já mencionado em “2.2. Peleguismo”, a *CUT* atrela-se a formação discursiva dos trabalhadores e assume o posicionamento de sujeito desestabilizador da ordem socialmente estabelecida ao promover, juntamente com a classe trabalhadora, tais atrasos.

É necessário, ainda, ressaltarmos que no interior do discurso sindical cutista há uma estratégia discursiva no construto da identidade do trabalhador indicativa de uma discursivização pelega. Destacamos, a seguir, alguns enunciados em que isso pode ser observado:

O papel social destas campanhas foi conscientizar de forma criativa os trabalhadores, bem como reforçar que nas eleições de 3 de outubro eles podem dar um basta e mudar o Brasil. (Jornal CUT/SP, p.3, mai. 2002).

Um dos nossos principais objetivos, através desta publicação, é conscientizar e alertar todos os trabalhadores sobre a importância de mudar o retrato do Brasil, proclamando fim à impunidade e às injustiças sociais do atual governo. O momento certo é agora nas eleições de outubro. Por isso, precisamos eleger representantes no campo democrático popular, como o companheiro Lula para a presidência da República, Genoíno para Governador de São Paulo, Mercadante e Wagner Gomes para o Senado – que são os únicos capazes de implementar esse processo de mudança. Construir o Brasil que a gente quer só depende de nós. (Jornal CUT/SP, p.2, jul.2002).

A única forma de mudar esse cenário é nas urnas, ou seja, nas próximas eleições, que acontecerão em todo o País, em outubro. Se você quer um Brasil decente, ajude então a eleger o companheiro Lula e também a formar uma forte bancada de senadores, deputados estaduais e federais no campo democrático popular para que juntos possamos construir o Brasil que a gente quer. (Jornal CUT/SP, p.7, jul. 2002).

O sujeito da enunciação caracteriza o trabalhador como frágil ao enunciar no tempo presente, momento concomitante ao fazer enunciativo. Esse tempo pode ser destacado por meio de marcos temporais como: “destas campanhas”, “é”, “esse cenário”. A fragilidade dos trabalhadores é novamente

revelada no discurso ao posicioná-los enquanto dependentes de orientações de uma instituição sindical como a *CUT*, conforme observamos nas seguintes expressões: “conscientizar de forma criativa os trabalhadores”, “conscientizar e alertar todos os trabalhadores”. No entanto, o trabalhador também é posicionado como “capaz” de mudar a situação do Brasil se agir em conformidade com os preceitos estabelecidos pela *CUT*. Para atribuir essa condição ao sujeito trabalhador, recorre a um outro tempo da enunciação: o futuro. No fio intradiscursivo isso é marcado pelas seguintes expressões: “nas eleições de 3 de outubro”, “é agora nas eleições de outubro”, “nas próximas eleições” e por meio do verbo “acontecerão”. Dessa forma, o enunciador utiliza em seu discurso momentos enunciativos distintos, os quais indicam marcas de uma formação discursiva pelega nesta discursivização sindical ao tentar fazer o trabalhador agir segundo os interesses político-partidários cutistas.

Nessa perspectiva, o trabalhador é enunciado como aquele que pode contribuir para a transformação do Brasil, por meio do voto. Isso é verificado em construções lingüísticas como “dar um basta e mudar o Brasil”, “proclamando fim à impunidade e às injustiças sociais do atual governo”, “o momento certo é agora nas eleições de outubro”, “precisamos eleger representantes”, “construir o Brasil que a gente quer só depende de nós”, “A única forma de mudar esse cenário é nas urnas”, “Se você quer um Brasil decente, ajude então a eleger” e “para que juntos possamos construir o Brasil que a gente quer”. Com tais enunciados procura-se atribuir ao trabalhador um lugar social de sujeito transformador, identidade essa, divergente da outra (de frágil) que vigora neste discurso. Porém, tal identidade é construída e posicionada por intermédio da *CUT*, fato esse que averiguamos pelo uso da terceira pessoa do plural: “precisamos”, “nós” e “possamos”. Portanto, tal autoridade é relativizada, não sendo concedida total autonomia ao trabalhador, ele tem capacidade para transformar a realidade brasileira, mas juntamente com a *CUT*, que tem como objetivo “conscientizar e alertar todos os trabalhadores sobre a importância de mudar o retrato do Brasil”.

Consideramos essa mudança de posição no imaginário social constituído para o trabalhador como estratégia correspondente às necessidades imediatas da *CUT*, ou seja, às eleições de 2002. Portanto, destacamos que a identidade do trabalhador neste discurso é definida de acordo com seus objetivos específicos. Assim, temos uma construção resultante de múltiplas vozes e de

múltiplos sentidos que se (re) significam nas redes de filiações históricas presentes em seu dizer.

Outra característica fortemente visível no discurso da *CUT* é a retomada interdiscursiva do assistencialismo de cunho populista, o que se funda na idéia de dar ao povo “pão e circo”. É o que observamos em diferentes recortes discursivos como os seguintes:

Em defesa do direito à Licença Maternidade, a Subsede de Presidente Prudente e os sindicatos filiados da região realizarão várias atividades no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. No calçadão, principal ponto do centro da cidade, garotas vestidas de grávida e com bonecas distribuirão pirulitos, bexigas e panfletos para os comerciantes e trabalhadores. “Queremos chamar a atenção da população mostrando que, se o governo aprovar a modificação da CLT, a Licença Maternidade estará ameaçada”, salienta a coordenadora da Subsede, Genilda Sueli Bernardes. (Jornal CUT/SP, p.6, fev. 2002)

Quem passou pela estação Fepasa, uma das principais de Osasco, no dia 21 não resistiu ao café da manhã oferecido pelos dirigentes da Subsede. A atividade aconteceu das 7h às 10h foram distribuídos 400 pães e 10 litros de café para cerca de 500 pessoas que passaram pelo local. Além de tomar café, trabalhadores e desempregados receberam informativos da CUT e ouviram o posicionamento em relação às ações do governo federal. “Mostramos aos trabalhadores porque estamos descontentes com as possíveis mudanças na CLT. E o povo entendeu o nosso recado”, relata o coordenador da Subsede, Onézimo Freitas. (Jornal CUT/SP, p.7, abr. 2002).

As atividades começaram na véspera do feriado. Na manhã do dia 30 de abril, a Subsede e os sindicatos promoveram um “café da manhã com os desempregados”, na Marquise de Jundiaí. No local, foram expostas faixas com a seguinte mensagem: “O Desemprego é uma Violência”. Foram distribuídos três mil pães, leite, bolacha e frutas à vontade para os trabalhadores.” (Jornal CUT/SP, p.10, mai. 2002)

Os enunciados “no calçadão, principal ponto do centro da cidade, garotas vestidas de grávida e com bonecas distribuirão pirulitos, bexigas e panfletos para os comerciantes e trabalhadores”; “a atividade aconteceu das 7h às 10h foram distribuídos 400 pães e 10 litros de café para cerca de 500 pessoas que passaram pelo local.”; e “foram distribuídos três mil pães, leite, bolacha e frutas à vontade para os trabalhadores” demonstram que a *CUT* se preocupa em desenvolver

manifestações e atos que visam a chamar a atenção do povo. Utiliza para isso a distribuição de alimentos ou, até mesmo, o uso de adornos e extravagâncias, como as fantasias mencionadas. Comprova-se assim, o caráter um tanto demagógico de seu discurso, característica própria daqueles que não se empenham em solucionar os problemas da população, mas apenas em amenizá-los, gerando uma estreita relação de dependência entre aquele que pode oferecer tal assistência e os que dependem servilmente dela para sobreviver. Dessa forma, atribui ao trabalhador o papel constante de dependente, daquele que sempre necessita do sindicato, o que se revela necessário para que jamais se extinga a função social da instituição sindical.

CAPÍTULO 5

6 AS ELEIÇÕES DE 2002 E O DISCURSO SINDICAL: INFLUÊNCIAS E MUDANÇAS NAS PRÁTICAS LINGUAGEIRAS

“Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações”. (FOUCAULT, 1997, p.33)

A enunciação é a articuladora entre a língua e o mundo, o que possibilita representar fatos no enunciado e, simultaneamente, por si só, ela constitui um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço. É “um acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado. Deste modo a enunciação não é um ato individual do ‘sujeito’, não sendo também irrepetível” (GUIMARÃES, 1989, p. 79). A materialidade sócio-histórica do enunciado é produzida em uma formação discursiva por meio da enunciação. Nessa perspectiva, consideramos para o presente estudo esse conceito em uma dimensão discursiva, enquanto acontecimento num dado contexto, apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas.

O mundo adquire sentido ao ser discursivizado, o que se dá por meio da enunciação e na medida em que indivíduos assumem posições que podem ocupar enquanto sujeitos no discurso. Logo, “toda interpretação de um lugar enunciativo necessita levar em conta a consciência lingüística da época considerada e a forma como a questão da enunciação é colocada nesse período.” (MALDIDIER; GUILHAUMOU, 1989, p. 67). A língua, portanto, institui o acontecimento discursivo e, por meio dela ele pode ser reconstituído, entrelaçando o passado, a memória e a história. Deste modo, “o acontecimento discursivo se define em relação à inscrição do que é dito em um momento determinado em configurações de enunciados” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 29)

É possível, portanto, restituir-se ao enunciado sua singularidade de acontecimento ao identificar-se o interdiscurso em sua irrupção histórica, incluindo o enfoque sobre o intradiscurso. “Assim, [...] permite, ao mesmo tempo, caracterizar fatos de língua, conhecer proposições de sujeitos históricos e sua consciência

lingüística, ou seja, considerar as marcas enunciativas co-presentes no efeito de língua que constitui o acontecimento.” (MALDIDIÉ; GUILHAUMOU, 1989, p. 69).

Diante de tais pressupostos, propomo-nos a observar possíveis alterações nas práticas languageiras, ocorridas tanto diacrônica como sincronicamente, que estão presentes no fazer enunciativo do discurso cutista. Para tanto, temos como ponto de referência histórico as eleições de 2002, fato representativo de um acontecimento discursivo responsável por influenciar e até determinar os lugares enunciativos assumidos pelo sujeito, de tal forma que o teria levado, desse modo, a inscrever no discurso sua subjetividade enunciativa.

Para o presente capítulo, selecionamos recortes discursivos que nos remetem ao tema geral das eleições, em enunciados que tratam, por exemplo, de assuntos como: a campanha eleitoral empreendida pela *CUT*; as críticas ao governo de FHC e ao seu candidato à Presidência da República; e a relação desse sindicato com a nova esfera governamental eleita em 2002, concentrada principalmente na figura de Luiz Inácio Lula da Silva. A partir desse conjunto de enunciados, procura-se averiguar, por meio do acontecimento discursivo das eleições, como o sujeito enunciativo da *CUT* se constrói em relação a outros sujeitos. Inicialmente, apresentaremos a forma de discursivização dos enunciados referentes ao ano de 2002 e, posteriormente ao de 2003, para apontarmos possíveis alterações nas práticas discursivas enunciadas.

As ações governamentais de FHC, no decorrer do período temporal aqui analisado, são constantemente depreciadas pelo enunciativo, como procuramos demonstrar nos seguintes segmentos:

Não é apenas a onda de violência e criminalidade que, há tempos, já passou dos limites, como afirmou FHC. Mas a inoperância e insensibilidade do seu governo e de Alckmin que nunca se preocuparam em combatê-la de forma eficiente. O assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, que chocou o Brasil, e o aumento drástico de 1.100% nos casos de seqüestro, a maioria ocorrido em São Paulo, reforçam a ineficiência desses governos. (Jornal CUT/SP, p.2, fev. 2002)

O sujeito da enunciação aparenta concordar com o ponto de vista da formação discursiva de FHC no que diz respeito à violência e à criminalidade. No entanto, por meio do operador argumentativo “mas”, a relação com o exterior e o

interior da formação discursiva cutista vai sendo definida e as críticas ao governo federal e estadual são explicitadas com argumentos como “mas a inoperância e insensibilidade do seu governo e de Alckmin que nunca se preocuparam em combatê-la de forma eficiente”. Temos, portanto, E1 que estabelece um contrato de identidade com a posição enunciativa de FHC e E2, que recusa esse contrato. Do ponto de vista da argumentação, o enunciador negligencia o primeiro enunciado e apóia-se sobre o segundo, dando-lhe maior força argumentativa, com o objetivo claro de levar os leitores a compartilharem de sua opinião. Diante disso, é possível compreendermos o emprego da expressão “não é apenas”, usada para enfatizar os problemas do governo de FHC. Tais problemas são ressaltados também por meio das expressões “inoperância e insensibilidade”, “nunca se preocuparam em combatê-la de forma eficiente” e “a ineficiência desses governos”.

Esse esforço de depreciação pelo discurso não se restringe à questão da violência, mas abrange também outros aspectos:

Um dos principais motivos que tem emperrado a questão da segurança pública é a falta de vontade política. Essa sempre foi a marca registrada de FHC que, além da segurança, uma das bandeiras eleitorais estampadas em sua mão, símbolo da sua campanha, nunca priorizou ações em benefício da educação, saúde e trabalho. Nos últimos sete anos, apenas implementou planos e medidas que contribuíram para o aumento da exclusão e desigualdades sociais. (Jornal CUT/SP, p.2, fev. 2002)

No recorte discursivo acima, percebemos que se procura depreciar as ações governamentais na segurança, na educação, na saúde e no trabalho, cujos resultados são mostrados como se em nenhum momento apresentassem aspectos positivos, como é destacado no uso das expressões “falta de vontade política”, “nunca priorizou ações em benefício” e “aumento da exclusão e desigualdades sociais”. Além disso, a depreciação enuncia “nos últimos sete anos” e o uso do operador argumentativo “apenas”, responsável por restringir as atitudes do governo a aspectos negativos, demonstram que essa postura não é atual ao momento da enunciação, mas se projeta temporalmente no decorrer desse mandato governamental.

Outro tema recorrente no fazer enunciativo sindicalista é a reforma da *CLT*, a qual é discursivizada de duas maneiras: de um lado, defendida pela *CUT*

de forma a favorecer os trabalhadores assegurando-lhes seus direitos; de outro, a forma como é empreendida pelo governo, mostrada como voltada à priorização dos interesses patronais. Esse aspecto é ressaltado em enunciados como os transcritos a seguir:

A reforma da CLT, proposta pelo governo e apoiada pela “Farsa Sindical e Social Democracia Sindical”, significa um retrocesso para a sociedade, pois concede aos patrões, o lado mais forte da relação contratual, amplos poderes para mexer nos direitos mínimos constitucionais dos trabalhadores como bem quiserem, e o que é pior, poderão celebrar acordos coletivos de trabalho que sobreporão à lei. (Jornal CUT/SP, p.2, abr. 2002)

Ao completar 70 anos, a Carteira de Trabalho, criada em 1932 pelo então presidente Getúlio Vargas, ganhou uma festa de aniversário inesquecível no dia 21 de março. Em defesa da manutenção dos direitos legais, a CUT escolheu essa data para protestar contra o nefasto projeto de lei do governo FHC, que ameaça acabar com essas importantes conquistas históricas da classe trabalhadora. (Jornal CUT/SP, p.4, abr. 2002)

O apoio aos patrões, por parte do governo, é afirmado em “pois concede aos patrões, o lado mais forte da relação contratual, amplos poderes para mexer nos direitos mínimos constitucionais dos trabalhadores”. O sujeito da enunciação se mostra desfavorável a tal postura ao enunciar “significa um retrocesso” e “o que é pior”, ambas expressões com que procura censurar essa situação e demonstrar apoio aos trabalhadores. Isso também é reforçado no enunciado “em defesa da manutenção dos direitos legais, a CUT escolheu essa data para protestar contra o nefasto projeto de lei do governo FHC”. Com isso, o enunciador procura estabelecer um papel social para si e outro para o governo, ambos distintos, e o determinado para a esfera governamental é mostrado continuamente como oposto aos interesses dos trabalhadores.

O enunciador procura afirmar e reafirmar, diante dos trabalhadores, os aspectos negativos do governo de FHC, conforme destacamos a seguir:

Neste último 1º de maio do governo de FHC, existem mais reclamações do que comemorações a fazer. Hoje, os trabalhadores lutam por um emprego ou pela manutenção dele e pela garantia dos direitos constitucionais. Em oito anos, FHC e o governo de Geraldo Alckmin, governador do Estado, nunca priorizaram políticas sociais

essenciais para o desenvolvimento do País, como saúde, educação e trabalho. Ao contrário sua política apenas beneficiou os empresários e os banqueiros. Fatos que constataam essa realidade são os alarmantes indicadores sociais que revelam um quadro desfavorável ao trabalhador. O desemprego e os baixos salários são os principais reflexos dessa política excludente. (Jornal CUT/SP, p.7, mai. 2002).

Nesses enunciados, é ressaltado o desfavorecimento da classe assalariada que tenta assegurar seus direitos em vez de buscar melhorias: “Hoje, os trabalhadores lutam por um emprego ou pela manutenção dele e pela garantia dos direitos constitucionais”. A prioridade é dada a outra classe social: “Ao contrário sua política apenas beneficiou os empresários e os banqueiros”. O discurso apresenta expressões pejorativas na tentativa de marcar essa situação, tais como: “mais reclamações”, “nunca priorizaram políticas sociais”, “alarmantes indicadores sociais”, “desfavorável ao trabalhador” e “política excludente”.

A *CUT* publicou a edição de julho/2002 com o intuito de enaltecer suas ações sindicais e também recuperar, na memória dos leitores, aspectos negativos do governo de Fernando Henrique Cardoso:

Os leitores vão lembrar os principais escândalos de corrupção que marcaram a Era FHC, como também analisar os principais impactos sociais e econômicos do Real nas suas vidas e o mais importante: vão rever o papel fundamental desempenhado pela *CUT* que, em conjunto com as Subsedes e os movimentos sociais e populares, atuou do lado dos trabalhadores, defendendo seus interesses e direitos, ajudando a desmascarar essa política neoliberal nociva. (Jornal CUT/SP, p.2, jul. 2002)

Percebemos que esse periódico, lançado três meses antes das eleições, é usado como instrumento para desfavorecer o partido político apoiado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como parte do esforço para levar o eleitor a não votar em candidatos filiados a seu partido. No enunciado “atuou do lado dos trabalhadores, defendendo seus interesses e direitos, ajudando a desmascarar essa política neoliberal nociva”, o enunciador ressalta o posicionamento da *CUT*, procurando reforçar, aos olhos do leitor, seu empenho e compromisso com os trabalhadores. Portanto, se a *CUT* apresenta tal postura, podemos concluir que esse

sindicato irá prestar apoio a candidatos que também partilham essas idéias. Isso está subentendido no discurso e, de certa forma, contribui para favorecer os candidatos a cargos públicos apoiados pelos cutistas.

O periodista sindical se apóia em dados estatísticos para validar seu fazer enunciativo e caracterizar o comportamento do governo como não confiável e corrupto:

Pesquisa realizada pelo Datafolha, em 15 de maio, revela que 69% da população acreditam na existência de casos de corrupção no governo FHC. Com relação aos valores desviados, ou melhor roubados, os prejuízos aos cofres públicos são incalculáveis. (Jornal CUT/SP, p.3, jul. 2002)

Diante do que foi exposto até aqui, pode-se perceber que, sempre destacando aspectos negativos como esses, o enunciador procura desvalorizar as atitudes governamentais da administração de FHC. E deseja construir essa imagem negativa para poder influenciar nos resultados das eleições de 2002. O enunciador faz isso ao destacar a existência de uma certa fragilidade na relação entre governo e trabalhadores, o que, conseqüentemente, abrange os candidatos que pertencem ao mesmo partido político governamental e acaba por contribuir no favorecimento dos candidatos apoiados pela *CUT*.

Como se observa, em detrimento da conjuntura de governo de 2002, o enunciador tenta inculcar, no fio discursivo, questões que são facilmente reconhecidas pelos interlocutores em razão da grande importância que costumam dar às mesmas, tais como a impunidade, a redução dos direitos dos trabalhadores, justiça social, combate à criminalidade:

Diante de tanta impunidade, estamos preparando uma ofensiva contra o governo tucano. Realizaremos, no dia 21 de março, uma Greve Nacional contra a Redução dos Direitos dos Trabalhadores. Um outro Brasil, com mais justiça social, é possível se derrotarmos esse modelo neoliberal, construindo um forte governo no campo democrático popular. Para atingirmos essa meta, nosso grande desafio é conscientizar a população, que já está dando o exemplo ajudando no combate à criminalidade, mostrando que ela pode dar o troco nas eleições de outubro. (Jornal CUT/SP, p.2, fev. 2002).

Tal contexto possibilita ao enunciador compartilhar os mesmos valores e opinião dos trabalhadores, favorecendo a elaboração de uma doxa favorável para si e também na tentativa de conquistar a credibilidade e a confiança desses co-enunciadores. Além disso, procura manipular o leitor e levá-lo a desempenhar uma ação: “mostrando que ela pode dar o troco nas eleições de outubro”. É assim que encontra um caminho para indicar ao co-enunciador os “melhores candidatos” na campanha da eleição:

O desafio do próximo presidente da República, que trabalharemos para que seja o companheiro Luís Inácio Lula da Silva (PT), não pode ser resumido no simples crescimento virtuoso da economia e na adoção de políticas sociais compensatórias. Perfil da política de FHC nos últimos oito anos de governo. (Jornal CUT/SP, p.2, mai. 2002).

Dirigentes, militantes e trabalhadores simpatizadores do PT ganharam um local exclusivo para fazer política. Trata-se do novo Comitê Nacional Sindical em apoio aos candidatos à presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, ao governo do Estado, José Genoíno e ao Senado, Aloizio Mercadante. O Comitê funcionará a partir do dia 6 de junho, respeitando determinação do Tribunal Regional Eleitoral. (Jornal CUT/SP, p.4, mai. 2002).

O sujeito da enunciação mantém suas críticas a FHC, dando-lhe o crédito do “simples crescimento virtuoso da economia” e da “adoção de políticas sociais compensatórias”. Além disso, mostra ao leitor quais os melhores candidatos que são, portanto, apoiados pela *CUT*: “trata-se do novo Comitê Nacional Sindical em apoio aos candidatos à presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, ao governo do Estado, José Genoíno e ao Senado, Aloizio Mercadante.” O apoio a esses candidatos e a sua simpatia pelo partido político do PT é reiterado várias vezes no decorrer do discurso:

Na ocasião, estiveram presentes os presidentes da CUT/SP e Nacional, representantes da Direção Executiva, da CNM, as estrelas do PT, Lula, Mercadante, José Dirceu, o prefeito de Ribeirão Preto, Palocci e o deputado federal do Pcdob, Nivaldo Santana. Todos fizeram discursos valorizando a abertura do novo espaço. (Jornal CUT/SP, p.4, mai. 2002).

A expressão “as estrelas do PT” é reveladora da posição assumida pela *CUT* em relação a esses candidatos. E funciona como uma expressão adjetiva, uma vez que, ao se referir a Lula, Mercadante e José Dirceu, caracteriza-os como os nomes de maior destaque do Partido dos Trabalhadores. Ainda a respeito dessa relação, destacamos que compartilham o mesmo lugar enunciativo do sujeito enunciator ao apoiarem a iniciativa cutista do Comitê Nacional Sindical: “todos fizeram discursos valorizando a abertura do novo espaço”. Ao observarmos esses lugares discursivos, podemos compreender que a *CUT* e o PT estão associados a uma mesma formação ideológica.

Os candidatos apoiados pelo sujeito enunciator são apresentados ao leitor como capazes de realizar a mudança necessária para os brasileiros:

O momento certo é agora nas eleições de outubro. Por isso, precisamos eleger representantes no campo democrático popular, como o companheiro Lula para a presidência da República, Genoíno para Governador de São Paulo, Mercadante e Wagner Gomes para o Senado – que são os únicos capazes de implementar esse processo de mudança. Construir o Brasil que a gente quer só depende de nós. (Jornal CUT/SP, p.2, jul. 2002)

A palavra “únicos” destaca a competência que tais candidatos possuem para melhorarem o Brasil. Além disso, o enunciator atribui ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva os mesmos valores do trabalhador.

Ao contrário de FHC e tantos outros, Lula conheceu o chão de fábrica, a fila do ônibus, o aluguel e o salário que acabava bem antes do final do mês. Conheceu também a falta de estrutura do seu bairro, o descaso das “autoridades”, e ao indignar-se com isso e, juntamente, com outros companheiros iniciaram diversas mobilizações que, em pouco tempo, tomaram conta de todo o Brasil. Hoje, Lula é a voz do trabalhador. Sua coragem e, acima de tudo, atitude o tornaram um homem conhecido e respeitado internacionalmente. Essa é a sua grande experiência: sentir na pele o que o povo vive no seu dia a dia. Isso nenhum outro candidato tem. (Jornal CUT/SP, p.4, set. 2002)

O sujeito da enunciação equipara Lula aos trabalhadores: “conheceu o chão da fábrica, a fila do ônibus, o aluguel e o salário que acabava bem antes do final do mês”, e, assim, procura demonstrar sua preocupação em promover

melhorias para a coletividade. Isso, constitui parte da estratégia enunciativa de provocar no trabalhador uma maior identificação com Lula, para tanto, recorre a aspectos do cotidiano facilmente reconhecíveis pelo leitor. Em enunciados como: “ao indignar-se com isso e, juntamente, com outros companheiros iniciaram diversas mobilizações que, em pouco tempo, tomaram conta de todo o Brasil” tenta mostrá-lo como “a voz do trabalhador”. Toda essa argumentação contribui para destacar que esse candidato é único e, por “sentir na pele o que o povo vive no seu dia a dia”, saberá governar o país respeitando o povo e os trabalhadores. Isso seria o que o diferencia de FHC e dos demais candidatos a Presidência da República.

A figura de Lula é associada também à mudança, a melhorias para os brasileiros e a decência, o que pressupõe aspectos referentes à honestidade e à integridade moral, como observamos no recorte discursivo a seguir:

A única forma de mudar esse cenário é nas urnas, ou seja, nas próximas eleições, que acontecerão em todo o País, em outubro. Se você quer um Brasil decente, ajude então a eleger o companheiro Lula e também a formar uma forte bancada de senadores, deputados estaduais e federais no campo democrático popular para que juntos possamos construir o Brasil que a gente quer. (Jornal CUT/SP, p.7, jul. 2002)

Dessa forma, ele é posto para o eleitor como a melhor opção nas próximas eleições. Paralelamente a isso, o fazer enunciativo continua desvalorizando o governo tucano e seus candidatos, comportamento que se torna mais acentuado e recorrente nos meses de setembro e outubro:

Quando assumiu o governo, em 1995, uma das principais promessas de FHC era gerar 7 milhões de empregos. Seu segundo mandato está chegando ao fim e o resultado virou um pesadelo: hoje temos 11,5 milhões de desempregados no Brasil. E o candidato do governo, o senhor José Serra, tem a cara de pau de prometer 8 milhões em quatro anos. Se FHC não fez em oito anos você acha, realmente, que ele fará em quatro? (Jornal CUT/SP, p.3, set. 2002)

Ao contrário do que diz, Alckmin nunca honrou e muito menos investiu os recursos públicos – dinheiro suado que sai do bolso de todos nós que pagamos impostos - na melhoria da qualidade de vida da população do Estado de São Paulo. Prova deste descaso foi o levantamento feito pelo Jornal Folha de São Paulo (gestão 1999/2000), publicado no dia 8 de setembro, que revela que grande parte das promessas ficou no papel. (Jornal CUT/SP, p.3, out. 2002)

Geraldo Alckmin disse na propaganda do horário eleitoral gratuito que o seu governo tem “seriedade no uso do dinheiro público” e que tem “assumido o compromisso público de falar sempre a verdade”. Ainda bem que mentira tem perna curta. Veja, se essas afirmações fossem de fato verdadeiras por que então o Rodoanel – uma das principais vitrines da sua campanha, exibida em outdoors – apresenta graves indícios de irregularidades? Por que o Ministério Público condenou o seu governo a devolver aos cofres públicos a quantia de R\$ 4,1 bilhões por má aplicação de verbas na educação? E cadê o dinheiro arrecadado com a venda de várias empresas energéticas e bancos? Já pensou se ele colocasse a mão no fogo!? (Jornal CUT/SP, p.3, out. 2002)

Os políticos “tucanos” Alckmin, Serra e FHC são constantemente apresentados ao eleitorado de forma incrédula, ou seja, como homens que não são dignos de confiança. Uma das formas para justificar essa situação é a alusão a ações que esses políticos prometeram e não cumpriram, tais como: “uma das principais promessas de FHC era gerar 7 milhões de empregos. Seu segundo mandato está chegando ao fim e o resultado virou um pesadelo: hoje temos 11,5 milhões de desempregados no Brasil”; “Alckmin nunca honrou e muito menos investiu os recursos públicos [...] na melhoria da qualidade de vida da população do Estado de São Paulo”. Para validar seu discurso, o enunciador, como parte de sua estrutura argumentativa, recorre a uma citação de autoridade e menciona um levantamento acerca das promessas eleitorais não realizadas por Alckmin publicado por um dos maiores jornais do país: a Folha de São Paulo.

Outro aspecto marcante no fazer enunciativo é a citação de dados estatísticos e cifras numéricas. Trata-se de uma forma de argumentação voltada para a criação de um efeito de sentido que permite ao enunciador manipular, na linguagem e pela linguagem, certos dados da realidade. A verossimilhança discursiva é atestada por meio de números, ao mesmo tempo em que se constrói, aos olhos do interlocutor, a impressão de fato incontestável.

O sujeito da enunciação menciona um dos projetos apresentados durante a campanha eleitoral, expressando-se dessa forma: “e o candidato do governo, o senhor José Serra, tem a cara de pau de prometer 8 milhões em quatro anos.” Emprega a expressão “cara de pau” para reforçar a idéia de que tal situação é apenas uma promessa e que esse candidato não tem condições para torná-la concreta. Em seguida, interpela o leitor com a interrogação: “se FHC não fez em oito

anos você acha, realmente, que ele fará em quatro?”, com o objetivo de dialogar e envolver ainda mais o co-enunciador na cena enunciativa. Usa o advérbio de afirmação “realmente” em sua interrogação para realçar, diante do leitor, que essa situação será impossível de se realizar. Com isso, podemos subentender por parte do enunciador certa ênfase na idéia de que o leitor seria ingênuo se acreditasse no tal projeto dos que são do partido da situação.

O enunciador se posiciona na mesma formação discursiva do leitor ao construir seu discurso na primeira pessoa do plural, como em – “dinheiro que sai do bolso de todos nós que pagamos impostos” –, o que estabelece um efeito de maior proximidade entre enunciador e enunciatário. Assim, pressupõe-se ser ele também mais um que se encontra insatisfeito e indignado com o panorama político atual, o que marca seu esforço para criar uma relação de parceria e confiança com o co-enunciador, na tentativa de legitimar a veridicção discursiva.

Ao enunciar, o sujeito emprega aspas nos enunciados “seriedade no uso do dinheiro público” e “assumido o compromisso público de falar sempre a verdade”, ambas acompanhadas da glosa “Geraldo Alckmin disse”. Com isso, traça uma linha de demarcação entre sua formação discursiva e seu exterior, mostrando que tais expressões pertencem a outro espaço enunciativo, cuja responsabilidade não quer assumir. Em seguida afirma: “Ainda bem que mentira tem perna curta”, avaliando de maneira incrédula e reprovando a fala de Alckmin. Para isso, emprega, em seu fazer enunciativo, o provérbio já conhecido pela coletividade, que resulta no sentido de que a mentira é sempre descoberta, idéia essa que pode ser facilmente apreendida pelo leitor. Na continuidade do texto, justifica sua falta de confiança no governo estadual em decorrência da corrupção com questionamentos repetitivos: “uma das principais vitrines da sua campanha, exibida em outdoors – apresenta graves indícios de irregularidades? Por que o Ministério Público condenou o seu governo a devolver aos cofres públicos a quantia de R\$ 4,1 bilhões por má aplicação de verbas na educação? E cadê o dinheiro arrecadado com a venda de várias empresas energéticas e bancos?”. Ao fazer essas acusações na forma interrogativa, ao mesmo tempo em que envolve o leitor, procura destacar o quanto existe de incerteza e obscurantismo no discurso de seus oponentes.

Após as eleições, em outubro de 2002, a *CUT*, no mês de dezembro, publica uma edição do jornal em que comemora a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, conforme podemos observar no recorte discursivo seguinte:

Um dos momentos mais importantes e, ao mesmo tempo inesquecível, que marcou a história do movimento sindical cutista no ano de 2002 foi o dia 27 de outubro. Essa data consagrou a vitória, tão sonhada e esperada, do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República. Lula foi eleito com mais de 53 milhões de votos – maior votação da história da República e considerada também a maior vitória da esquerda em todo o mundo. (Jornal CUT/SP, p.2, dez. 2002)

A satisfação diante do resultado das eleições fica clara, no que se refere ao novo presidente da República, na frase: “essa data consagrou a vitória, tão sonhada e esperada, do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva”. O enunciador procura dar relevância a tal acontecimento conforme destaca em: “um dos momentos mais importantes e, ao mesmo tempo inesquecível, que marcou a história do movimento sindical cutista no ano de 2002 foi o dia 27 de outubro”. Fica claro que a eleição de Lula é vinculada à história da *CUT* e, portanto, vista como um fato que estabelece um contrato de identidade com a sua formação discursiva e ideológica.

Além disso, é explícito que este sindicato irá participar ativamente das decisões do governo federal:

Com o Lula na presidência, a Central está sendo chamada a debater, opinar e a negociar questões de fundamental importância para garantir as mudanças necessárias para que o País possa voltar a crescer, gerar emprego, distribuir renda e melhorar as condições de vida e trabalho na sociedade brasileira. (Jornal CUT/SP, p.2, dez. 2002)

É interessante ressaltarmos que como a *CUT* desenvolveu uma grande campanha eleitoral em prol de Lula, ela se mostra confiante na possibilidade de vir a integrar o seu governo; desse modo, explicita-se uma troca de favores entre ambos. No entanto, o enunciador procura não deixar transparecer tal fato, procurando mostrar-se mais empenhado com questões sociais, como faz no enunciado: “para que o País possa voltar a crescer, gerar emprego, distribuir renda e melhorar as condições de vida e trabalho na sociedade brasileira.”

A partir de então, o discurso cutista passa a repetir e corroborar sua posição de apoio e elogio a todas as ações empreendidas pelo novo presidente da

República. As possíveis dificuldades que Lula poderá enfrentar são justificadas por problemas não resolvidos na gestão de FHC:

Sabemos que o primeiro ano de governo será difícil tendo em vista a herança catastrófica do governo FHC, que deixou o Brasil numa grave crise social e econômica, com mais de 53 milhões de pobres e miseráveis que hoje “sobrevivem” com menos de um salário mínimo. (Jornal CUT/SP, p.2, dez. 2002)

Mas ainda agora o enunciador continua encontrando espaço, em seu fazer discursivo, para depreciar FHC e aqueles pertencentes ao partido político “tucano”:

Não podemos esquecer que no Estado de São Paulo a nossa resistência e luta serão mais firmes porque continuaremos combatendo e denunciando a política neoliberal do tucano Geraldo Alckmin. (Jornal CUT/SP, p.2, jul. 2003)

A forma de discursivização se torna mais amena, não se observando mais a preocupação em vigiar, avaliar e criticar as ações do governo federal, como acontecia na época em que o presidente era FHC. Agora, o discurso cutista se ocupa de outros assuntos:

O PT foi o partido que mais elegeu parlamentares, ampliando sua representação na Câmara dos Deputados de 5 eleitas, em 1998, para 14, em 2002. Destas 9 são oriundas do movimento sindical cutista. (Jornal CUT/SP, p.2, fev. 2003)

A defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência física também ganhou espaço merecido. A CUT/SP aprovou a formação de uma Comissão que discutirá qualidade de vida e cobrará do governo o cumprimento das leis de cotas no trabalho e mais espaço na área de educação e saúde. (Jornal CUT/SP, p.2, jul. 2003)

Nos trechos acima, o enunciador trata da questão do crescente número de mulheres ocupando cargos políticos e o seu vínculo com o sindicato. Além disso, menciona também os direitos dos portadores de deficiência física. Observamos que esse tema é relatado sem questionamentos a respeito do que o

governo Lula possa ter deixado de realizar para propiciar boas condições de vida aos portadores de deficiência. O discurso perdeu seu caráter polêmico e não se assemelha mais a um processo de acusação, característica que aproximava o fazer enunciativo do gênero judiciário. Portanto, no decorrer do período temporal aqui delimitado para análise dos *corpora*, o quadro enunciativo sofre mudanças consideráveis em decorrência das eleições presidenciais. No início de 2002 o enunciador se mostrava totalmente contrário à conjuntura governamental de FHC e, ao enunciar, julgava, acusava e condenava, atitudes essas que o assemelhavam a figura de um juiz. Essa situação já não é mais observada a partir do momento em que Lula assume o governo federal.

Paralelamente a isso, há no discurso cutista um favorecimento em relação ao Partido dos Trabalhadores. Seus candidatos são sempre apresentados de modo favorável como idealizadores de bons projetos que visam priorizar melhorias nas condições de vida da sociedade e, principalmente, dos trabalhadores. A campanha eleitoral desenvolvida em prol de tais candidatos aparece bem marcada no fio discursivo, o que se estende por todo o ano de 2002, tendo como desfecho a realização das eleições no final do ano. Para isso, o enunciador fazia considerações depreciativas aos candidatos de partidos políticos partidários da oposição e enaltecia aqueles pertencentes ao PT.

Após as eleições, com a vitória de Lula, a *CUT* se preocupa apenas em avaliar positivamente o governo federal, e evita publicar reportagens vinculadas a temas que tratem diretamente das ações governamentais e sua repercussão na opinião pública. Quanto ao governo estadual de São Paulo, administrado por Geraldo Alckmin, o enunciador assume outra posição enunciativa, procurando apontar constantemente problemas, fazendo críticas, o que revela sua grande divergência discursiva e ideológica com o mesmo. A alternância dessas posições discursivas se mantém durante o ano de 2003.

Verificamos a demarcação nítida dos lugares sociais a partir dos estereótipos que se aplicam a sujeitos como FHC e Lula. Nesse caso, evidencia-se a disparidade nas referências a ambos e o favorecimento discursivo, por parte da *CUT*, em relação ao então candidato Lula. Assim sendo, pudemos constatar diferenças ideológicas no tratamento conferido ao governo de FHC por parte desse sindicato. Isso corrobora o fato de que se trata de um esforço para gerar desacordos políticos, que podem prejudicar os verdadeiros interesses da classe trabalhadora.

O estereótipo construído em torno da figura de Lula no discurso sindical, encontra correspondência em valores cuja defesa cabe, institucional e historicamente, à representação trabalhista. Com isso, procura construir, no imaginário social do trabalhador, uma imagem positiva para si e para seu candidato, uma vez que recorre a valores aceitos socialmente pela maioria dos assalariados. As marcas discursivas, expostas até aqui, remontam a uma posição ideológica de defesa, não apenas de um candidato, mas junto com ele, de um partido político, que pode vir a conceder favores políticos, materiais e financeiros à *Central Única dos Trabalhadores*. Podemos, assim, compreender que como não há total prioridade na função sindical em defender os trabalhadores, esse discurso indica sua proximidade com a formação discursiva do peleguismo ao procurar manter no poder um partido político cujos princípios coincidem com a formação ideológica cutistas.

CAPÍTULO 6

7 O DISCURSO TRABALHISTA SINDICAL E A IDEOLOGIA DO PELEGUISMO: AFINIDADES

“Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato de fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.” (FOUCAULT, 1997, p.56)

O nosso propósito aqui é analisar a formação ideológica predominante no cenário enunciativo sindical, mostrando nele marcas indicativas de sentidos próprios da formação discursiva do peleguismo. O discurso trabalhista-sindical reúne enunciados advindos de um espaço discursivo institucional que lhe confere autoridade sendo marcado por diferentes formações discursivas que se intersectam. As formações discursivas podem ser descritas com base no princípio do arquivo, o qual, segundo Foucault:

define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. Não tem o peso da tradição; não constitui a biblioteca sem tempo nem lugar de todas as bibliotecas; mas não é, tampouco, o esquecimento acolhedor que abre a qualquer palavra nova o campo de exercício de sua liberdade; entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados. (1997, p. 150).

O arquivo permite refletir sobre as práticas discursivas de uma sociedade que se organizam por meio das formações discursivas aí presentes e que também organizam essas formações discursivas. Guilhaumou e Maldidier, partindo das considerações filosóficas de Foucault, compreendem que o arquivo “não é o conjunto de textos deixados por uma sociedade” nem “o quadro institucional que permitiu conservar as marcas”, “mas cada dispositivo do arquivo estabelece sua própria organização. Assim, do ponto de vista do arquivo, o sentido é convocado a partir de uma diversidade máxima de textos, de dispositivos de arquivo específicos

de um tema, de um acontecimento, de um itinerário”. (apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 65).

Ao estudar o funcionamento discursivo, a Análise do Discurso procura associar determinadas formações discursivas, em um momento específico, a certos trajetos interdiscursivos, buscando entender porque isso não se dá em relação a outros. O sentido passa a ser construído a partir de um acontecimento, de um itinerário. Portanto, o arquivo não se estrutura enquanto uma reunião de textos, mas como uma seleção de documentos que possuem um sentido determinado, considerando-se o espaço de relações interdiscursivas. A concepção de arquivo está associada aos conceitos de universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo apresentados por Maingueneau⁹. Esses conceitos contribuem para organizarmos o *corpus* deste estudo da seguinte forma:

a) UNIVERSO DISCURSIVO = Aqui pode ser representado, de forma genérica, pela política sindical elaborada por Getúlio Vargas em 1930 e todas as centrais sindicais que surgiram no cenário nacional desde então.

b) CAMPOS DISCURSIVOS = O discurso trabalhista-sindical é constituído por formações discursivas provenientes de diferentes campos: do jurídico-trabalhista, do sindical, do político, do patronal, do trabalhador, do governamental, que se opõem hierarquicamente de forma instável.

c) ESPAÇOS DISCURSIVOS = Dentro deste campo discursivo, selecionamos a formação discursiva governamental, a patronal, a do trabalhador e a sindical que constroem discursivamente relações de contratualidade, polêmica, antagonismo, etc.

O fazer enunciativo do discurso trabalhista sindical instaura seu próprio espaço de enunciação ao mobilizar em sua cenografia essas formações discursivas que, ao convergirem, vão determinar o surgimento de uma outra formação discursiva: a do peleguismo. É essa constituição que pretendemos demonstrar aqui, por meio da análise das marcas discursivo-ideológicas presentes

⁹ Esses conceitos foram definidos no subtítulo 3.1 “Interdiscurso e alteridade no discurso do trabalho”.

no discurso sindical da *CUT*. Para cumprirmos esse objetivo, primeiramente apresentaremos os *corpora* referentes ao ano de 2002 e, em seguida, aqueles que correspondem aos anos de 2003 e 2004. Tal divisão se dá permeada por um acontecimento discursivo: as eleições presidenciais de 2002, a partir das quais decorrem mudanças diacrônicas e sincrônicas nos posicionamentos do discurso sindical cutista.

Inicialmente relacionaremos os enunciados, que, no decorrer de 2002 até o momento das eleições presidenciais, podem apresentar indicativos do estreitamento da relação da *CUT* com o governo e com os empresários. Essa relação, conseqüentemente, também irá influenciar a relação dessa central com os trabalhadores, pois a defesa dos interesses da classe trabalhadora poderá ser prejudicada se os sindicalistas tomarem para si a responsabilidade de conter a insatisfação dos trabalhadores.

No conjunto de enunciados a seguir, o sujeito da enunciação procura deixar claro para o leitor que o governo FHC mantém uma contratualidade com a formação discursiva e ideológica dos empresários e banqueiros:

Antes de ser submetido à votação no Senado, o Projeto (de flexibilização do artigo 618 da CLT) passará primeiro pelas comissões internas. O PL conta com o apoio da “Farsa Sindical” e da Social Democracia Sindical, defensoras dos interesses patronais. Na avaliação de João Felício, o governo não hesitará e pautará o Senado para votá-lo. “FHC não perderá tempo. Afinal, 2002 é um ano eleitoral e os tucanos querem agradar os seus aliados que são os empresários e os banqueiros e também atender às exigências do FMI”, conta. (Jornal CUT/SP, p.5, fev. 2002).

Segundo o enunciador, FHC pretende favorecer os empresários com o projeto de flexibilização da *CLT*: é o que podemos observar no uso da expressão “os tucanos querem agradar os seus aliados”. A partir do substantivo “aliados”, é possível subentendermos que tanto o governo apóia os empresários como esses apóiam o governo, daí evidenciar-se um contrato de identidade discursiva. Conseqüentemente o governo concede a esse grupo social determinados benefícios, alguns dos quais resultantes do projeto da *CLT*. Aqui, ao governante tucano é determinada uma doxa com valores opostos ao do trabalhador, culminando em um *ethos* negativo de indiferença em relação à classe trabalhadora.

Destacamos, ainda, o emprego do discurso direto que aparece no fio intradiscusivo marcado pela fala aspeada de João Felício, presidente da *CUT Nacional*. O uso desse recurso deixa implícito que esta central sindical procura defender os trabalhadores, ao denunciar tal postura do governo federal e assim constrói para si um *ethos* de legítima defensora da classe trabalhadora.

Em outra passagem textual, o locutor procura ressaltar novamente a existência de uma possível relação entre empresários e banqueiros e o partido político tucano, ao qual é filiado o presidente FHC, especificando como se dá esse vínculo:

A denúncia foi que o Econômico, que estava sob intervenção do Banco Central, apoiou 25 candidatos e torrou US\$ 2,4 bilhões nas eleições de 1990. Só para lembrar que a legislação eleitoral, na época, permitia doações apenas para os partidos. A pasta continha 249 páginas e seu conteúdo estava dividido em três listas. A primeira relacionava as doações do Banco Econômico para candidatos a governador, senador, deputados estadual e federal. A segunda apontava os serviços que foram para cada um deles e a terceira era um fax da Federação Brasileira das Associações dos Bancos (Febraban) relacionando 45 nomes de políticos que deveriam ser apoiados pelo sistema financeiro. O ex-senador Antonio Carlos Magalhães era um dos parlamentares que encabeçava (*sic*) a lista. Durante o desenrolar dos fatos não foi possível puxar o fio para desvendar o universo emaranhado das relações entre as doações de empresários e as campanhas eleitorais, porque o procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, um dos homens de confiança de FHC, arquivou o processo. (Jornal CUT/SP, p.4, jul. 2002).

Costumeiramente, em nosso país, os empresários e banqueiros são responsáveis por doações para candidatos em campanhas eleitorais. Para dar maior veracidade ao seu discurso, o enunciador apresenta dados numéricos relativos a essa prática: “apoiou 25 candidatos e torrou US\$ 2,4 bilhões” e recorre à não-concomitância enunciativa (“nas eleições de 1990”), marcando o momento da enunciação por uma anterioridade, o que remete o leitor ao passado, como forma de reavivar em sua memória o fato acontecido. Tais procedimentos compõem a estrutura argumentativa do discurso e têm por função convencer o interlocutor. Enuncia-se a pressuposição de uma relação financeira, de patrocínio político nas eleições entre empresários, banqueiros e o *PSDB*. Essa relação é caracterizada como corrupta devido a ilegalidades tais como: “a legislação eleitoral, na época,

permitia doações apenas para os partidos”; no entanto, “a pasta continha 249 páginas e seu conteúdo estava dividido em três listas. A primeira relacionava as doações do Banco Econômico para candidatos a governador, senador, deputados estadual e federal. A segunda apontava os serviços que foram para cada um deles e a terceira era um fax da Federação Brasileira das Associações dos Bancos (Febraban) relacionando 45 nomes de políticos que deveriam ser apoiados pelo sistema financeiro.” Além disso, o *Banco Econômico* se encontrava sob intervenção do *Banco Central*, o qual era responsável por controlar o seu sistema financeiro. Portanto, possivelmente as doações ilícitas eram de conhecimento do governo federal. Essa idéia é reforçada logo no final, pelo seguinte enunciado: “não foi possível puxar o fio para desvendar o universo emaranhado das relações entre as doações de empresários e as campanhas eleitorais, porque o procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, um dos homens de confiança de FHC, arquivou o processo”.

Diante disso, o leitor vai sendo levado a compreender que há um vínculo forte entre governo e empresários. Se os empresários beneficiam os candidatos e o governo financeiramente, eles, portanto, também devem encontrar um meio para pagar essa dívida e uma das formas para isso ocorrer, segundo o enunciador da *CUT*, é a flexibilização do artigo 618 da *CLT*, como é enfatizado na passagem:

A reforma da *CLT*, proposta pelo governo e apoiada pela “Farsa Sindical e Social Democracia Sindical”, significa um retrocesso para a sociedade, pois concede aos patrões, o lado mais forte da relação contratual, amplos poderes para mexer nos direitos mínimos constitucionais dos trabalhadores como bem quiserem, e o que é pior, poderão celebrar acordos coletivos de trabalho que sobreporão à lei. Outro lado perverso desse projeto é que a relação capital e trabalho ficará ainda mais deteriorada, porque se o trabalhador não aceitar as condições impostas pelo empregador será mandado embora, ou, terá que pedir as contas. (Jornal *CUT/SP*, p.2, abr. 2002).

Temos aí um esforço para evidenciar que o governo retribui aos empresários e banqueiros, favorecendo-os por meio do projeto de flexibilização da *CLT*, sem se preocupar com os prejuízos que possa trazer ao trabalhador. Isso é destacado no uso de expressões como “significa um retrocesso para a sociedade”,

“concede aos patrões [...] amplos poderes para mexer nos direitos mínimos constitucionais dos trabalhadores como bem quiserem” e “poderão celebrar acordos coletivos de trabalho que sobreporão à lei”. O trabalhador, conseqüentemente, se “não aceitar as condições impostas pelo empregador será mandado embora, ou, terá que pedir as contas”. A *CUT* se empenha na tentativa de denunciar a postura governamental e demonstrar a fragilidade da classe trabalhadora diante dessa situação e, assim, deixa pressuposta a necessidade da representação dos trabalhadores por um sindicato, para justificar sua função social. O enunciador também busca enumerar os direitos que os trabalhadores irão perder, conforme observamos no enunciado seguinte:

Essa intenção está clara, porque o projeto visa alterar a redação do artigo 618 da CLT, permitindo que o acordo coletivo de trabalho negociado entre patrões e empregados sobreponha à lei, ou seja, o empregador terá amplos poderes para reduzir ou, simplesmente, não pagar direitos como Férias, 13º salário, Licença Maternidade, Adicional Noturno, Descanso Semanal Remunerado e muitos outros que estão assegurados pela Constituição Federal Brasileira. (Jornal CUT/SP, p.4, abr. 2002).

O sindicato cutista procura apontar para o leitor quais são os direitos que, embora assegurados constitucionalmente, correm o risco de ser alterados: “Férias, 13º salário, Licença Maternidade, Adicional Noturno, Descanso Semanal Remunerado e muitos outros”. Com isso, tenta alertar os trabalhadores que podem vir a se tornar ainda mais dependentes dos patrões e do sistema capitalista. Esse fato é destacado pela modalização autonímica contida na expressão “ou seja”, com o que o enunciador explicita que “o empregador terá amplos poderes para reduzir ou, simplesmente, não pagar direitos”. Esse recurso lingüístico restringe seu dizer, impedindo que adquira um caráter polissêmico e que suas palavras indiquem outros sentidos que possam atravessar o fio discursivo. O advérbio “simplesmente” enfatiza a idéia de que os patrões vão ser os únicos favorecidos com o formato do projeto defendido pelo governo federal.

Diante das considerações expostas anteriormente, pudemos perceber que o enunciador da imprensa cutista, no decorrer de 2002, posiciona-se como defensor dos trabalhadores e recusa, em sua formação discursiva, o Outro de seu discurso, ou seja, a formação discursiva do peleguismo. Além de o enunciador

procurar comprovar aos olhos do leitor o contrato de identidade entre a formação discursiva governamental e a empresarial, ele também tenta explicitar que o governo, enquanto patrão dos servidores federais e estaduais, continua a não atender às necessidades dos trabalhadores e a não respeitar os seus direitos. Essa situação pode ser averiguada em enunciados como os que se seguem:

Na última década, a participação de empresas estrangeiras cresceu cerca de 60% no mercado econômico brasileiro. A globalização e as vantagens de investimento foram os principais motivos que impulsionaram esse aumento. Se de um lado, o governo lucrou com a presença dessas empresas, pois atraem capital e giro de negócios para a economia, para os trabalhadores esse processo de transformação saiu caro. Um dos exemplos foi a aquisição do Banespa pelo Banco espanhol Santander. Resultado: milhares de funcionários foram demitidos. (Jornal CUT/SP, p.7, fev. 2002).

A ação sindical sofreu dificuldades em virtude do desmantelo provocado pelo modelo econômico de FHC, subserviente ao FMI, que incentivou a liberalização do comércio, das privatizações e da reforma do Estado, que aprovou medidas, como por exemplo, o contrato por tempo determinado, as cooperativas de mão-de-obra (que fraudam os direitos), ou seja, medidas flexíveis que prejudicaram apenas os trabalhadores. E mais: essa política acarretou o fechamento de milhões de postos de trabalho e a queda dos salários. Conclusão: a miséria e a violência duplicaram. (Jornal CUT/SP, p.10, jul. 2002).

O enunciador indica que o governo federal não aprova medidas que possibilitam melhorias para a classe trabalhadora. Apesar do resultado positivo obtido para a economia brasileira os trabalhadores são desfavorecidos: “milhares de funcionários foram demitidos”. Além disso, “o modelo econômico de FHC” não trouxe benefícios, mas “medidas flexíveis que prejudicaram apenas os trabalhadores”, o que é enfatizado por meio do uso do operador argumentativo restritivo “apenas”. Outro aspecto negativo foi o “fechamento de milhões de postos de trabalho e a queda dos salários”. É interessante ressaltarmos o emprego dos vocábulos “milhares” e “milhões” que dão maior ênfase à situação do desemprego destacada pelo enunciador.

A *CUT*, ainda, aponta o descaso do governo estadual:

Na ocasião, a Central solicitou ao governador a instalação de uma mesa de negociação entre os representantes do governo e das entidades dos servidores em campanha. O objetivo é cobrar as promessas eleitorais feitas ao funcionalismo público pela gestão Covas/Alckmin. Algumas são o aumento dos salários, congelados há oito anos, e a implementação de um Plano de Cargos e Carreiras. (Jornal CUT/SP, p.3, abr. 2002).

com a folha de pagamento, praticamente, não sofreu alterações, reforçando que o governo nunca cumpriu suas promessas eleitorais. De acordo com a LRF, o prazo máximo para concessão de qualquer reajuste é até junho (180 dias antes do final do mandato). (Jornal CUT/SP, p.3, abr. 2002).

O governo do estado de São Paulo não cumpriu a promessa que fez nas campanhas eleitorais de conceder reajustes aos servidores, o que teria ocasionado a desvalorização salarial: por isso, os servidores continuam reivindicando “a implementação de um Plano de Cargos e Carreiras” . Portanto, o governo, posicionado ao lado do patrão, também não demonstra interesse em melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Isso é novamente confirmado pelos enunciados:

Neste último 1º de maio do governo de FHC, existem mais reclamações do que comemorações a fazer. Hoje, os trabalhadores lutam por um emprego ou pela manutenção dele e pela garantia dos direitos constitucionais. Em oito anos, FHC e o governo de Geraldo Alckmin, governador do Estado, nunca priorizaram políticas sociais essenciais para o desenvolvimento do país, como: saúde, educação e trabalho. Ao contrário sua política apenas beneficiou os empresários e os banqueiros. (Jornal CUT/SP, p.7, mai. 2002).

O enunciador remete o leitor, por meio de uma debreagem ao “último 1º de maio”, a comemoração da data é uma forma de destacar o momento histórico mais importante da classe trabalhadora, reminiscência da grande greve de Chicago resultante do protesto dos trabalhadores para reclamarem das condições de trabalho. Neste dia, ainda atualmente, os trabalhadores se reúnem para reivindicarem melhorias salariais e das condições de trabalho, além da criação de novos empregos. No entanto, neste caso, o “último 1º de maio do governo de FHC” se dá em meio a reclamações e os trabalhadores aparecem como sujeitos que não têm o que comemorar e nem podem requerer melhorias, pois se vêem obrigados

meramente a assegurar o que possuem até o momento. Por isso, “lutam por um emprego ou pela manutenção dele e pela garantia dos direitos constitucionais”. Essa situação evidencia o momento difícil no qual os empregados se encontram, que, segundo o enunciador, tem como agente desencadeador o governo tucano, o qual em “sua política apenas beneficiou os empresários e os banqueiros”. Dessa forma, o sindicato da *CUT* demonstra que está cumprindo seu papel social de representante dos trabalhadores, procurando alertá-los e defendê-los das ações governamentais do *PSDB*. Essa postura pode ser novamente observada nos seguintes enunciados:

O anúncio da retirada do regime de urgência, no último dia 3 de abril, do projeto de lei 5.483/01 do governo FHC, que visa flexibilizar o artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), representa uma importante vitória para o movimento sindical cutista e para todos os trabalhadores brasileiros. A pressão da *CUT* traduzida em protestos, greves, manifestações públicas, passeatas e campanhas desenvolvidas em todos os Estados, nestes últimos seis meses, foi determinante para conscientizar e alertar os trabalhadores e os meios de comunicação sobre os perversos impactos no caso da aprovação desse projeto. (Jornal *CUT/SP*, p.2, abr. 2002).

A *CUT* enuncia da posição de defensora dos trabalhadores, agente principal na obtenção de resultados favoráveis para os seus representados, tais como a “retirada do regime de urgência, no último dia 3 de abril, do projeto 5.483/01 do governo FHC”. Esse fato é anunciado como “uma importante vitória para o movimento sindical cutista e para todos os trabalhadores”, o que colabora para situar o enunciador e os trabalhadores na mesma formação discursiva e ideológica, enquanto portadores de interesses comuns. O sujeito da enunciação, como parte de sua estratégia enunciativa, recorre ao apelo emocional e ideológico, instituindo-se como alguém que é suficientemente sensível para compreender o problema dos trabalhadores.

É interessante ressaltarmos que, apesar da *CUT* se situar como aliada do trabalhador, ela caracteriza-o como dependente de sua estrutura ao dar ênfase às atividades que tem desenvolvido enquanto instituição sindical que diz realizar tanto em prol da classe trabalhadora: “A pressão da *CUT* traduzida em protestos, greves, manifestações públicas, passeatas e campanhas desenvolvidas em todos os Estados, nestes últimos seis meses, foi determinante para conscientizar

e alertar os trabalhadores e os meios de comunicação sobre os perversos impactos no caso da aprovação desse projeto”.

No enunciado citado, as palavras “vitória”, “pressão” e “determinante” deixam subentendida a importância deste sindicato, o qual procura impor-se como necessário e, dessa forma, justificar as funções que tem no meio social.

Outro aspecto recorrente no discurso cutista, durante o ano de 2002, se refere às mobilizações dos trabalhadores empreendidas pelo sindicato da *CUT* e por suas sedes. É isso que se constata em momentos como esses do discurso sindical:

A região do ABC, que abrange as cidades de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André, acordou mobilizada no dia 21. Metalúrgicos de diversas montadoras e empresas de auto peças realizaram assembléias e promoveram atrasos de até três horas no horário de entrada para o trabalho. O motivo do protesto, que reuniu cerca de 35 mil trabalhadores, foi contra o projeto do governo que prevê acabar com os direitos trabalhistas. Os bancários realizaram atividades e paralisaram até o meio dia cinco agências do HSBC. Outras categorias como químicos, petroleiros, professores municipais, operários da construção civil, costureiras fizeram assembléias nas empresas e nas Câmaras Municipais, debatendo com a população. (Jornal CUT/SP, p.6, abr. 2002).

Os principais setores da cadeia produtiva das cidades de São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá e Jacareí aderiram em peso às manifestações e paralisações organizadas pela Subsele na região e pelos sindicatos. A General Motors (GM) foi uma das primeiras e atrasou em uma hora a entrada do pessoal. Na Philips, os trabalhadores entraram em greve por 24 horas. A Bundly suspendeu as atividades por três horas. As fábricas Inepar e Parker em Jacareí, pararam por duas horas. (Jornal CUT/SP, p.8, abr. 2002).

Depois de uma greve de 19 dias, que iniciou no dia 21 de março, os servidores públicos da cidade de Aparecida, situada a 350 Km de São Paulo, conquistaram importantes reivindicações junto à prefeitura. As principais foram o aumento do piso salarial de R\$ 216 para R\$ 280,00, cesta básica e o reconhecimento do sindicato da CUT como representante legítimo da categoria. (Jornal CUT/SP, p.11, mai. 2002).

1995 – A CUT tirou o sono do governo logo no começo do mandato. Organizou uma Greve Nacional Unificada que reuniu 200 mil trabalhadores, como petroleiros, eletricitários, funcionários do correio e docentes de Universidades Federais. As reivindicações exigiam o cumprimento dos acordos coletivos de trabalho e a reposição salarial. Neste período, FHC editou uma MP proibindo a indexação dos salários. (Jornal CUT/SP, p.10, jul. 2002).

As paralisações e mobilizações organizadas pela central sindical cutista tinham por objetivo protestar contra as medidas do governo e manifestar-se contra os empresários, reivindicando aumentos salariais e a não flexibilização do artigo 618 da *CLT*. Todas essas manifestações são enunciadas a partir da terceira pessoa, o que cria a ilusão de objetividade e veracidade dos fatos narrados, uma vez que o sujeito enunciator finge distanciamento da enunciação. Isso é verificado por meio de formas verbais como “realizaram”, “promoveram”, “aderiram”, “entraram”, “conquistaram”, “foram”, “organizou” e “exigiam”. Outra marca discursiva que serve para imprimir maior verossimilhança aos acontecimentos se refere à ancoragem em datas e períodos de tempo bem definidos: “no dia 21”, “atrasos de até três horas”, “paralisaram até o meio dia”, “atrasou uma hora a entrada do pessoal”, “entraram em greve por 24 horas”, “suspendeu as atividades por 3 horas”, “pararam por duas horas”, “uma greve de 19 dias”, “1995”. Além disso, o sujeito da enunciação apóia-se em dados numéricos, tais como: “35 mil trabalhadores”, “cinco agências do HSBC”, “350 Km de São Paulo”, “aumento do piso salarial de R\$ 216 para R\$ 280,00” e “200 mil trabalhadores”. São recursos lingüísticos que dão objetividade ao discurso e maior força à voz do enunciator, pois este não fala como indivíduo, mas enuncia a partir do anonimato, simulando uma postura de defensor dos interesses gerais da classe trabalhadora e de determinada ideologia. O fio discursivo é marcado por fronteiras que colocam, de um lado, a formação discursiva sindical e a do trabalhador que compartilham uma mesma formação ideológica; e, de outro, a formação discursiva governamental e empresarial, que assumem posicionamentos similares. É interessante mencionarmos, ainda, o uso do verbo “exigir”, o qual atribui ao discurso da *CUT* um caráter de veemência, que instiga, com firmeza os trabalhadores a recusarem as medidas paliativas que possam ser tomadas pelo governo.

Nos textos publicados durante o ano de 2003, observamos mudanças no posicionamento do discurso sindical cutista. Temas que em 2002 não eram bem vindos ao seu intradiscurso, agora são incorporados às edições do jornal da *CUT/SP*, como se observa em enunciados como os seguintes:

No governo Lula, as mulheres conquistaram importantes posições. Casos da ex-senadora Marina Silva que assumiu o Ministério do Meio ambiente, da ex-Secretária Estadual de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, Dilma Rousseff atual ministra das Minas e Energia, da ex-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva hoje comandando o novo Ministério da Assistência Social e Promoção Social, e da ex-senadora Emília Fernandes, Secretária de Direitos da Mulher. Detalhe: Marina e Dilma são as primeiras mulheres a ocuparem estes postos. (Jornal CUT/SP, p.2, fev. 2003).

Assim é que a discussão sobre a conquista do espaço feminino em diversas áreas e, especificamente na política, anteriormente não era incluída nos jornais. Entretanto, na edição do mês de fevereiro em 2003, aparece como tema exclusivo da mesma. É interessante notarmos que a relação entre governo e empresários já não é mais amplamente debatida como antes. O enunciador, nesse momento, parece dar menos importância ao assunto, substituindo-o por temáticas que causam menor impacto ao embate ideológico usualmente presente no universo trabalhista. Ao mencionar os patrões, o enunciador o faz de forma amena, evitando polemizar. É o que percebemos num enunciado como esse:

Para que este direito (a igualdade sexista) possa valer também para as diversas categorias é importante que todas nós ajudemos a construir ações e estratégias organizadas, que possam pressionar o patronato a incluir não apenas esse direito, como também outras melhorias. (Jornal CUT/SP, p.3, fev. 2003).

O sujeito da enunciação procura induzir as mulheres trabalhadoras a requererem o direito de igualdade sem fazer protestos ou promover paralisações. Além disso, não faz referência direta a termos que remetem a esse tipo de ação, que agora não mais aparecem na discursivização, tendo sido substituídos por expressões como “construir ações”, “estratégias organizadas”, “pressionar o patronato”. Essa situação caracteriza uma mudança no cenário enunciativo de 2003/2004 em relação a 2002, sendo que o novo modelo de discurso da *CUT* se constrói de uma maneira mais branda, estando menos propenso a instigar o embate ideológico que opõe a classe trabalhadora e a empresarial. Isso pode ser observado no discurso que deixa de ter um forte tom autoritário e, também, não tem o objetivo de instigar a hostilidade entre o governo federal e os trabalhadores. É o que

percebemos na passagem textual seguinte, a qual não trata de forma hostil a “tramitação em caráter emergencial, da Proposta de Emenda Constitucional 393/01”:

A Campanha visa recolher 1 milhão de assinaturas até a primeira quinzena de agosto de 2004, que serão entregues ao Congresso Nacional, como forma de pressionar a tramitação, em caráter emergencial, da Proposta de Emenda Constitucional (sic) 393/01, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e do deputado federal, Inácio Arruda (Pc do B), que prevê a redução da jornada de trabalho sem redução do salário. (Jornal CUT/SP, p.1, ago. 2004).

O enunciador não se propõe a instigar movimentos de protesto, mas simplesmente a realização de uma campanha para “recolher 1 milhão de assinaturas”, a qual se constituiria numa “forma de pressionar” a tramitação da proposta no Congresso Nacional. Verificamos, assim, que a *CUT* assume posicionamentos diferentes ao tratar de aspectos relacionados à defesa dos interesses dos direitos dos trabalhadores ou ao reivindicar melhorias [...]. Essa mudança enunciativa também pode ser observada em enunciados em que o sujeito enunciador discorre acerca da classe empresarial, como nos seguintes:

Você tem uma área patronal mais moderna, que aceita o debate, e uma área mais atrasada, pouco permeável à mudança. Alguns simplesmente não querem nenhuma mudança. Quem quer a manutenção do modelo atual são aqueles que se beneficiam dele. Uma renca de advogados trabalhistas, juízes e uma enorme quantidade de picaretas do movimento sindical que vive disso. O lado mais moderno do empresariado não apóia isso. No total, acho que há uma propensão à mudança. – (Trecho da entrevista de José Lopez Feijó – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC) (Jornal CUT/SP, p.20, mar. 2004).

O enunciador divide os padrões em duas áreas: uma “mais moderna, que aceita o debate” e outra “mais atrasada, pouco permeável à mudança”. Observamos que os empresários não são mais apresentados como uma classe única que tem como aliado o governo e que procura defender seus interesses, mesmo prejudicando os trabalhadores. Ao caracterizar os empregadores, apenas uma parte é vista como “pouco permeável à mudança”, expressão eufêmica, por meio da qual o enunciador suaviza a lembrança de suas antigas considerações a

respeito do sujeito enunciado, evitando afirmar que essa parcela não está aberta a negociações. Há, ainda, a referência a um outro grupo, incluído entre os que “simplesmente não querem mudança”, descritos como participantes da estrutura sindical e trabalhista vigente, e que “se beneficiam dela”. Segundo ele, não são, no entanto, os patrões, mas “uma renca de advogados trabalhistas, juízes e uma enorme quantidade de picaretas no movimento sindical que vive disso”. O enunciador finaliza dizendo que “o lado mais moderno do empresariado não apóia isso” e que “há uma propensão à mudança”, imagem que deixa subentendido o grau de simpatia que aproxima a *CUT* e alguns grupos de empresários. Percebemos, então, que o sujeito da enunciação assume outro posicionamento diante da classe empresarial, quando comparamos seu fazer discursivo de 2003/2004 com o de 2002.

Também é necessário elucidarmos que a aliança entre governo federal e empresários, marca constante na discursivização desta central sindical em 2002, é posteriormente silenciada. É isso que procuramos mostrar no seguinte enunciado:

“Acertamos em iniciar o debate sobre a reforma sindical. No Brasil, os empresários não têm cultura de negociar na perspectiva da melhoria das condições de trabalho, mas apenas na linha de precarização. Precisamos fortalecer a organização no local de trabalho, o que é um grande desafio. Temos que encontrar uma maneira de acabar com o imposto sindical sem quebrar com os verdadeiros sindicatos. Uma proposta, nesse sentido, é a criação de um período de transição, para que as entidades se ajustem à nova realidade.” (Trecho da entrevista de Edílson de Paula Oliveira – Presidente da CUT/SP). (Jornal CUT/SP, p.6, dez. 2003).

Os empresários são apresentados como vítimas do cenário econômico, que querem apenas defender seus interesses, e que não recebem nenhum tipo de apoio do governo federal. Aqui, ao se referir aos empresários o enunciador também recorre ao eufemismo ao dizer que eles “não têm cultura de negociar na perspectiva da melhoria das condições de trabalho”. Em outras passagens, porém, o enunciador se mostra menos eufêmico, afirmando que os empresários, “o lado mais forte da relação contratual”, apenas se preocupam com a realização de seus objetivos.

Nos enunciados do seguinte trecho:

Um dos principais impasses da reforma (Sindical) é a resistência dos patrões em reconhecer as Organizações nos Locais de Trabalho (OLTs). Mas, independente da sua posição, o governo colocou essa proposta no texto da reforma, que agora caminha para fase de elaboração de projeto de lei, que será apresentado ao Congresso Nacional, em agosto, podendo sofrer alterações. A CUT mobilizará os trabalhadores para manter as principais conquistas. (Jornal CUT/SP, p.3, ago. 2004).

os patrões também são mencionados na questão da reforma sindical, sem que estabeleça, entretanto, alguma relação entre eles e o governo federal. Isso pode ser verificado em: “um dos principais impasses”, em que o emprego da palavra “impasses” serve para caracterizar a postura dos empresários diante da reforma. Na continuação do enunciado, aparece o indicativo do presente, o tempo verbal da certeza: “é a resistência dos patrões”. Na seqüência, o sujeito da enunciação recorre ao operador argumentativo “mas”, o que traz para o texto uma outra voz, que enfatiza a ausência de vínculo entre patrões e governo, pois “independente da sua posição (dos empresários), o governo colocou essa proposta no texto”. Dessa forma, torna-se evidente que o governo não é um aliado da classe empresarial, ficando subentendido que procura atender as necessidades dos trabalhadores. Isso é novamente destacado num trecho como o seguinte:

O governo federal quer mudar a legislação sindical e trabalhista do Brasil. Por suas origens no movimento operário, Lula e o PT sabem o quanto é importante para os trabalhadores contar com regras que tornem as relações de poder entre o capital e o trabalho mais equilibradas. A criação do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) pelo Ministério do Trabalho e Emprego partiu desse reconhecimento. (Jornal CUT/SP, p.24, dez. 2003).

Aqui, o enunciador se preocupa em demonstrar a vigência de uma certa proximidade entre o governo federal e os trabalhadores. Isso é justificado pela expressão “Lula e o PT sabem o quanto é importante”, por meio da qual se colocam na mesma posição o presidente da República e a classe dos trabalhadores. Efeito de sentido obtido na menção às “suas origens no movimento operário”, deixando subentendido que ambos têm consciência do que é viver certas dificuldades comuns às classes menos privilegiadas. Sendo assim, é compreensível a preocupação em

possibilitar aos “trabalhadores contar com regras que tornem as relações de poder entre o capital e o trabalho mais equilibradas”. Dessa forma, a *CUT* procura explicitar a ligação do governo com os trabalhadores, embora ter silenciado a respeito de uma possível ligação com os empresários.

Ainda em relação ao governo federal, é necessário salientarmos o modo como ele é enunciado enquanto patrão:

“Incentivamos a discussão sobre as campanhas salariais unificadas dos setores público e privado. No primeiro semestre, o resultado das 30 categorias em campanha foi negativo devido à herança econômica deixada pelo governo passado. Grande parte fechou abaixo do índice de reposição e teve o pagamento dos reajustes parcelado. No segundo semestre, os efeitos da política econômica do governo Lula já foram notados. A maioria das 38 categorias repôs a inflação – a exemplo dos químicos, metalúrgicos e petroleiros – e conseguiu avanços significativos em cláusulas sociais.” - (Trecho da entrevista de Edílson de Paula Oliveira – Presidente da CUT/SP). (Jornal CUT/SP, p.5, dez. 2003).

No fazer enunciativo dessa passagem, são destacados os benefícios que o governo propiciou: “a maioria das 38 categorias repôs a inflação – a exemplo dos químicos, metalúrgicos e petroleiros – e conseguiu avanços significativos em cláusulas sociais”. Essa situação é decorrente dos “efeitos da política econômica do governo Lula”. O enunciador usa esses argumentos para convencer o leitor de que o governo petista realmente procura melhorar as condições trabalhistas. O não-favorecimento dos trabalhadores no primeiro semestre é justificado “devido à herança econômica deixada pelo governo passado”, o que, portanto, induz o locutor a inferir que Lula está isento de qualquer intenção de prejudicar a classe trabalhadora. Conseqüentemente, fica também implícita a idéia de que o governante do *PT* é um “bom patrão” para os trabalhadores. No entanto, não há esse mesmo posicionamento na abordagem das ações do governo estadual, representado pela figura de Geraldo Alckmin, político de oposição. É o que podemos observar nos enunciados:

O pacote de aumento salarial anunciado, no último dia 5 de julho, pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) é tímido e não resolverá a situação do funcionalismo público estadual, segundo nota divulgada pela Direção da CUT/SP. A Central disse que o governo foi “autoritário” porque não respeitou sua reivindicação, pleiteada há mais de 1 ano, de instalar uma mesa permanente de negociação entre as categorias, a Central e o próprio governo. (Jornal CUT/SP, p.2, ago. 2004).

O aumento salarial anunciado para os servidores estaduais é caracterizado pelo adjetivo “tímido”. Pelo que se dá a compreender, o mesmo é irrisório e insuficiente e “não resolverá a situação do funcionalismo público estadual”. Além disso, o governo estadual é considerado “autoritário” pela *CUT*, adjetivo marcado por aspas enfáticas, as quais oferecem ao leitor uma imagem do enunciador que o posiciona contrariamente a esse sujeito enunciado, apontando para as divergências ideológicas aí presentes. Essa situação é recorrente em vários trechos do discurso cutista, como em:

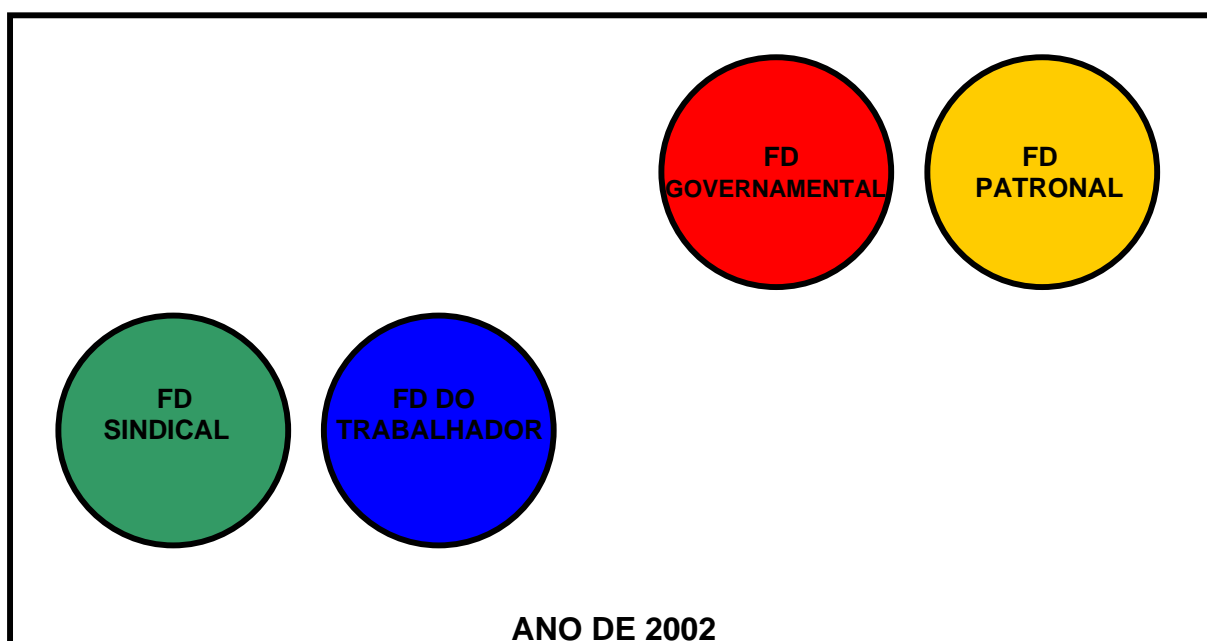
Mais uma prova da falta de respeito com os trabalhadores foi o veto do governador de São Paulo, o Geraldo Alckmin, (PSDB) ao projeto de lei, de autoria do deputado estadual Antonio Mentor (PT), que condenava o assédio moral no local de trabalho. (Jornal CUT/SP, p.2, fev./mar. 2004).

Aqui, a expressão “mais uma prova” é usada para intensificar “a falta de respeito” do governador ao vetar um projeto de lei “que condenava o assédio moral no local de trabalho”. Percebemos que o enunciador não restringe as atitudes desfavoráveis do governo apenas a um aumento salarial reduzido, mas aponta que esse desfavorecimento abrange também outros aspectos, como o respeito e as melhorias nas condições de trabalho. Esse é um tema recorrente nos enunciados seguintes:

A luta dos trabalhadores da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) contou com a solidariedade da subseção de Ribeirão Preto. Em novembro, os trabalhadores de sete unidades daquela região paralisaram os trabalhos em protesto ao descaso do governo estadual que não tem adotado medidas que invistam na melhoria da segurança e educação dos jovens. (Jornal CUT/SP, p.10, dez. 2003).

O sindicato cutista mostra seu apoio ao “trabalhadores da Febem” devido ao “descaso do governo estadual”, que não investe “na melhoria da segurança e educação dos jovens”. Assim, mais uma vez é reiterado um *ethos* negativo para o governo tucano, tentativa evidente de aumentar o seu descrédito aos olhos dos trabalhadores. É interessante destacarmos que o enunciador incentiva, neste caso, a organização de mobilizações: “os trabalhadores de sete unidades daquela região paralisaram os trabalhos em protesto”. É uma disposição que, no entanto, não se repetiria em relação ao governo federal no ano seguinte.

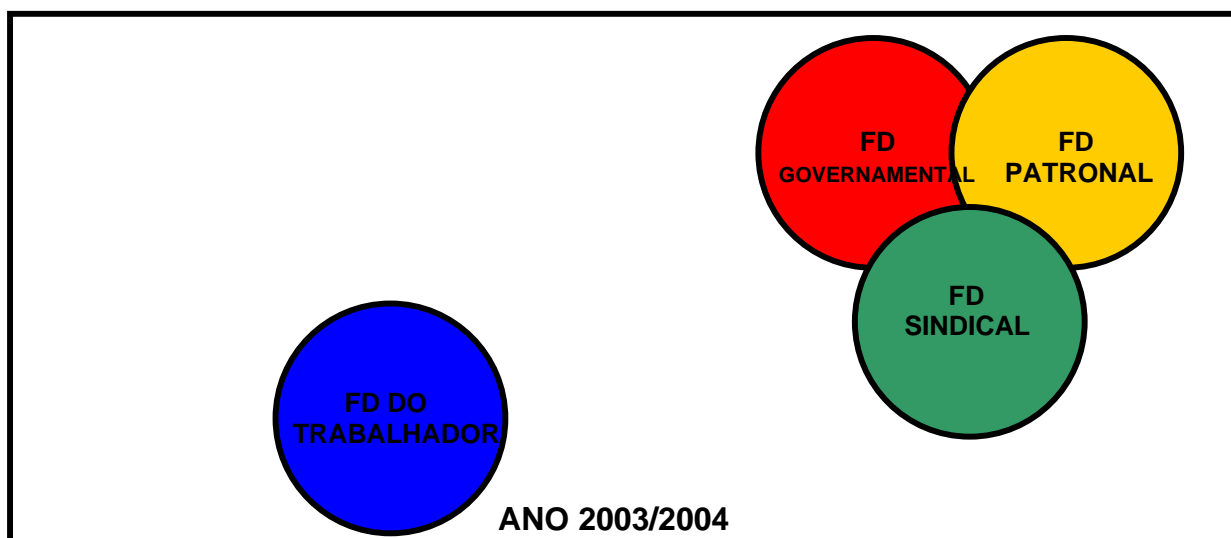
Diante das análises apresentadas, procuramos descrever as alterações diacrônicas e sincrônicas presentes nas práticas languageiras do discurso sindical da *CUT*, em decorrência das mudanças ocorridas após as eleições presidenciais do ano de 2002. No decorrer desse ano, distinguimos a presença de quatro formações discursivas no fazer enunciativo do discurso trabalhista sindical que podem ser assim representadas:



Na cenografia deste discurso, é atribuído o mesmo posicionamento para a formação discursiva governamental tucana e para a formação discursiva patronal que compartilham interesses comuns no espaço discursivo analisado. A formação discursiva sindical e a do trabalhador assumem outra posição, constituída

a partir do mesmo posicionamento ideológico, porém, em relação de concorrência e confronto com a formação discursiva governamental e patronal. Entretanto, nas edições dos anos de 2003 e 2004, há a desconstrução do discurso sindical que prevalecera nas edições do ano de 2002. O sujeito enunciador, agora, já não mais incentiva os trabalhadores a realizarem paralisações contra as atitudes do governo federal, que agora é representado por Luiz Inácio Lula da Silva, eleito com o apoio da *CUT*; este é apresentado como independente em relação à formação discursiva empresarial, que vem caracterizada de forma menos ofensiva. A esfera governamental que continua sendo enunciada como dotada de uma certa indisposição em relação à classe dos trabalhadores, é a estadual, a qual tem em Geraldo Alckmin, do *PSDB*, partido de oposição ao *PT*, seu principal representante. Diante de um quadro como esse, podemos perceber que a *CUT* procura conter a insatisfação dos trabalhadores no que se refere à forma como as questões trabalhistas são administradas pelo governo federal em 2003/2004, silenciando sobre sua relação com a classe empresarial e sempre demonstrando que Lula procura atender as necessidades dos trabalhadores.

O discurso sindical não é atravessado pela unidade do sujeito, mas por sua dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso, as quais são reveladoras de fissuras no fio discursivo que favorecem no quadro sócio-histórico enunciativo analisado o desenvolvimento de uma conjuntura peleguista. Portanto, em 2003/2004 há uma convergência das formações discursivas governamental, sindical e patronal que podemos representar da seguinte maneira:



As práticas languageiras dessas formações discursivas se intersectam e, ao convergirem, são marcadas por silenciamentos, denegações, relações de aliança e confrontos por meio dos quais emerge, conforme procuramos demonstrar neste trabalho, um quadro enunciativo propício ao surgimento da formação discursiva do peleguismo no discurso trabalhista sindical da *CUT*.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento das instituições sindicais se deu em um cenário político-social impulsionado pela expansão e consolidação da sociedade capitalista no mundo. Assistimos, assim, a organização dos trabalhadores por meio das entidades sindicais, ou seja, associações responsáveis pela defesa dos interesses da classe trabalhadora na busca de sua emancipação social, política e econômica. Isso se deu como forma dos trabalhadores reagirem contra a exploração capitalista, refletida no pagamento de salários irrisórios e no aumento da jornada de trabalho, fatores que colaboram com o crescimento econômico dos empresários. Essas circunstâncias marcam a existência de uma relação de antagonismo entre capitalistas e trabalhadores, desencadeadora de um dos principais eixos da dialética da luta de classes. É nesta conjuntura social que se desenvolve uma das principais funções do sindicato: promover o diálogo entre patrões e empregados.

A relação patrão-empregado constitui uma função social pré-determinada no fazer enunciativo do gênero discursivo trabalhista-sindical que se encontra em permanente construção neste campo discursivo. É essa função a caracterizadora da prática discursiva da modalidade enunciativa aqui analisada. Assim, ao tentarmos avaliar o papel histórico que os sindicatos têm desenvolvido neste espaço discursivo nos deparamos com o fenômeno do peleguismo. É interessante retomarmos a acepção do termo pelego, conforme já discutimos no capítulo 2, para visualizarmos a figura por ele cunhada, a qual nos remete ao cavaleiro que, em seu cavalo, tem o assento tornado mais confortável devido ao uso da pele do carneiro com a lã. O sindicalista pelego mantém uma relação metafórica com essa imagem, uma vez que pretende proporcionar maior “conforto” aos patrões, contendo a insatisfação dos trabalhadores e buscando amenizar as suas reivindicações. Ao pensarmos nesta metáfora, torna-se mais fácil compreendermos o posicionamento discursivo desse tipo de sindicalista, o qual estabelece um contrato de identidade com a formação discursiva governamental e patronal, mas também, se mostra atrelado à formação discursiva dos trabalhadores. Essa prática linguageira é desvelada no nível da enunciação, por meio de pistas discursivas presentes no intradiscurso que marcam a subjetividade do enunciador sindicalista.

Essa subjetividade marca a identidade do sujeito da enunciação, a qual tem sua constituição perpassada por diferentes posicionamentos assumidos em sua discursivização, os quais possibilitam subverter a rede de filiações sócio-históricas e ideológicas. O sujeito, por sua vez, enuncia e modifica os dizeres do interdiscurso, inserindo no já-dito a sua subjetividade enunciativa. O discurso, dessa forma, se torna revelador de uma formação discursiva que tem seus princípios ideológicos atrelados ao peleguismo.

Diante dessas considerações, verificamos que a identidade discursiva do sindicalista pelego é resultante de vozes e sentidos múltiplos. Esse sujeito assume identidades contraditórias, ora favorável a formação discursiva governamental e patronal, ora a formação discursiva dos trabalhadores. Essa situação o leva para diferentes direções e acaba por determinar seus deslocamentos em face de discursos outros. Portanto, essas identidades contraditórias são incessantemente construídas e reconstruídas por meio da relação com o outro e se encontram continuamente em processo.

A identidade discursiva sindical cutista traz em sua discursivização marcas enunciativas que indicam a discordância entre as vozes do sindicalista e daqueles por ele representado – os trabalhadores. Essas marcas podem ser observadas na cena enunciativa deste discurso, a qual discorre acerca de temas que apontam para a defesa da classe trabalhadora. Entretanto, a heterogeneidade discursiva mostra que o sujeito da enunciação manipula os temas presentes no discurso em seu próprio benefício, com o objetivo de conquistar ascensão política e a obtenção de cargos públicos.

No fazer enunciativo aqui analisado verificamos a recorrência a antecedentes históricos e a sistemas simbólicos de classificação de grupos opostos em nós (*CUT*) e outros (partidos políticos partidários de oposição ao *PT*, o governo *FHC* e a *Força Sindical*) como forma de validar e afirmar a identidade discursiva da *CUT*. O lugar social definido para os sujeitos classificados como outros no discurso cutista é determinado por valores depreciativos. Essa prática discursiva desvela na enunciação do discurso sindical um posicionamento vinculado ao proselitismo político. Constatamos, portanto, que essa discursivização é constituída por dois aspectos: o diferente e o igual. O enunciador ao atribuir para os sujeitos enunciados uma identidade depreciativa, indicadora de que eles não se preocupam em defender os trabalhadores, mobiliza o diferente no discurso e marca o seu lugar enunciativo.

Concomitantemente, o igual irrompe como um efeito de sentido que escapa ao controle do enunciador no momento em que assume a posição sujeito de observador e julgador das atitudes dos sujeitos enunciados. Essa situação afasta-o de sua função social, ou seja, o faz deixar em segundo plano a preocupação de defesa dos trabalhadores que deveria representar.

O caráter prosélito no discurso da *CUT* se torna ainda mais evidente quando observamos sua enunciação em face de um acontecimento discursivo: as eleições presidenciais de 2002. Após as eleições, com a vitória do candidato petista, verificamos a demarcação nítida de lugares sociais distintos para FHC e Lula, comprovados por uma disparidade nas referências a ambos e no favorecimento discursivo, por parte do sindicato cutista, em relação à Lula. A imagem construída para a figura de Lula no discurso sindical, encontra correspondência em valores cuja defesa cabe, institucional e historicamente, à representação trabalhista. Essa situação corrobora para reforçar, no imaginário social do trabalhador, uma imagem positiva para o próprio enunciador e para seu candidato, uma vez que recorre a valores aceitos socialmente por grande parte dos assalariados. Essa prática linguageira origina uma posição ideológica de defesa de um candidato e, também, de um partido político que pode conceder à *CUT* favores políticos.

Diante deste quadro enunciativo, compreendemos que esse sindicato não está priorizando o cumprimento de sua função social, ou seja, a defesa dos interesses e dos direitos da classe trabalhadora. Portanto, esse discurso, demonstra sua proximidade com a formação discursiva do peleguismo ao tentar manter no poder um partido político que apresenta os mesmos princípios ideológicos que os cutistas. Os resultados apresentados nesta pesquisa apontam para a necessidade de analisar o fazer discursivo de outras entidades sindicais. Dessa forma, também poderemos averiguar se estas instituições realmente desempenham seu papel social, defendendo os trabalhadores, ou revelam em sua discursivização, marcas enunciativas que as atrelam a uma formação discursiva pelega.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In:_____. (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119 – 144.
- ALVARENGA, G. G. V. **Central única dos trabalhadores: Brasil**. São Paulo: Ed. da CUT, 2006.
- ANTUNES, R. L. C. **O que é sindicalismo**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.
- BARROS, D. L. P. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2003
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRANDÃO, H. N. **Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.
- CHARAUDEAU P.; MAINGUENEAU D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- DITTRICH, I. J. **Linguística e jornalismo: dos sentidos à argumentação**. Cascavel: Edunioeste, 2003.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva. 2001
- FRENCH, J. D. **O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950**. São Caetano do Sul: Ed. Hucitec, 1995.
- GREIMAS, A. J; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1979.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e História. In: _____. (Org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. p. 71-79.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 103-133.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 6 jan. 2006.

JORNAL DA CUT/SP. São Paulo: Ed. da CUT, 13 v. 2002-2004.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar edições, 2005a.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005b. p. 69-92

MALDIDIER, D.; GUILHAUMOU, J. Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise de discurso. In: GUIMARÃES, E. (Org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. p. 61-70.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOITA LOPES, L. P. Socioconstrucionismo: discurso e identidade social. In: _____. (Org.) **Discursos de Identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 13-38.

MUSSALIM F. Análise do discurso. In: MUSSALIM F; BENTES, C. (Org.) **Introdução à Lingüística**. São Paulo. Cortez, 2001. V. 2.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. A análise de discurso e seus entremeios: notas a sua história no Brasil. In: **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. nº 42. p. 21-40.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

_____. A Análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F; HAK, T (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990a. p. 311-318.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, F; HAK, T (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990b. p.61-105.

PÊCHEUX, M; FUCHS C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. p.163-252.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

PETIT, J-L. **L'événement en perspective**. Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1991.

PINHEIRO, P. S. O proletariado industrial na Primeira República. In: **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1990. tomo. III, Cap. IV, v. 2.

RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964). In: FAUSTO, B. (Org.) **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: DIFEL, 1983. Tomo III, Cap. X, v. 3. p. 507-555.

SILVA, B. (Org). **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In:_____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p.73-102.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 7-72.

ANEXOS

ANEXO A
Reportagens publicadas no Jornal CUT/SP no ano de 2002

ANEXO A1**Mês de fevereiro: ano 1, nº7, p.2.**

ANEXO A 1 – Mês de fevereiro: ano 1, nº7, p.2.

Sem neoliberalismo: Um outro Brasil é possível!



Não é apenas a onda de violência e criminalidade que, há tempos, já passou dos limites, como afirmou FHC. Mas a inoperância e insensibilidade do seu governo e de Alekmin que nunca se preocuparam em combatê-la de forma eficiente. O assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, que chocou o Brasil, e o aumento drástico de 1.100% nos casos de seqüestro, a maioria ocorrido em São Paulo, reforçam a ineficiência desses governos.

Ao lançar pacote de medidas e exigir do Congresso mais "empenho" na aprovação de leis que reduzam o crime organizado, o governo tucano está apenas de olho nas eleições de outubro, e para isso, precisa "resgatar a confiança dos eleitores", que estão abalados com o terrível crescimento da impunidade no Brasil.

Um dos principais motivos que tem emperrado a questão da segurança pública é a falta de vontade política. Essa sempre foi a marca registrada de FHC que, além da segurança, uma das bandeiras eleitorais estampadas em sua mão, símbolo da sua campanha, nunca priorizou ações em benefício da educação, saúde e trabalho. Nos últimos sete anos, apenas implementou planos e medidas que contribuíram para o aumento da exclusão e desigualdades sociais.

Dados que constata esse cenário são os milhares de desempregados. Após o lançamento do Plano Real, em 1994, foram fechados mais de 602 mil empregos na indústria paulista, grande parte atribuído ao racionamento de energia. Outro alarmante é o aumento da miséria no país, que cresceu de 18 milhões para 23 milhões.

Somam-se a esses dados, os altos impostos e taxas de juros pagos pela sociedade. Só para ilustrar: em 2001, a Receita Federal registrou arrecadação recorde da ordem de R\$ 188,787 bilhões, valor acima da previsão orçamentária de R\$ 182 bilhões. Perguntamos: Onde está essa grana paga pelo contribuinte? Uma coisa é certa: não foi utilizada para abrir novos postos de trabalho e muito menos para combater o crime organizado.

Se não bastasse essas ações, a base governista quer aprovar no Senado a modificação do artigo 618 da CLT, acabando de vez com os direitos dos trabalhadores.

Diante de tanta impunidade, estamos preparando uma ofensiva contra o governo tucano. Realizaremos, no dia 21 de março, uma Greve Nacional Contra a Redução dos Direitos dos Trabalhadores. Um outro Brasil, com mais justiça social, é possível se derrotarmos esse modelo neoliberal, construindo um forte governo no campo democrático popular. Para atingirmos essa meta, nosso grande desafio é conscientizar a população, que já está dando o exemplo ajudando no combate à

ANEXO A2**Mês de fevereiro: Ano 1, nº 7, p. 4**

ANEXO A2 - Mês de fevereiro: Ano 1, nº 7, p. 4**Indústria paulista perdeu
mais de 602 mil empregos**

De 1995 a 2001, período quando foi lançado o Plano Real, a indústria paulista já fechou 602.821 postos de trabalho. Isso representa perto de 86 mil empregos a menos por ano. O racionamento de energia contribuiu fortemente para as demissões ocorridas na indústria no ano passado. O levantamento é da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo). Segundo pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Eco-

nômicos), referente a 2001, a taxa de desemprego em São Paulo atingiu 17,6% da População Economicamente Ativa (PEA), isso corresponde à terceira maior taxa registrada desde 1985. O número de desempregados é de 1,622 milhão.

Esses dados dramáticos, que explicam a situação de instabilidade econômica e social no país são reflexos das medidas de flexibilização da legislação trabalhista. Caso passe o Projeto do governo esse quadro piorará.

Isso porque a negociação dos direitos constitucionais, como por exemplo, Férias, 13º Salário, Licença Maternidade, FGTS, Aposentadoria, outros, obrigará o trabalhador a escolher duas opções: ou concorda em reduzir ou simplesmente abrir mão do seu direito ou vai para à rua. Com o apoio "Farsa Sindical", representante oficial dos patrões, o processo será facilitado.

ANEXO A3**Mês de fevereiro: Ano 1, nº 7, p. 5**

ANEXO A3 – Mês de fevereiro: Ano 1, nº 7, p. 5

Reforma CLT: CUT marca Greve Nacional com a Redução dos Direitos dos Trabalhadores



A ofensiva contra o governo FHC, que pretende aprovar no Senado o Projeto que flexibiliza o artigo 618 da CLT, já foi lançada. Em coletiva de imprensa realizada, no dia 29 janeiro na sede da Central, o presidente da CUT Nacional, João Felício, anunciou para o dia 21 de março uma Greve Nacional contra a Redução dos Direitos dos Trabalhadores.

Antes de ser submetido à votação no Senado, o Projeto passará primeiro pelas comissões internas. O PL conta com o apoio da "Farsa Sindical" e da Social Democracia Sindical, defensoras dos interesses patronais.

Na avaliação de João Felício, o governo não hesitará e pautará o Senado para votá-lo. "FHC não perderá

tempo. Afinal, 2002 é um ano eleitoral e os tucanos querem agradar os seus aliados que são os empresários e os banqueiros e também atender às exigências do FMI", conta.

Para impedir essa manobra, as CUT Estaduais estão se mobilizando para o dia 21. A realização de audiências públicas e a divulgação de campanhas de conscientização junto à sociedade e aos meios de comunicação são algumas das principais atividades desenvolvidas. "Em defesa da classe trabalhadora lutaremos até o fim, manteremos

resistência contra esse projeto. Estamos conversando com os senadores para tentar impedir a aprovação no Senado", finaliza.

ANEXO A4

Mês de fevereiro: Ano 1, nº 7, p. 7

ANEXO A4 – Mês de fevereiro: Ano 1, nº 7, p. 7

Fevereiro de 2002

VIQUE DE OLHO**Sindicalistas
espanhóis e
brasileiros
lançam
Observatório
Social Paulista**

Na última década, a participação de empresas estrangeiras cresceu cerca de 60% no mercado econômico brasileiro. A globalização e as vantagens de investimento foram os principais motivos que impulsionaram esse aumento. Se de um lado, o governo lucrou com a presença dessas empresas, pois atraem capital e giro de negócios para a economia, para os trabalhadores esse processo de transformação saiu caro. Um dos exemplos foi a aquisição do Banespa pelo Banco espanhol Santander. Resultado: milhares de funcionários foram demitidos.

Preocupadas com essas mudanças globais do mercado de trabalho, a CUT São Paulo, a Comissões Obreras de Astúrias (CC.OO/Espanha), a CUT da Província de Concepción, Chile, e a Central de Trabajadores de Cuba da Província de Pinar Del Río (CTC) firmaram, no último dia 8 de fevereiro, um Convênio de Cooperação Internacional.

Batizado como Observatório Social Paulista, iniciativa inédita no Brasil, esse projeto visa elaborar um estudo sobre a atuação das companhias estrangeiras de todos os setores da cadeia produtiva, mostrando como e em quais condições os trabalhadores estão submetidos. "Vamos investigar como as empresas têm se comportado com relação ao direito à liberdade sindical, às negociações coletivas, à discriminação de gênero ou raça, à segurança no trabalho, bem como outros temas inerentes aos direitos sociais", pondera o presidente da CUT Estadual, Antonio Carlos Spis.

A parceria internacional permitirá no futuro a elaboração de um Contrato Coletivo de Trabalho, que será uma importante conquista para os trabalhadores.

A discussão inicial do Observatório nasceu, em novembro de 2001, durante um Seminário sobre Globalização e Direitos Trabalhistas, promovido pela Comissão Obrera de Astúrias, que contou com a presença do presidente da CUT/SP.

ANEXO A5**Mês de fevereiro: Ano 1, nº 7, p. 8**

ANEXO A5 – Mês de fevereiro: Ano 1, nº 7, p. 8

“As Subsedes são a espinha dorsal da estrutura organizativa da CUT São Paulo”

Atuando no movimento sindical desde 1978, período quando estourou a primeira greve dentro do regime militar na região do ABC, o metalúrgico e Secretário de Finanças e Administração da CUT/SP, Hildo Soares de Sousa, inclui em sua trajetória política diversas lutas e conquistas relevantes. Responsável pela área financeira da Central, Hildo acaba de vencer mais um desafio. Em um ano e meio de gestão, a Secretaria de Finanças implementou uma ampla política de investimentos que, além de atender às atividades sindicais da CUT e das Subsedes, contribuiu para o crescimento do patrimônio em cerca de 10%. Sabe qual é o segredo? “Aplicação rigorosa dos recursos e planejamento estratégico”, atesta.

Em entrevista ao Jornal da CUT/SP, o Secretário fala sobre as principais medidas implementadas e os desafios do movimento sindical cutista para 2002. Leia abaixo:

Jornal da CUT/SP: Em um ano e meio de gestão, qual foi o balanço da Secretaria de Finanças?

Hildo Soares de Sousa: Desde o início da nossa gestão adotamos diversas medidas que deram continuidade aos projetos da CUT. Apesar de uma conjuntura política e econômica bastante difícil, com a elevação do desemprego que influenciou negativamente as receitas dos sindicatos, conseguimos implementar uma ampla política de investimentos, que viabilizou todas as atividades desenvolvidas pela Central, por exemplo, Atos, Manifestações, Passeatas e Campanhas Salariais Unificadas, em conjunto com as Subsedes e com os sindicatos. Através do nosso planejamento estratégico, adotamos medidas que contribuíram para o crescimento do patrimônio da Central em cerca de 10% e auxiliaram o desenvolvimento do Programa Estrutura Solidária em algumas Subsedes.

“Graças à nossa mobilização e resistência, formamos novos quadros, derrotando mais uma vez a Farsa Sindical”

de 10% e auxiliaram o desenvolvimento do Programa Estrutura Solidária em algumas Subsedes.

JCSP: Quais medidas resultaram o aumento do patrimônio?

Hildo: Sem prejudicar os andamentos dos trabalhos, reduzimos algumas despesas e efetuamos vários acordos com alguns sindicatos inadimplentes. As cam-

panhas de filiação foram outro aspecto positivo. Graças à nossa pujante mobilização e resistência fundamos a Federação dos Trabalhadores da Construção Civil e investimos no setor rural, com o fortalecimento

“Renovamos a frota de veículos e informatizamos todas as Secretarias da CUT e as Subsedes”

novos sindicatos.

JCSP: Os sindicatos filiados usufruem de algum serviço?

Hildo: Temos disponibilizado aos sindicatos filiados prestação de serviços nas áreas Contábil e de Departamento Pessoal. É cobrada, mensalmente, apenas uma taxa administrativa que varia de acordo com o tamanho de cada entidade. Através desse serviço, os sindicatos podem reduzir despesas, propiciando uma ampla economia.

JCSP: Além do investimento nas lutas políticas, quais outras áreas foram priorizadas?

Hildo: A aplicação rigorosa dos recursos foi essencial para renovar e ampliar toda a frota de veículos, com a compra de quatro novos carros para uso exclusivo das Subsedes. A fim de possibilitar uma maior desenvoltura nos trabalhos, informatizamos todas as Secretarias da CUT e as Subsedes. Priorizamos o investimento na formação de novos quadros. No ano passado, os cursos de qualificação, desenvolvidos pela Secretaria de Formação, contemplaram mais de 1000 dirigentes e sindicalistas. Outra iniciativa importante foi a compra da sede de Mogi das Cruzes, a primeira do Estado de São Paulo (leia matéria na pág.07) Estamos conversando com algumas prefeituras com o objetivo de conseguirmos a doação, ou a sessão de um terreno, para que possamos construir outras sedes.

JCSP: Como está o desenvolvimento do Programa Estrutura Solidária nas Subsedes?

Hildo: As Subsedes são a espinha dorsal da estrutura organizativa da CUT/SP. Através da solidariedade de classe, as Subsedes e os sindicatos têm conseguido reduzir custos, através do rateio das despesas. Funcionando dentro do mesmo espaço, os sindicatos

da agricultura familiar, através da FAF (Federação da Agricultura Familiar). Outra vitória foi o reconhecimento legal da Feraesp. Com essas ações derrotamos mais uma vez a “Farsa Sindical”. No período 2000/2001, filiamos 21



No destaque, Hildo Soares

reuniram setores essenciais como Formação, Jurídica, Administração, Informática, Imprensa e Gráfico disponibilizando aos sindicalizados serviços com qualidade. As cidades de Mogi das Cruzes, São José do Rio Preto, ABC, Santos, Bauri, Vale do Ribeira e outras estão dentro deste modelo.

JCSP: Estamos em um ano eleitoral, que serão os principais desafios da CUT/SP?

Hildo: Daremos suporte a todas as atividades da Central, que já iniciou uma Campanha Nacional contra o governo que quer acabar com os direitos legais. Também promoveremos Comitês Eleitorais, a partir do 2º semestre, para ajudar a eleger o companheiro à presidência. É importante formar uma forte bancada de esquerda, na Câmara Federal, na Assembleia Legislativa e no Senado, que derrube as ações do projeto neoliberal. Outras prioridades são manter o equilíbrio financeiro da Central e continuar o processo de fortalecimento das Subsedes e da Estrutura Solidária buscando solucionar os problemas físicos e humanos registrados em algumas regiões. Através destas iniciativas, propiciaremos uma atividade sindical mais eficiente em todo Estado.

ANEXO A6**Mês de abril : Ano 1, nº 8, p. 2**

ANEXO A6 – Mês de abril : Ano 1, nº 8, p. 2

Desafios e Vitórias



O anúncio da retirada do regime de urgência, no último dia 3 de abril, do projeto de lei 5.483/01 do governo FHC, que visa flexibilizar o artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), representa uma importante vitória para o movimento sindical cutista e para todos os trabalhadores brasileiros.

A pressão do CUT traduzida em protestos, greves, manifestações públicas, passeatas e campanhas desenvolvidas em todos os Estados, nestes últimos seis meses, foi determinante para conscientizar e alertar os trabalhadores e os meios de comunicação sobre os perversos impactos no caso da aprovação desse projeto.

O dia 21 de março de 2002 foi o marco das mobilizações em nível nacional. As 17 Subsedes e os 307 sindicatos filiados à Central no Estado de São Paulo contribuíram em peso para a excelente repercussão popular e de mídia. Dedicamos este jornal especial a cada uma das pessoas envolvidas no trabalho de conscientização e esclarecimento à sociedade. Essa data entrou para o livro de luas históricas travadas pela CUT em defesa dos direitos de todos os cidadãos ao longo destes quase 19 anos de fundação.

A reforma da CLT, proposta pelo governo e apoiada pela "Farsa Sindical e Social Democracia Sindical", significa um retrocesso para a sociedade, pois concede aos patrões, o lado mais forte da relação contratual, amplos poderes para mexer nos direitos mínimos constitucionais dos trabalhadores como bem quiserem, e o que é pior, poderão celebrar acordos coletivos de trabalho que sobreporão à lei.

Outro lado perverso desse projeto é que a relação capital e trabalho ficará ainda mais deteriorada, porque se o trabalhador não aceitar as condições impostas pelo empregador será mandado embora, ou, terá que pedir as contas.

Imagine só em um país como o nosso, onde 29,3% da população é indigente, isto significa que 50 milhões de brasileiros vivem com menos de R\$ 80,00 por mês, consequência da falta de distribuição de renda e do desemprego que é alarmante, a maioria dos trabalhadores seria obrigada a aceitar essa injusta situação de trabalho para sobreviver.

Esse quadro mais uma vez reforça que, ao contrário do que o governo e a "Farsa" anunciam, a flexibilização do artigo 618 não modernizará a legislação trabalhista e muito menos abrirá novos postos de trabalho.

A CLT precisa sim sofrer mudanças, mas não com a redução dos direitos mínimos. A modificação deve passar, primeiramente, pela reformulação da estrutura do modelo sindical brasileiro que permita a autonomia, liberdade e organização sindical dos trabalhadores dentro dos locais de trabalho. Apesar do governo ter recuado, ao tirar o regime de urgência, o CUT continuará a pressão para que o projeto seja retirado da pauta de votação do Senado.

Alternativas para gerar emprego e renda com qualidade para os trabalhadores não faltam. Só para ilustrar o Brasil gasta 20,9% do PIB (Produto Interno Bruto que representa a soma de todas as riquezas produzidas por um país) na área social, o que não é devendo, é investido seu o menor critério de justiça social. Se esses recursos fossem aplicados de forma séria seriam suficientes para erradicar a miséria e avançar a abertura de novas empresas no País.

ANEXO A7

Mês de abril : Ano 1, nº 8, p. 3

Abril de 2002



SINDICAL

Sindicatos mobilizam-se para a Campanha Salarial Unificada do 1º Semestre de 2002

A Direção Executiva da CUT/SP e membros da Coordenação da Campanha Salarial entregaram, no dia 17 de abril, ao governador do Estado, Gerardo Aickmin, um documento (em formato de pauta) que contém as principais reivindicações e propostas da Campanha Salarial Unificada do 1º semestre de 2002. Ao todo são 30 categorias ligadas aos setores público, privado e rural que têm data-base até junho e representam um universo de 1 milhão de trabalhadores. Este é o segundo ano que o governador recebe o documento. Outra cópia foi entregue ao presidente da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Walder Feldman (PSDB).

A pauta, cuja elaboração contou com a participação da Apeesp, Sitraemfa, Sinsexpro, Sindicato das Domésticas, Afuse, Sindsaúde e da Construção Civil, destaca os seguintes assuntos: 1) reposição das perdas e aumento real dos salários; 2) em defesa dos serviços públicos e contra as privatizações; 3) em defesa de políticas públicas de geração de emprego, renda e previdência; 4) não à terceirização e contra a retirada dos direitos dos trabalhadores públicos e privados; 5) liberdade e autonomia sindical dentro dos locais de trabalho; 6) em defesa do direito de greve para todos os trabalhadores; 7) não à ALCA (Área Livre de Comércio das Américas) e 8) contra as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na ocasião, a Central solicitou ao governador a instalação de uma mesa de negociação entre os representantes do governo e das entidades dos servidores em campanha. O objetivo é cobrar as promessas eleitorais feitas ao funcionalismo público pela gestão Covas/Aickmin. Algumas são o aumento dos salários, congelados há oito anos, e a implementação de um Plano de Cargos e Carreiras.

Dinheiro em caixa

Nos últimos dois anos, o governo do Estado tem usado a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como desculpa para não conceder aumentos ao funcionalismo público. A LRF, que entrou em vigor em 2000, determina que os governos federal, estadual e municipal não podem ultrapassar o teto máximo para pagamento de pessoal que é 60% e para investimentos, 40%. Só o gasto com o poder executivo (que engloba toda a administração direta e indireta do Estado) é de 49%.

Dados do orçamento do Estado destacam que para 2002 o governo tem dinheiro em caixa disponível para conceder reajuste salarial. O orçamento total é de R\$ 49,71 bilhões. Fato que mostra essa situação é o controle dos recursos. Em 2000, o gasto com pessoal ficou em 49,27%.

Conjuntura favorável

Os efeitos econômicos da guerra entre palestinos e israelenses, principais produtores de petróleo do mundo, ainda não influenciaram diretamente o mercado nacional brasileiro. Sendo assim, as campanhas salariais do 1º semestre deste ano prometem repetir o bom resultado das negociações coletivas celebradas no mesmo período do ano passado. Dados do Dieese mostram que 72% das categorias cutistas conquistaram, em 2001, a reposição inte-



Já no ano passado, a despesa caiu para 48,19%.

Durante o período da gestão Covas/Aickmin (1994 a 2002), o patamar de gastos com a folha de pagamento, praticamente, não sofreu alterações, reforçando que o governo nunca cumpriu suas promessas eleitorais. De acordo com a LRF, o prazo máximo para concessão de qualquer reajuste é até junho (180 dias antes do final do mandato).

Manutenção dos Direitos

No último dia 19, a CUT e as categorias realizaram um Ato de Lançamento da Campanha Salarial Unificada. Durante as negociações coletivas, as entidades promoverão seminários, carreatas e passeatas em todo o Estado para propagar a Campanha.

Neste ano, além de reivindicar aumento salarial, todos os sindicatos cutistas exigirão melhores condições de trabalho, abertura de mais empregos e a manutenção dos direitos constitucionais, que estão ameaçados pelo projeto do governo federal que visa modificar o artigo 618 da CLT.

Os sindicatos seguirão a posição da CUT e não aceitarão qualquer medida que flexibilize os direitos sociais. "Negociaremos a melhoria e a ampliação das cláusulas sociais. Em nenhum acordo coletivo aceitaremos propostas que prejudiquem os trabalhadores", relata o Secretário de Política Sindical e diretor da Apeesp, Carlos Ramiro de Castro (Carlão).

Questionado se algum setor patronal alterar à força a CLT, o Secretário enfatizou que a orientação é resistir e, em último caso, organizar a categoria para paralisar as atividades. "Quero deixar claro que o projeto ainda não é lei e, portanto, as categorias que flexibilizarem os acordos serão penalizadas pela Justiça". Caso algum trabalhador se sentir lesado, a CUT está orientando a formalizar reclamação junto à Justiça do Trabalho.

gral da inflação medida pelo INPC/IBGE e melhorias em várias cláusulas sociais.

Neste ano, a expectativa é positiva tendo em vista o fim do racionamento de energia e a projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de até 3%. Além disso, 2002 é um ano eleitoral, portanto, a organização e a pressão dos trabalhadores do campo e da cidade serão fatores determinantes para o fechamento de bons acordos coletivos de trabalho.

CUT mantém a liderança

Mais uma vez, os trabalhadores do Estado de São Paulo depositaram nas urnas sua confiança no trabalho sério, transparente e comprometido dos Sindicatos cutistas. É o que mostra o balanço das eleições sindicais, ocorridas nos últimos meses, que renovou e manteve na liderança importantes dirigentes. As novas direções ficarão nos cargos até 2006.

As categorias que venceram com chapa única foram os metalúrgicos do ABC e os servidores públicos municipais de São Paulo. O companheiro Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, foi reeleito pela maioria dos trabalhadores (97,94%). Já o novo presidente do Sindsep é o ex-Secretário Geral, Leandro Valquer Justino L. de Oliveira.

Em Santos, a chapa cutista do Sindicato dos Servidores Municipais derrotou a oposição. A presidenta é a companheira Ana Lúcia Silva Santos. O Sinergia, que reúne os trabalhadores eletricitários e gasistas, também obteve bom resultado. Em São Paulo, o novo presidente é o companheiro Djalma de Oliveira, e em Campinas é o Wilson Marques de Almeida. Na cidade de Salto, a direção do Sindicato da Construção Civil venceu a disputa e continua na liderança o presidente Aparecido Galvão (o China).

Vitória inesquecível

Após 13 anos comandado pelo sindicalismo perverso e violento da "Farsa Sindical", o Sindsep de Várzea Paulista ganhou uma direção nova e comprometida com os trabalhadores. Na região, há cerca de dois mil profissionais.

No dia 27 de março, a chapa 2, liderada pela CUT, venceu a eleição para nova diretoria, derrotando a chapa 1, então encabeçada por representantes da Fupesp (Federação que era ligada ao sindicato). O placar final foi 137 votos contra 27. O novo presidente é o companheiro Joel Felizardo de Carvalho.

Próximos Pleitos

Nos meses de abril e maio, concorrerão às eleições os Sindicatos dos Condutores do litoral norte (18/04), dos Médicos de São Paulo (22 a 26 abril) e da Construção Civil de São Bernardo e Diadema (28 e 29/05). Em junho, acontecerá no dia 7 a eleição para a diretoria da Apeesp. O prazo para as inscrições das chapas é de 22 abril a 8 de maio. Também em junho, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Jacareí realizará pleito eleitoral nos dias 13 e 14.

A cobertura completa destas e de outras eleições será publicada nas próximas edições do Jornal CUT/SP.

ANEXO A8**Mês de abril : Ano 1, nº 8, p. 4**



CONJUNTURA

21 de março: Um dia em que a CUT mostrou como mobilizar os trabalhadores

O Estado de São Paulo foi o carro-chefe das manifestações em todo o Brasil



No destaque, Spis fala ao público

Ao completar 70 anos, a Carteira de Trabalho, criada em 1932 pelo então presidente Getúlio Vargas, ganhou uma festa de aniversário inesquecível no dia 21 de março. Em defesa da manutenção dos direitos legais, a CUT escolheu essa data para protestar contra o nefasto projeto de lei do governo FHC, que ameaça acabar com essas importantes conquistas históricas da classe trabalhadora.

Essa intenção está clara, porque o projeto visa alterar a redação do artigo 618 da CLT, permitindo que o acordo coletivo de trabalho negociado entre patrões e empregados sobreponha à lei, ou seja, o empregador terá amplos poderes para reduzir ou, simplesmente, não pagar direitos como Férias, 13º salário, Licença Maternidade, Adicional Noturno, Descanso Semanal Remunerado e muitos outros que estão assegurados pela Constituição Federal Brasileira.

O grito de alerta da CUT foi ouvido pela população e pelos meios de comunicação, que fizeram uma ampla cobertura. Em todo o Brasil, mais de um milhão de trabalhadores participaram das atividades do dia 21, batizado como o "Dia Nacional de Luta contra a Redução dos Direitos".



Dornelles, FHC e Paçulinho

ANEXO A9

Mês de abril : Ano 1, nº 8, p. 5

ANEXO A9 – Mês de abril : Ano 1, nº 8, p. 5

Abril de 2002



Não basta retirar o regime de urgência

Em virtude do rompimento político entre o PFL e PSDB, o governo está enfrentando várias dificuldades para aprovar seus projetos na Câmara e no Senado. Esse é o caso da emenda que prorroga a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), o famoso imposto do cheque.

Pressionado pela mobilização cutista e também de olho nos votos da oposição para passar a CPMF, o governo retirou o regime de urgência do projeto de reforma da CLT.

Na avaliação do secretário geral da CUT Nacional, Carlos Alberto Grana, não adianta tirar a urgência, é importante que o projeto seja retirado da pauta do Senado. "Não confiamos no governo. Nada o impede de colocá-lo a qualquer momento em votação", enfatiza.

Tendo em vista o período eleitoral, há especulações de que o governo evitará mais desgastes, portanto, há possibilidade do projeto não ser votado neste ano.

Fiasco da "Farsa"

A boa repercussão popular das ações cutistas despertou sentimentos de inveja e dor de cotovelo no presidente da "Farsa Sindical". Em entrevista a alguns jornais, ele disse que terminar um ato no MASP representa um atraso. Lamentável a falta de conhecimento cultural dessa pessoa que se intitula sindicalista. Só para refrescar a memória dele, o MASP foi fundado pelo jornalista Assis Chateaubriand, considerado um dos homens mais poderosos e influentes da história da comunicação brasileira. Pelo rico acervo de obras, o museu é um dos maiores da América Latina, além de ser respeitado internacionalmente.

Brasil dos sem-direitos

Pesquisa realizada pelo Data Folha, publicada no dia 24 de março pelo jornal Folha de S. Paulo, revelou que a maioria dos trabalhadores brasileiros não usufrui dos direitos sociais previstos em lei. 53% não têm direito a 13º salário e 54% não recebem férias remuneradas. Alguns benefícios não constitucionais, como plano de saúde, vale transporte e refeição, atingem menos do que um quarto dos brasileiros. Outras formas de salário indireto são raras. Participação nos Lucros e Resultados das empresas, cesta básica e auxílio-educação são privilégios de menos de 20% dos trabalhadores.

Esse levantamento apenas reforça a preocupação da CUT em relação à falta de respeito aos direitos sociais dos trabalhadores. Desde 1997, a Central vem alertando para essa questão e, na época, divulgou uma Campanha por Mais e Melhores Empregos. A campanha destacou que o emprego com qualidade deve ser registrado e, acima de tudo, deve respeitar os direitos mínimos sociais assegura-

dos pela Constituição.

Se a situação chegou a esse ponto, o grande responsável é o governo tucano, que em oito anos, apenas aprovou medidas de flexibilização da legislação trabalhista, que além de precarizar as relações de trabalho elevou o desemprego. A desculpa

para adotar tais projetos é de que a legislação trabalhista é rígida e, portanto, precisa ser alterada. O projeto de reforma da CLT é um grande erro. Se aprovado, "legalizará" o quadro caótico do mercado de trabalho, beneficiando apenas o lado forte, que são os empresários.



Ato no Vão Livre do Masp

ANEXO A10**Mês de abril : Ano 1, nº 8, p. 6**

ANEXO A10 – Mês de abril: Ano 1, nº 8, p. 6

6.



Mobilização começa na porta de fábrica

A região do ABC, que abrange as cidades de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André, acordou mobilizada no dia 21. Metalúrgicos de diversas montadoras e empresas de auto peças realizaram assembleias e promoveram atrasos de até três horas no horário de entrada para o trabalho. O motivo do protesto, que reuniu cerca de 35 mil trabalhadores, foi contra o projeto do governo que prevê acabar com os direitos trabalhistas.

Os bancários realizaram atividades e paralisaram até o meio dia cinco agências do HSBC. Outras categorias como químicos, petroleiros, professores municipais, operários da construção civil, costureiras fizeram assembleias nas empresas e nas Câmaras Municipais, debatendo com a população.

Logo após essas ações, o Fórum Regional de Lutas, que reúne os sindicatos lutistas, os movimentos sociais, populares e partidos políticos, organizou uma manifestação no Jardim Silvana, conhecido como a Vila dos



Metalúrgicos param fábrica

Trabalhadores, que depois seguiu em passeata até à igreja matriz de São Bernardo do Campo. No total, participaram 350 pessoas.

Para a coordenadora da Subsele ABC, Cida Francisco Rocha, as atividades promovidas transmitiram para a população e para o comércio a preocupação da CUT.

Passeata na Rodovia Hélio Smith

Os principais veículos de comunicação da Capital deram destaque às atividades promovidas pela CUT, principalmente, na cidade de Guarulhos, que foi capa de alguns jornais de grande circulação do país.

O destaque, assim como para as outras regiões do Estado, foi merecido. A fim de alertar a população sobre os perigos do projeto do governo, a Subsele de Guarulhos e os sindicatos da construção civil, servidores municipais e da saúde, condutores, aeroportuários, bancários, aeroviários, professores e outros promoveram uma passeata na Rodovia Hélio Smith, próxima ao Aeroporto Internacional de Cubitica. Participaram cerca de 800 trabalhadores.

Segundo o coordenador da Subsele, Fernando Perro Brandão, as manifestações ocorridas em todo país no dia 21, em particular em São Paulo, serviram para mostrar



Concentração dos trabalhadores

a FHC que a CUT tem condições de organizar a população. "Em oito anos, a política do governo contribuiu para a redução dos salários, elevação do desemprego e privilegiou apenas o mercado financeiro, aumentando o lucro dos bancos e dos capitalistas", relata.

ANEXO A11

Mês de abril: Ano 1, nº 8, p. 7

Abril de 2002

**SUBSEDES***OSASCO*

Desempregados tomam café em frente à estação do trem

Quem passou pela estação Fepasa, uma das principais de Osasco, no dia 21 não resistiu ao café da manhã oferecido pelos dirigentes da Subsede. A atividade aconteceu das 7h às 10h. Foram distribuídos 400 pães e 10 litros de café para cerca de 500 pessoas que passaram pelo local. Além de tomar café, trabalhadores e desempregados receberam informativos da CUT e ouviram o posicionamento em relação às ações do governo federal. "Mostramos aos trabalhadores porque estamos descontentes com as possíveis mudanças na CLT. E o povo entende o nosso recado", relata o coordenador da Subsede, Onézimo Freitas.

Também de manhã, o núcleo dos bancários do Bradesco de Alphaville atrasou a entrada em 30 minutos. O sindicato dos marceneiros realizou uma manifestação em frente à indústria de Refrigeração Três Linhas, onde trabalham 100 funcionários.



Clima de descontração

Depois da boa repercussão do café da manhã, a Subsede, os sindicatos, partidos políticos e os movimentos sociais realizaram um ato na praça principal de Osasco.

ANEXO A12**Mês de abril : Ano 1, nº 8, p. 8**

8



SUBSÊDES

VALE DO PARAÍBA

Setores da alimentação e industrial aderiram às paralisações

Os principais setores da cadeia produtiva das cidades de São José dos Campos, Taubaté, Guaratingueta e Jacaref aderiram em peso às manifestações e paralisações organizadas pela Subsede na região e pelos sindicatos. A General Motors (GM) foi uma das primeiras e atrasou em uma hora a entrada do pessoal. Na Philips, os trabalhadores entraram em greve por 24 horas. A Bundy suspendeu as atividades por três horas. As fábricas Inepar e Parker,

em Jacaref, pararam por duas horas.

Outras categorias também participaram. Os condutores bloquearam um trecho da avenida José Longo, uma das principais de São José dos Campos. Durante a ação, houve um confronto e cinco sindicalistas foram detidos temporariamente. Os funcionários da Brahma também suspenderam o trabalho durante 1h30 e fizeram uma passeata pelas principais ruas da cidade.

ANEXO A 13

Mês de maio: Ano1, nº 9, p. 2

ANEXO A13 – Mês de maio: Ano1, nº 9, p. 2

Mais empregos e menos miséria

O desafio do próximo presidente da República, que trabalharemos para que seja o companheiro Luís Inácio Lula da Silva (PT), não pode ser resumido no simples crescimento virtuoso da economia e na adoção de políticas sociais compensatórias. Perfil da política de FHC nos últimos oito anos de governo.

O novo presidente bem como os senadores e deputados federais, eleitos no campo democrático popular, do Congresso Nacional deverão se preocupar em combater dois importantes problemas que têm afetado muito a vida

“A pobreza é fruto da má distribuição de renda, que hoje concentra 50% da riqueza do nosso país nas mãos de apenas seis milhões de pessoas”

de milhares de cidadãos brasileiros: a miséria e o desemprego.

Os números deste quadro social são, infelizmente, alarmantes. Pesquisa recente do Dieese revela

uma queda de 22% na renda dos trabalhadores da região metropolitana de São Paulo, entre 1995 e 2001. Em 2002, o levantamento reafirma a tendência de empobrecimento e mais: mostra uma taxa de desemprego de 20% em março, percentual equivalente ao registrado nos piores momentos da história do país.

A pobreza é fruto da má distribuição de renda, que hoje concentra 50% da riqueza do nosso país nas mãos de apenas seis milhões de pessoas, enquanto, os miseráveis (53 milhões) passam fome ou roubam o mínimo para sobreviver.

O que fazer para mudar esse País? Nós da Central Única dos Trabalhadores já estamos fazendo nossa parte. Entregamos, no último dia 13 de maio, um documento ao candidato Lula intitulado: “Emprego, Renda e Relações de Trabalho”.

Neste estudo, elaboramos 22 propostas colocando a questão social no centro de todas as políticas. Algumas são: Reforma Fiscal e Tributária; o BNDES deve oferecer condições de crédito diferenciadas para as empresas comprometidas com a geração de emprego; Criação do Fundo Nacional do Emprego; Ampliação do Seguro Desemprego bem como aumento do valor; Valorização do Salário Mínimo até o final do mandato e Redução da Jornada de Trabalho e das Horas Extras.

Essas contribuições, aliadas ao desenvolvimento de novas tecnologias da informação e das comunicações, são de fato o começo para se construir um país mais justo, que conceda oportunidades para aqueles que estão em busca delas. Acreditamos que o companheiro Lula reúne as condições para garantir as transformações que o Brasil precisa.

ANEXO A14

Mês de maio: Ano1, nº 9, p. 3

ANEXO A14 – Mês de maio: Ano1, nº 9, p. 3

3

CAMPANHA DO MÊS

Tabela da Copa
mostra foto de
deputados

O troféu de melhor campanha de comunicação de maio vai para o Sindicato dos Bancários de São Paulo. Em ritmo de Copa do Mundo, o sindicato lançou uma tabela versátil, na qual, em um dos lados, os torcedores podem marcar os pontos do Brasil na Copa e, no outro, verão as fotos dos deputados paulistas que votaram pela alteração da CLT. Foram rodadas 150 mil tabelas que estão sendo distribuídas à população.

O lançamento aconteceu, no último dia 10 de maio, com uma animada partida de futebol. Os times foram: "Nois na uma", que representou os trabalhadores e a "Seleção Pilantra", formada pelos deputados federais.

A divulgação da tabela é mais uma iniciativa da campanha sistemática dos bancários que têm por objetivo lutar pela defesa dos direitos dos trabalhadores e também pela retirada do projeto do governo da pauta de votação do Senado.

Como parte dessa campanha, o Sindicato já realizou várias atividades, entre elas o Olho no Voto, no dia da votação na Câmara; lançamento do placar "Não Vote Mais Nessa Gente", um placar com as fotos dos parlamentares paulistas apoiadores do projeto do governo que circulou por todas as regionais da entidade; a corrida de São Pilantra, no dia 27 de dezembro passado e a Malhação de Judas, no dia 28 de março.

Além dos bancários, a CUT/SP também desenvolveu campanhas importantes que merecem ser destacadas aqui. Ao todo foram três: "Você acredita em Papai Noel", "O ano deles vai ser ótimo" e "No baile dos ascarados quem dança é você". O papel social destas campanhas foi conscientizar de forma criativa os trabalhadores, bem como reforçar que nas eleições de 3 de outubro eles podem dar um basta e mudar o Brasil.

Sua campanha de comunicação também pode estar aqui. Nossa finalidade é disseminar as propostas cutistas referentes a temas sociais que sejam de interesse de todos os trabalhadores. Mande já seu material! O Conselho Editorial do Jornal da CUT/SP escolherá a melhor.

ANEXO A15

Mês de maio: Ano1, nº 9, p. 4



SINDICAL

CUT e CNM inauguram Comitê Sindical

Dirigentes, militantes e trabalhadores simpatizantes do PT ganharam um local exclusivo para fazer política. Trata-se do novo Comitê Nacional Sindical em apoio aos candidatos à presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, ao governo do Estado, José Genoíno e ao Senado, Aloizio Mercadante. O Comitê funcionará a partir do dia 6 de junho, respeitando determinação do Tribunal Regional Eleitoral.

As responsáveis pela fundação do Comitê foram a CUT Nacional e a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM). "Já montamos 62 escritórios no interior e também em alguns Estados. As portas do Comitê estão abertas para os sindicatos cutistas e independentes que desejam construir um governo no campo democrático popular", afirma Guiba, presidente da CNM.

Organização de mobilizações, visitas a fábricas, empresas e distribuição de material de campanha são alguns dos trabalhos que serão realizados pelo Comitê. No dia 15 de junho, acontecerá uma Plenária com o movimento sindical. O encontro será das 10h às 12h.

Emoção

A inauguração aconteceu no dia 6 de maio. Na ocasião, estiveram presentes os presidentes da CUT/SP e Nacional, representantes da Direção Executiva, da CNM, as estrelas políticas do PT, Lula, Mercadante, José Dirceu, o prefeito de Ribeirão Preto, Palocci e o deputado



A cima, Lucinei apresenta Lula

federal do PCdoB, Nivaldo Santana.

Todos fizeram discursos valorizando a abertura do novo espaço. Um dos momentos mais emocionantes foi quando Lula recebeu da Secretária de Imprensa e Vice-Presidente da FAF (Federação da Agricultura Familiar),

Lucinei Paes de Lima, uma cesta de produtos manufaturados por agricultores familiares.

Participe do Comitê Sindical Nacional e ajude a construir um Brasil mais decente. Anote o endereço: Rua Visconde Parnaíba, 419, no Brás: Tel: 3277-2581.

10ª Plenária Nacional aprova apoio a Lula e lança Plano de Lutas

A 10ª Plenária Nacional da CUT reuniu cerca de 500 dirigentes de todo o Brasil, nos dias 8, 9 e 10 de maio, na Quadra dos Bancários, em São Paulo. Importante destacar que mais de 1/5 dos companheiros presentes vieram de São Paulo.

Um dos temas importantes aprovados durante o encontro foi o apoio à candidatura de Lula. Após discutir a conjuntura nacional e internacional, fazer o balanço político e organizacional da gestão da atual Executiva Nacional (2000/2003), debater e aprovar ações para as chamadas "políticas permanentes", os delegados definiram um "Plano de Lutas" para o segundo semestre deste ano. O Plano corresponde as atividades que o movimento sindical cutista destaca para um determinado período em virtude das análises conjunturais e políticas.

CONTRA A ALCA

De 1 a 9 de setembro, acontecerá em todo o território nacional um Plebiscito (não oficial) sobre a implantação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). A CUT deverá engajar-se nesta campanha contra a participação do Brasil, organizando comitês nos sindicatos para arrecadar assinaturas.

GRITO DOS EXCLUÍDOS

Participar ativamente do Grito dos Excluídos, ato promovido pela CNBB, movimento sindical e partidos políticos no dia 7 de setembro.

CONTRA A REFORMA DA CLT

A CUT está disposta a fazer greve geral caso o governo insista em manter o Projeto de Lei que altera o artigo 618 da CLT, retirando todas as garantias do trabalhador como licença maternidade, férias, 13º salário, Descanso Semanal Remunerado, entre outros direitos. A CUT também lançará uma ampla campanha pela redução da jornada de trabalho (e contra as horas extras) como forma de forçar a contratação de mais emprego.

ELEIÇÕES

Constituir comitês sindicais em todos os Estados para levar adiante as candidaturas comprometidas com os interesses dos trabalhadores, principalmente, a do companheiro Lula à presidência da República.

CAMPANHAS SALARIAIS UNIFICADAS

Estarão como pautas prioritárias nas campanhas salariais do 1º e 2º semestre os seguintes temas:

- 1) mobilização contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como as regulamentações da lei de greve;
- 2) lutar pela anistia aos trabalhadores demitidos que participarem de atividades sindicais;
- 3) lutar em prol de uma Saúde Pública mais digna e também em defesa do Seguro Acidente do Trabalhador.

INTERNACIONAL

A CUT deverá desenvolver campanhas de solidariedade aos povos da Argentina, Colômbia e Palestina pelas difíceis conjunturas que vêm passando. Uma das principais atividades será a organização de uma Marcha, em junho, rumo à fronteira do Brasil com a Argentina (Uruguiana com Passos de Los Libres).

MULHERES

Realizar a edição brasileira da Marcha Mundial de Mulheres, em outubro, pela elevação do salário mínimo e contra a impunidade. Organizar a 2ª edição da Marcha das Margaridas, em março de 2003, e lançar a campanha em Defesa da Licença Maternidade.

CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO EMPREGO E CONTRA DEMISSÕES

Realizar, no dia 25 de julho, um Dia Nacional de Mobilização contra a flexibilização dos direitos e em Defesa da Reforma Agrária, por mais e Melhores Empregos e pela Redução da Jornada de Trabalho.

ANEXO A16**Mês de maio: Ano1, nº 9, p. 7**

Maio de 2002



CONJUNTURA

Último 1º de maio de FHC: Trabalhadores não têm o que comemorar

Em 1994, o número de desempregados em SP era de 1.133 milhão. Hoje a cifra passa de 1,8 milhão, recorde da gestão tucana

Neste último 1º de maio do governo de FHC, existem mais reclamações do que comemorações a fazer. Hoje, os trabalhadores lutam por um emprego e pela manutenção dele e pela garantia dos direitos constitucionais.

Em oito anos, FHC e o governo de Geraldo Alckmin, governador do Estado, nunca priorizaram políticas sociais essenciais para o desenvolvimento do País, como: saúde, educação e trabalho. Ao contrário da política apenas beneficiou os empresários e os banqueiros.

Fatos que constatarem essa realidade são os alarmantes indicadores sociais que revelam um quadro desfavorável ao trabalhador. O desemprego e os baixos salários são os principais reflexos dessa política excludente.

Dados do Dieese/Seade destacam que, em março, último dado divulgado, a taxa de desemprego atingiu 19,9% da população economicamente ativa (PEA), ou seja, existem no mercado cerca de 1,8 milhão de desempregados, na região metropolitana de São Paulo. Foram eliminados 152 mil postos de trabalho. O tempo para encontrar um novo emprego cresceu para 54 semanas. O aumento do desemprego foi recorde da gestão FHC. Em 1994, primeiro ano de mandato, o número de desempregados era de 1.133 milhão.

Além do fechamento de postos de trabalho, existem outros problemas como a queda do poder aquisitivo. O salário mínimo que, em abril, passou a ser de R\$ 200,00, deveria ser de R\$1.143,00 se cumprisse a lei que o criou em 1º de maio de 1940 para atender às necessidades básicas do trabalhador.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a renda real do brasileiro caiu 11%

entre 1998 e 2001. Todo o poder aquisitivo que o trabalhador conseguiu com o Plano Real e a inflação baixa, caiu e o poder de compra voltou aos padrões de 1992.

Para a Secretária de Imprensa e Divulgação da CUT/SP, Lucinei Paes de Lima, esse cenário poderá mudar se os trabalhadores derem o recado nas próximas eleições de outubro. "Temos desenvolvido uma ampla campanha em defesa dos direitos dos trabalhadores, como foi o caso do projeto de reforma da CLT que prevê o corte de direitos mínimos, portanto, estamos

conscientizando a população para que votem nos candidatos, realmente, comprometidos com os problemas sociais e, que contribuam para a construção de uma nação mais justa e solidária", frisou.



ANEXO A17

Mês de maio: Ano1, nº 9, p. 9

ANEXO A17 – Mês de maio: Ano1, nº 9, p. 9

BAIXADA SANTISTA
**Artistas de bairro
animam santistas**

Shows com artistas de bairro e atividades culturais atraíram o público no dia 1º de maio na Praça Engenheiro Francisco Prestes Maia, no conjunto dos Estivadores na Vila São Jorge, em Santos.

A Subseção da Baixada Santista em conjunto com 20 entidades sindicais promoveram a atividade. Batizado como o Dia do Trabalhador contra a Flexibilização da CLT e contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), o evento, promovido no período da manhã, reuniu cerca de 500 trabalhadores.

Além de curtir vários estilos musicais, os santistas receberam informativos e panfletos que esclareceram principais dúvidas sobre a alteração do artigo 618 da CLT e também sobre a ALCA. "O Ato foi uma iniciativa válida, pois conseguimos dialogar com os trabalhadores", comentou o Coordenador da Subseção, Adenilson Custódio da Silva.

ANEXO A18

Mês de maio: Ano1, nº 9, p. 10

ANEXO A18 – Mês de maio: Ano1, nº 9, p. 10

Maio de 2002

JUNDIAÍ**Desempregados tomam
café em praça pública**

A descentralização dos atos cutistas do dia 1º de maio possibilitou a realização de diversas atividades em Jundiaí e região. Ocorreram eventos nos centros comerciais de Cajamar, Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista, que reuniram mais de 10 mil pessoas.

As atividades começaram na véspera do feriado. Na manhã do dia 30 de abril, a Subsede e os sindicatos promoveram um "café da manhã com os desempregados", na Marquise de Jundiaí. No local, foram expostas faixas com a seguinte mensagem: "O Desemprego é uma Violência". Foram distribuídos três mil pães, leite, bolacha e frutas à vontade para os trabalhadores.

No Dia do Trabalhador, em Cajamar, o Sindicato dos Metalúrgicos realizou uma ampla panfletagem com carro de som na Praça Santa Cruz. Em Jundiaí, aconteceram shows com bandas culturais e campeonato de futebol no Clube de Campo do Sindicato cutista dos Rodoviários. "Foi uma grande vitória, pois conseguimos fazer, simultaneamente, eventos em quatro cidades. No ano passado, só fizemos em Jundiaí. Essa experiência deve continuar em 2003", atestou o coordenador da Subsede, Roberto Rodrigues.

Na cidade de Campo Limpo Paulista, a Subsede em parceria com 13 entidades sindicais, grupos de capoeira, Associação de Moradores de Bairros e com o Grupo Anti-Drogas promoveram na Praça Central shows e atividades culturais em conjunto com a população.

MOGI DAS CRUZES**População curte música
ao vivo em Brás Cubas**

A Subsede e os sindicatos filiados batizaram o Dia do Trabalhador como um "Dia de Luta e Reflexão". Cerca de 2.000 pessoas estiveram no Ato Político/Show, no Largo da Feira, em Brás Cubas. A atividade contou com a presença de lideranças sindicais e políticas da região. As famílias que estavam no evento acompanharam vários espetáculos musicais.

De acordo com o coordenador da Subsede, Osvaldo Nassar (Desenho), a iniciativa de descentralizar os atos da CUT foi válida para conscientizar a sociedade sobre o sindicalismo perverso da "Farsa Sindical", que defende a diminuição dos direitos legais dos trabalhadores. "Além de músicas, as pessoas conheceram um pouco mais sobre os seus direitos e os perigos da reforma da CLT", declarou.

ANEXO A19

Mês de maio: Ano1, nº 9, p. 11

ANEXO A19 – Mês de maio: Ano1, nº 9, p. 11

Maio de 2002



SUBSÉDES

VALE DO PARAÍBA

Trabalhadores aprendem lições de cidadania

Quem passou pela Praça Central Dom Epaminondas, em Taubaté no dia 30 abril, jamais esquecerá as lições de cidadania mostradas lá. Em homenagem ao dia dos trabalhadores, a Subsede do Vale do Paraíba em conjunto com os sindicatos dos bancários, condutores, metalúrgicos, servidores da saúde e municipais de São José dos Campos realizaram uma série de ações educativas ao ar livre.

Dúvidas sobre direitos trabalhistas, dicas para prevenir o estresse e orientações para conseguir um bom emprego foram alguns dos principais temas expostos por alguns especialistas ao público. As atividades contaram com o apoio da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), da Universidade de Taubaté e do Programa Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM).

Além de receber informações gratuitas, os trabalhadores tomaram café da manhã, e ficaram impressionados com os painéis de fotos dos deputados federais com gorros "de papai noel" que votaram contra os direitos dos trabalhadores. "Os painéis chamaram tanto a atenção que as pessoas escreviam em papéis os nomes dos candidatos para não votar mais na próxima eleição", salientou o coordenador da Subsede, Odair da Silva (Matão).

Outro trabalho interessante exposto foram cinco painéis que mostraram fotos, jornais e informativos dos trabalhos desenvolvidos pelos sindicatos que mostraram a luta pela garantia de emprego e contra a reforma da CLT. As atividades ocorridas na Praça reuniram mais de 1.500 pessoas.

Em Jacareí, a Praça Conigo Frontin reuniu no Dia do Trabalhador cerca de 500 trabalhadores. Aconteceu Ato Político/Show que contou com a presença da cantora Cecília Melitão. A Praça Afonso Pena, em São José dos Campos, e em Guaratingueta ocorreram atos semelhantes.



Vitória para os servidores de Aparecida

Depois de uma greve de 19 dias, que iniciou no dia 21 de março, os servidores públicos da cidade de Aparecida, situada a 350 Km de São Paulo, conquistaram importantes reivindicações junto à prefeitura. As principais foram o aumento do piso salarial de R\$ 216 para R\$ 280,00, cesta básica e o reconhecimento do sindicato da CUT como representante legítimo da categoria. O prefeito da cidade é José Luís Rodrigues (PFL).

Segundo Matão, que acompanhou toda a mobilização, a organização e a união dos servidores foram essenciais para pressionar a prefeitura a atender aos pedidos dos trabalhadores. "Nosso próximo passo é negociar o repasse da mensalidade dos associados ao Sindicato, que o prefeito havia impedido no começo da greve, e a liberação de dirigentes para representar a categoria", afirmou.

ANEXO A20

Mês de julho: Ano1, nº 12, p. 2

ANEXO A20 – Mês de julho: Ano1, nº 12, p. 2

8 anos de Plano RealMENTE



O presidente Fernando Henrique Cardoso voltou a usar expressões mirabolantes. Desta vez, acusou os seus críticos de só falarem "ramerrão". De acordo com o dicionário, essa palavra significa "ser repetitivo". O fato aconteceu, no dia 11 de julho, durante discurso no Palácio do Planalto, quando ele fez um balanço do seu governo, dizendo que o Plano Real conquistou o controle da inflação e melhorou algumas áreas sociais.

De fato, a inflação caiu, mas não foi suficiente para melhorar a qualidade de vida da população. Quanto à melhoria nas áreas sociais está equivocada. O balanço dos indicadores socioeconômicos mostra justamente o contrário. Na realidade, quem é ramerrão, ou melhor, repetitivo é o próprio Fernando Henrique, que engana a sociedade falando um Brasil que os trabalhadores não vivem no seu dia a dia.

Depois de dois mandatos, os principais "avanços" da gestão tucana para os 170 milhões de brasileiros foram: desemprego recorde, queda dos salários, aumento da criminalidade e da miséria, péssimo desenvolvimento do PIB e crescimento exorbitante das dívidas pública interna e externa. Os dados são de indicadores respeitáveis como o IBGE, Dieese, Seade, IPEA, OIT, Unesco e outros — amplamente divulgados pelos meios de comunicação.

Com a finalidade de aprofundar esse tema fizemos esta edição do Jornal CUT/SP especial sobre o Plano Real, na qual batizamos como "RealMENTE". A edição esta imperdível. Os leitores vão lembrar os principais escândalos de corrupção que marcaram a Era FHC, como também analisar os principais impactos sociais e econômicos do Real nas suas vidas e o mais importante: vão rever o papel fundamental desempenhado pela CUT que, em conjunto com as Subsedes e os movimentos sociais e populares, atuou do lado dos trabalhadores, defendendo seus interesses e direitos, ajudando a desmascarar essa política neoliberal nociva.

Um dos nossos principais objetivos, através desta publicação, é conscientizar e alertar todos os trabalhadores sobre a importância de mudar o retrato do Brasil, proclamando fim à impunidade e às injustiças sociais do atual governo. O momento certo é agora nas eleições de outubro. Por isso, precisamos eleger representantes no campo democrático popular, como o companheiro Lula para a presidência da República, Genofino para Governador de São Paulo, Mercante e Wagner Gomes para o Senado — que são os únicos capazes de implementar esse processo de mudança. Construir o Brasil que a gente quer só depende de nós.

ANEXO A21

Mês de julho: Ano1, nº 12, p. 3

ANEXO A21 – Mês de julho: Ano1, nº 12, p. 3

Pesquisa e prejuízos aos cofres públicos

Pesquisa realizada pelo Datafolha, em 15 de maio, revela que 69% da população acreditam na existência de casos de corrupção no governo FHC. Com relação aos valores desviados, ou melhor roubados, os prejuízos aos cofres públicos são incalculáveis.

De acordo com o economista da Fundação Getúlio Vargas, Marcos Ferreira Gonçalves da Silva, especialista na disciplina de Economia da Corrupção, os efeitos sociais da corrupção são alarmantes. Em entrevista à Revista Isto É, ele afirmou que a redução de 10% no desvio dos recursos públicos geraria um acréscimo de US\$ 3.600 na renda per capita. Algo em torno de R\$ 50 bilhões em 20 anos.

Para o economista, o que se rouba é medido em milhões e constitui apenas a ponta do iceberg, enquanto a aferição do custo da corrupção se dá em bilhões. Um exemplo: o escândalo do Orçamento foi responsável por um rombo de US\$ 30 milhões. Segundo ele, não custou nada. O custo principal é a quantidade de crianças que morreram e o quanto o país deixou de crescer em fun-

ção do que não foi investido nas áreas produtivas e da não aplicação do dinheiro em programas sociais.

Outro professor da FGV, Francisco Garcia, coloca mais lenha na fogueira: a redução da corrupção para níveis compatíveis aos que existem no Canadá poderia dobrar o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma das riquezas produzidas pelo país.

ANEXO A22

Mês de julho: Ano1, nº 12, p. 4

ANEXO A22 – Mês de julho: Ano1, nº 12, p. 4

**PASTA ROSA: BANQUEIROS,
DOAÇÕES ILEGAIS E POLÍTICOS**

O conteúdo de uma pasta de cartolina cor-de-rosa, encontrada na sede do liquidado Banco Econômico em 1995, mostrou para a opinião pública uma ponta do esquema utilizado pelos banqueiros para financiar campanhas eleitorais no país. A revelação foi da revista Isto É que atingiu em cheio as principais lideranças do PFL, respingou em políticos de outros partidos e colocou o governo FHC numa saia justa.

A denúncia foi que o Econômico, que estava sob intervenção do Banco Central, apoiou 25 candidatos e torrou US\$ 2,4 bilhões nas eleições de 1990. Só para lembrar que a legislação eleitoral, na época, permitia doações apenas para os partidos. A pasta continha 249 páginas e seu conteúdo estava dividido em três listas. A primeira relacionava as doações do banco econômico para candidatos a governador, senador, deputados estadual e federal. A segunda apontava os serviços que foram para cada um deles e a terceira era um fax da Federação Brasileira das Associações dos Bancos (Febraban) relacionando 45 nomes de políticos que deveriam ser apoiados pelo sistema financeiro. O ex-senador Antonio Carlos Magalhães era um dos parlamentares que encabeçava a lista.

Durante o desenrolar dos fatos não foi possível puxar o fio para desvendar o universo emaranhado das relações entre as doações de empresários e as campanhas eleitorais, porque o procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, um dos homens de confiança de FHC, arquivou o processo.

ANEXO A23

Mês de julho: Ano1, nº 12, p. 7

ANEXO A23 – Mês de julho: Ano1, nº 12, p. 7

8 ANOS DE REAL

FHC aproveita o "P N A" e dá aumentos de presente para os trabalhadores



Enquanto o brasileiro comemorava o título inédito do Pentacampeonato mundial de futebol, o governo FHC aproveitou o momento de euforia e anunciou mais uma facada no orçamento familiar: aumentou várias tarifas de serviços públicos, como por exemplo, o gás de cozinha (6,20%), a gasolina (5,5%), a luz (14,24%), o pedágio (12%) e o telefone público (8%). Os reajustes aconteceram na semana em que o Plano Real completou seu oitavo aniversário — no dia 1º de julho de 2002.

Não foi coincidência. O governo aproveitou a "festa do Penta" para despistar a atenção do brasileiro sobre o balanço dos oito anos do seu Plano Econômico, que, na realidade, não há motivos para comemorar.

Ao completar seu oitavo aniversário, o dólar bateu novo recorde. A moeda norte-americana fechou cotada a R\$ 2,90. Desde que o real foi lançado, em julho de 1994, acumula desvalorização de 68% diante do dólar. O risco-país do Brasil, indicador que mede a probabilidade de um país dar calote no pagamento de sua dívida, também aumentou, registrando 1.598 pontos. E já é considerado o terceiro maior do mundo.

Esse agravamento da crise econômica contribuiu ainda mais para acirrar os indicadores sociais. Os impactos do "controle da inflação", principal bandeira do Plano de FHC, não melhoraram a vida dos trabalhadores. Ao contrário. Hoje, os brasileiros sofrem com os crescimentos alarmantes do desemprego, da precarização do trabalho, da miséria, da criminalidade e com o aviltamento dos salários, que foram corroídos com os aumentos abusivos das tarifas públicas, dos impostos e das taxas de juros.

Falta de vontade política

No decorrer dos últimos dois mandatos, a política econômica de FHC agiu de forma irresponsável no campo

social. Por falta de vontade política, o governo abandonou o investimento em setores estratégicos de desenvolvimento, como saúde, trabalho, educação, meio ambiente, como também engavetou e não concluiu reformas fundamentais como a tributária, previdenciária, ou seja, todas as suas promessas de campanha.

Os únicos que tiraram proveito dessa política econômica foram os grandes conglomerados industriais, as multinacionais e os bancos que ganharam rios de dinheiro, e aumentaram ainda mais os seus fartos lucros.

Um dos fatores que contribuiu para o aumento do capital estrangeiro no Brasil foi o amplo processo das privatizações. O governo vendeu empresas dos setores público e estatal rentáveis, como a Vale do Rio Doce, o Banespa, a Telebrás e outras, a preço de banana. Ao vendê-las a promessa era melhorar os serviços, investir na área social e também abater as dívidas públicas interna e externa. Mas na prática, o resultado foi inverso. A qualidade dos serviços piorou e as dívidas bateram recordes de crescimento.

O Plano de FHC está levando o Brasil ao buraco porque, além de fazer vista grossa aos direitos sociais e trabalhistas dos brasileiros, seguiu à risca o receituário do FMI (Fundo Monetário Internacional), tornando o país cada vez mais dependente dos recursos e das exigências norte-americanas.

E o Brasil tem solução?

A única forma de mudar esse cenário é nas urnas, ou seja, nas próximas eleições, que acontecerão em todo o País, em outubro. Se você quer um Brasil decente, ajude então a eleger o companheiro Lula e também a formar uma forte bancada de senadores, deputados estaduais e federais no campo democrático popular para que juntos possamos construir o Brasil que a gente quer.

ANEXO A24

Mês de julho: Ano1, nº 12, p. 10

ANEXO A24 – Mês de julho: Ano1, nº 12, p. 10

RESISTÊNCIA E LUTA**CUT desmascara política neoliberal de FHC**

Campanhas contra as privatizações, desemprego e retirada dos direitos assegurados pela CLT foram as principais mobilizações

Ao longo destes quase 19 anos de fundação, um dos momentos mais expressivos de Resistência e Luta da CUT aconteceu durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

De 1994 a 2002, a CUT não poupou esforços para denunciar à sociedade e à grande imprensa os lados nefastos do modelo neoliberal de FHC, principalmente, as consequências sociais da implementação do Plano Real, sua marca eleitoral. É lógico que esta ação só ganhou peso e prestígio graças à participação de todas as Subsedes e movimentos sociais e populares que organizaram grandes Greves, Manifestações, Plebiscitos, Marchas e Campanhas que repercutiram no Brasil e no exterior. (veja ao lado retrospectiva das ações)

Mas a luta não foi fácil. A ação sindical sofreu dificuldades em virtude do desmantelamento provocado pelo modelo econômico de FHC, subserviente ao FMI, que incentivou a liberalização do comércio, das privatizações e da reforma do Estado, que aprovou medidas, como por exemplo, o contrato por tempo de determinado, as cooperativas de mão-de-obra (que fraudam os direitos), ou seja, medidas flexíveis que prejudicaram apenas os trabalhadores. E mais: essa política acarretou o fechamento de milhões de postos de trabalho e a queda dos salários. Conclusão: a miséria e a violência duplicaram.

Lutas em caráter defensivo

Um dos líderes da ação cutista foi o ex-presidente da CUT/SP, gestão 1991 a 2000, e presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, José Lopez Feijóo.

Segundo o dirigente, foi um período de resistência às políticas implementadas pelo Plano Real, na qual muitas lutas tiveram caráter defensivo, como por exemplo, a reforma da previdência. "Conseguimos impedir que o governo cumprisse todos os seus objetivos até agora", atesta. Ele destacou que a luta pela Reforma Agrária, que ainda continua presente, e a manifestação contra a Retirada dos Direitos Trabalhistas da CLT foram outras ações que devem ser lembradas.

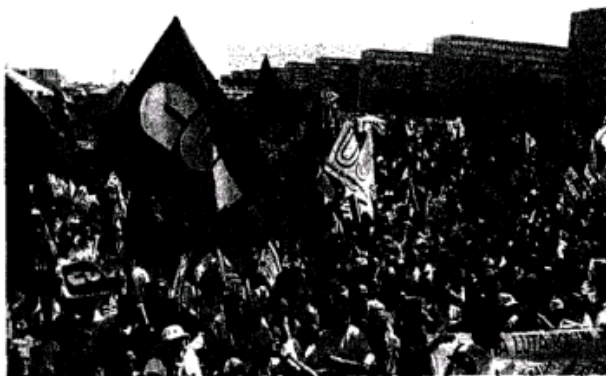
Graças à pressão cutista, que reuniu no dia 21 de março de 2002, 1 milhão de trabalhadores em todo o Brasil, o governo voltou atrás e tirou o regime de urgência de votação desse projeto do governo no Senado.

Para o presidente da CUT/SP, Antonio Carlos Spis, a CUT não hesitou e enfrentou o modelo neoliberal. "A descentralização dos atos do dia 1º maio foi fundamental, pois conversamos direto com a população carente".

Na sua avaliação, além do ato contra a reforma da CLT, a Marcha dos 100 mil a Brasília, ocorrida em 1999, contra a privatização das empresas de telecomunicações também ganhou destaque popular e de mídia. Nesta mobilização, a Central entregou ao governo um abaixo-assinado com 1 milhão de assinaturas.

Subsedes detonam atuação da "Farsa"

A fim de intensificar as lutas contra a política de FHC e da "Farsa Sindical", seu braço sindical, a CUT/SP intensificou a organização das Subsedes, cuja estratégia



Marcha a Brasília

foi ramificá-las em todo o Estado. O processo de fundação ocorreu a partir de 1994.

De acordo com Feijóo, que articulou grande parte do processo, as Subsedes decorrem de uma filosofia de organização sindical. "A Força só não fez mais estrago no Estado de São Paulo exatamente por causa desse eficiente sistema combativo", relata.

Novo modelo sindical e geração de emprego

A construção de um novo modelo sindical é um dos grandes desafios da CUT. Desde 1993, a Central briga por mudanças na Constituição e na CLT, pleiteando a vigência das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) números 87 (liberdade e autonomia sindical), 151 (garantia de negociação coletiva na administração pública) e 135 (direito de representação no local de trabalho). O atual modelo é ultrapassado e não representa os anseios e interesses da classe trabalhadora.

Outra meta importante é o combate ao desemprego. A CUT, desde a explosão do problema no começo da gestão tucana, tem apresentado propostas para geração de emprego e renda. Recentemente, a Central elaborou um documento com mais de 22 propostas que foi encaminhado ao candidato à Presidência pelo PT, Luís Inácio Lula da Silva.

Preparação e mobilização

Spis destaca que um dos grandes compromissos da CUT e da população é lutar para eleger um governo no campo democrático popular, com Lula para a presidência, Genoíno para governador de São Paulo, Mercadante e Wagner Gomes para o Senado. Segundo Feijóo, outra questão é que o movimento sindical não esqueça das suas demandas conjunturais, como a realização das campanhas salariais, o enfrentamento ao desemprego, a luta por liberdade e autonomia sindical e o combate à essa crise econômica recente, que o Brasil torna-se mais dependente das exigências do FMI.

Artur Henrique, Secretário de Formação da CUT/SP, avisa que não é apenas uma eventual vitória da candidatura Lula que resolverá todos os problemas, por isso, é importante continuar o trabalho de preparação de novos dirigentes. Ele citou uma frase do Mandela, presidente da África do Sul, que mostra essa preocupação: "Eu preciso que vocês estejam muito organizados para me pressionar a fazer o que eu quero fazer, porque "eles" estão muito preparados e organizados e estão me pressionando a fazer aquilo que eu não quero fazer".

Retrospectiva – CUT Plano Real

1995- A CUT tirou o sono do governo logo a começo do mandato. Organizou uma Greve Nacional Unificada que reuniu 200 mil trabalhadores, como petroleiros, eletricitários, funcionários do correio e docentes e Universidades Federais. As reivindicações exigiam o cumprimento dos acordos coletivos de trabalho e a reposição salarial. Neste período, FHC editou uma MP proibindo indexação dos salários.

1996/97- Em meados de 1996, com o agravamento do desemprego no mercado, a CUT apresentou à sociedade um conjunto de propostas para geração emprego renda, como: a redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários e a criação de programas de formação profissional e entre outras. Em defesa dos direitos, realizou uma Greve Geral que mobilizou 12 milhões de trabalhadores.

1998- Além da mobilização dos trabalhadores e Ford contra 2.800 demissões e a Jornada Nacional de Luta por Emprego e Direitos Sociais, a CUT participou ativamente da campanha eleitoral do companheiro Lula.

1999- Em janeiro, o governo desvalorizou a moeda, o real, que passou a valer menos que o dólar. A economia entrou em recessão. A CUT organizou várias atividades: Manifestações contra o Desemprego, Dia de Protesto contra as Políticas de FHC e FMI, Festival de Greves dos Metalúrgicos e de outras categorias, Marcha a Brasília contra a privatização das telecomunicações, Marcha de Sem Terra e da Educação, Dia Nacional de Paralisação de Protestos e Ato exigindo Plebiscito da Dívida Externa.

2000- A CUT e as 17 Subsedes lançaram a Campanha Salarial Unificada, uma iniciativa inovadora que fortaleceu a organização e a negociação coletiva dos trabalhadores dos setores público, privado e rural. A Central também atuou nas eleições municipais, ajudando a eleger governos no campo democrático popular.

2001- Os atos pela "Reposição das Perdas e FGTS" e contra o "Apagão" foram alguns dos principais destaques. A Central fez uma ampla campanha denunciando à população as vantagens do acordo de adesão ao governo. Com relação ao racionamento de energia, a CUT em 1997, já havia alertado ao governo sobre o problema que não deu a mínima atenção. Resultado: foram vendidos a preço de banana grandes companhias energéticas. Com novos compradores não investiram na melhoria dos serviços e, ainda por cima, aumentaram ainda mais as contas e luz.

2002- No último ano de FHC, a CUT, os sindicatos filiados, as Subsedes em conjunto com os movimentos sociais realizaram no dia 21 de março uma Manifestação Nacional contra a Redução dos Direitos Trabalhistas que reuniu 1 milhão de pessoas. O Ato denunciou o projeto do governo que visa mudar o artigo 618 da CLT permitindo que os patrões mexam nos direitos como bequiserem, e o que é pior, passando por cima da lei. Graças à pressão, o governo recuou e retirou da pauta de votação no Senado. Outra iniciativa positiva e inédita foi a descentralização dos atos do dia 1º de maio no Estado de São Paulo.

Fonte: Caderno de Formação: CUT 20 anos

ANEXO A25**Mês de setembro: Ano1, nº 13, p.2**

ANEXO A25 – Mês de setembro: Ano1, nº 13, p.2

Segundo dedo Saúde CPMF e dengue



Na classificação da OMS (Organização Mundial de Saúde), o Brasil aparece na 125ª posição— considerado um dos sistemas mais precários do mundo — atrás de países como Paraguai, El Salvador e Butão. Esse dado reforça que apesar do lançamento dos remédios genéricos e poucos avanços tecnológicos, a saúde no Bra-

sil não melhorou como diz o governo. Os motivos, os mesmos que os das outras áreas sociais: má aplicação de recursos e inoperância/irresponsabilidade administrativa. Lembra-se da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), o famoso imposto do cheque? Pois é, essa contribuição foi criada, em 1999, para melhorar o atendimento à saúde da população. Mas isso não aconteceu. O dinheiro, cerca de R\$ 18,5 bilhões de reais/ano, foi parar em outros cofres, menos no da saúde.

Como consequência deste descaso, os brasileiros sofrem com a espera inumana e desesperada em filas de hospitais do SUS. Muitos têm leitos fechados, ambulatórios sucateados, falta de medicamentos e de material hospitalar. Quem consegue, recorre aos convênios médicos e também encontra dificuldades. A maioria cobra mensalidades exorbitantes e discrimina o atendimento de doenças crônicas e graves, como AIDS e Câncer.

A explosão da epidemia da dengue, a maior já registrada nos últimos 50 anos, foi outro reflexo dessa política irresponsável. A doença atingiu, em 2002, 500 mil pessoas no Brasil. O ex-ministro da Saúde, José Serra, foi o responsável pelo crescimento da epidemia no País.

ANEXO A26**Mês de setembro: Ano1, nº 13, p. 3**

ANEXO A26 – Mês de setembro: Ano1, nº 13, p. 3

**Quarto dedo Trabalho
Desemprego atinge 1 em
cada 5 trabalhadores**

Quando assumiu o governo, em 1995, uma das principais promessas de FHC era gerar 7 milhões de empregos. Seu segundo mandato está chegando ao fim e o resultado virou um pesadelo: hoje temos 11,5 milhões de desempregados

no Brasil. E o candidato do governo, o senhor José Serra, tem a cara de pau de prometer 8 milhões em quatro anos. Se FHC não fez em oito anos, você acha, realmente, que ele fará em quatro?

Só para efeito de comparação, o total de desempregados no País é próximo ao número que havia nos Estados Unidos em 1929 — ano da quebra das bolsas norte-americanas — e também ultrapassa os habitantes da cidade de São Paulo, que é 10.405 milhões. Surpreso? Ainda tem mais. Só na região metropolitana de São Paulo o desemprego atinge 1 a cada 5 trabalhadores, e soma 1,8 milhão de pessoas. Conseguir um novo emprego está cada dia mais difícil: o tempo médio de procura é de 52 semanas, ou seja, 1 ano.

As principais razões que levaram o Brasil à atual situação são: a ausência de crescimento econômico, o processo acentuado de concentração de renda e a baixa taxa de escolarização da população. Principais reflexos da política econômica desse governo.

ANEXO A27

Mês de setembro: Ano1, nº 13, p. 4

ANEXO A27 – Mês de setembro: Ano1, nº 13, p. 4

Vamos juntos construir o Brasil que a gente quer

Está na hora de mudar e para melhor. Precisamos construir um novo Brasil que mantenha o controle da inflação, que priorize a abertura de mais e melhores empregos, salários, que respeite os direitos sociais e trabalhistas, invista no desenvolvimento de áreas sociais e produtivas, valorize os idosos, pagando uma aposentadoria justa, desenvolva reformas fundamentais para o crescimento do país, como a industrial e a agrária, dando prioridade à agricultura familiar, e que combata à criminalidade e à corrupção, com medidas combativas e eficientes.

Essas mudanças são possíveis se elegermos pessoas que sempre estiveram comprometidas com os trabalhadores e trabalhadoras, que constróem este País. Luís Inácio Lula da Silva, na presidência da República, José Genoino/Luiz Marinho, no governo de São Paulo, e os deputados e senadores do campo democrático popular são fortes exemplos, pois sempre defenderam os direitos da classe trabalhadora.

Ao contrário de FHC e tantos outros, Lula conheceu o chão de fábrica, a fila do ônibus, o aluguel e o salário que acabava bem antes do final do mês. Conheceu também a falta de estrutura do seu bairro, e o descaço das "autoridades", e ao indignar-se com isso e, juntamente, com outros companheiros iniciaram diversas mobilizações que, em pouco tempo, tomaram conta de todo o Brasil. Hoje, Lula é a voz do trabalhador. Sua coragem e, acima de tudo, atitude o tornaram um homem conhecido e respeitado interna-



cionalmente. Essa é a sua grande experiência: sentir na pele o que o povo vive no seu dia a dia. Isso nenhum outro candidato tem.

Elegê-lo, assim como o Genoino e os deputados e

senadores do campo democrático popular, signi- truir uma nação justa, igualitária e fraterna pa- sos filhos, irmãos, pais e amigos. Pense nisso r outubro e ajude a transformar este sonho em :

19 anos lutando em defesa dos trabalhadores

No último dia 28 de agosto, a CUT completou mais um aniversário: 19 anos de lutas e conquistas em defesa da classe trabalhadora. Foi mais um ano de realizações e, principalmente, de desafios. No decorrer desta trajetória, um dos momentos mais expressivos de Resistência e Luta aconteceu nos oito de governo FHC.

Além de denunciar à população e à grande imprensa os lados nefastos deste modelo político e econômico, principalmente as consequências sociais, a Central promoveu grandes campanhas de conscientização popular, organizando diversos atos e manifestações contra o Desemprego, Violência, pela Reposição das Perdas do FGTS e contra Retirada dos Direitos Trabalhistas assegurados pela



CLT. Em todo o Brasil, as ações organizadas pela CUT em conjunto com as suas Subsedes e Sindicatos filiados reuniram milhares de brasileiros, que juntos com a Central lutam por um Brasil decente.

VEJA COMO É FACIL VOTAR CORRETAMENTE NA URNA ELETRÔNICA

NO DIA DA VOTAÇÃO TENHA EM MÃOS O TÍTULO DE ELEITOR OU A CARTEIRA DE IDENTIDADE

<p>1º DIGITE O NÚMERO DO DEP. DO ESTADO</p> <p>65</p> <p>WAGNER CO</p>	<p>2º DIGITE O NÚMERO DO DEP. ESTADUAL</p> <p>13</p> <p>GENOINO</p>
<p>3º DIGITE O NÚMERO DO SEU SENADOR</p> <p>131</p> <p>MERCADANTE</p>	<p>4º DIGITE O NÚMERO DO SEU PREFEITO</p> <p>13</p> <p>LULA</p>

GUARDE ESTA COLA JUNTO AO TÍTULO DE ELEITOR

ANEXO A28**Mês de outubro: Ano1, nº 12, p. 3**

Descaso: maioria das promessas não saiu do papel

Geraldo Alckmin disse na propaganda do horário eleitoral gratuito que o seu governo tem "seriedade no uso do dinheiro público" e que tem "assumido o compromisso público de falar sempre a verdade". Ainda bem que mentira tem perna curta.

Veja, se essas afirmações fossem de fato verdadeiras por que então o Rodoanel — uma das principais vitrines da sua campanha, exibida em outdoors — apresenta graves indícios de irregularidades? Por que o Ministério Público condenou o seu governo a devolver aos cofres públicos a quantia de R\$ 4,1 bilhões por má aplicação de verbas na educação? E cadê o dinheiro arrecadado com a venda de várias empresas energéticas e bancos? Já pensou se ele colocasse a mão no fogo!?

Ao contrário do que diz, Alckmin nunca honrou e muito menos investiu os recursos públicos — dinheiro suado que sai do bolso de todos nós que pagamos impostos — na melhoria da qualidade de vida da população do Estado de São Paulo. Prova deste descaso foi o levantamento feito pelo Jornal Folha de São Paulo (gestão 1999/2000), publicado no dia 8 de setembro, que revela que grande parte das promessas ficou no papel. Destacamos essas áreas e outras irregularidades:

Medo de andar na rua

O PSDB prometeu a redução pela metade da criminalidade em São Paulo. Mas isso não aconteceu. Levantamento do Instituto Fernand Braudel, baseado em informações da Secretaria de Segurança Pública, aponta crescimento no Estado, sem considerar a capital, de 34,07% no coeficiente de furtos para cada 100 mil habitantes, 92,83% no de roubos, 64,31% no de roubo e furto de veículos e 12,7% no de homicídios dolosos, entre 1995 e 2001. Outro crime que bateu recorde foi o seqüestro. Nos últimos cinco anos, aumentou em pelo menos 2.125%.



Debaixo da ponte

Na habitação, a promessa era de construir 250 mil casas. Desde 99, foram entregues apenas 37.665 unidades. Outra denúncia envolve a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano). De acordo com uma investigação realizada pelo Ministério Público, mais de 76 contratos apresentam irregularidades em relação às Leis de Licitações e de Improbidade Administrativa. Além disso, o TCE (Tribunal de Contas do Estado) já rejeitou 143 contratos celebrados pela Companhia.

Reforma agrária longe do esperado

No governo tucano, mais famílias foram expulsas do campo do que assentadas. Da meta de 8.000 apenas 557 foram assentadas, sem convênio com o Inra.

Metrô

O programa de governo do PSDB prometia que São Paulo teria 134 quilômetros de metrô até o final deste ano. Mas foram entregues 49,3. Pior, as obras paradas apresentam irregularidades. Matéria da Folha de S. Paulo, publicada em setembro de 2001, constatou que dos 16 contratos para a construção de estações, pátios, vias e terminais, sete subiram de preço, cinco dos

quais em índices superiores ao limite legal. Esses fatos explicam as precariedades que os paulistanos encontram no dia a dia neste meio de transporte.

Rodoanel

Auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União apontou 37 indícios graves de irregularidades na obra. O contrato de construção do anel viário da região metropolitana sofreu aumentos de quase 70%, quando o permitido por lei são 25%, e custou aos cofres públicos, R\$ 237 milhões a mais do previsto. A obra foi incluída na lista dos 83 projetos com indícios graves de irregularidades que constam do Orçamento da União para 2003.

Assalto ao volante

Quando iniciou o governo, o PSDB encontrou 11 praças de pedágios em nossas rodovias, hoje o número subiu para 92. Se não bastasse esse aumento, o reajuste das tarifas foi um assalto. Em 1994, por eixo comercial e de passeio pagava-se R\$ 1,30. Hoje, os pedágios oscilam de R\$ 3,00 a R\$ 6,00, dependendo da estrada. Os aumentos foram exorbitantes, em compensação, o nosso salário ficou congelado. Mas o pior de tudo é que grande parte das estradas continua em péssimas condições.

Ensino reprovado

Pais de alunos da rede estadual de ensino têm pedido que seus filhos sejam reprovados. O motivo é o Ciclo de Progressão Continuada. Adotado em 1998, esse método permite que os alunos terminem os primeiros anos de estudo sem saber ler e escrever. Só há reprovação nos anos de final de ciclo (quarta e oitava séries). Esse modelo reforça que o governo não tem interesse em investir no aprendizado do aluno e muito menos na preparação dos professores. Agora, está explicado porque os filhos de Alckmin estudam em colégios particulares: ao invés de formar cidadãos, a rede estadual está, infelizmente, formando analfabetos funcionais.

ANEXO A29

Mês de dezembro: Ano1, nº 13, p. 2

ANEXO A29 – Mês de dezembro: Ano1, nº 13, p. 2

Vitória da democracia



Um dos momentos mais importantes e, ao mesmo tempo inesquecível, que marcou a história do movimento sindical cutista no ano de 2002 foi o dia 27 de outubro. Essa data consagrou a vitória, tão sonhada e esperada, do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República.

Lula foi eleito com mais de 53 milhões de votos – maior votação da história da República e considerada também a maior vitória da esquerda em todo o mundo.

Outro fato marcante foram as mobilizações e campanhas realizadas em todo o País que alertaram à população e aos meios de comunicação a ameaça do projeto de lei que altera o artigo 618 da CLT. Graças à nossa pressão, o regime de urgência foi retirado do Senado e os direitos dos trabalhadores foram preservados.

A vitória do Lula para nós é um orgulho muito grande, até porque ele foi um dos principais idealizadores dos princípios da CUT, com atuação destacada no surgimento do chamado novo sindicalismo. Sua vitória é reflexo da organização e empenho da militância e dos trabalhadores que realizaram uma luta incansável para concretizar este sonho. Foram centenas de caravanas, carreatas, caminhadas e comícios promovidos em todo o País, que espalharam a semente que venceu o medo: a esperança.

Nesta nova fase política, a CUT vive um momento muito especial. Com o Lula na presidência, a Central está sendo chamada a debater, opinar e a negociar questões de fundamental importância para garantir as mudanças necessárias para que o País possa voltar a crescer, gerar emprego, distribuir renda e melhorar as condições de vida e trabalho na sociedade brasileira.

Fato inédito. Já que no decorrer dos últimos 20 anos de governo neoliberal, as propostas apresentadas pela Central não atendiam aos interesses da elite.

Sabemos que o primeiro ano de governo será difícil tendo em vista a herança catastrófica do governo FHC, que deixou o Brasil numa grave crise social e econômica, com mais de 53 milhões de pobres e miseráveis que hoje “sobrevivem” com menos de um salário mínimo.

Por isso, os nossos desafios e responsabilidades serão bem maiores. É nesse contexto de tamanha complexidade, que devemos construir a unidade do movimento sindical, mas, essencialmente, a “unidade dos trabalhadores” para o debate das principais reformas apresentadas pelo governo eleito – entre elas a reforma sindical e trabalhista. Tais propostas exigem uma elaboração coletiva, articulada e amplamente discutida junto aos trabalhadores e ao conjunto da sociedade.

Acreditamos que a esperança novamente vencerá o medo dessas mudanças, que são profundas e exigirão muita mobilização e negociação. Estamos confiantes que no decorrer do governo Lula os princípios históricos da liberdade e a autonomia sindical se transformarão em realidade para a classe trabalhadora.

ANEXO B**Reportagens publicadas no Jornal CUT/SP no ano de 2003**

ANEXO B1**Mês de fevereiro: Ano 2, nº 14, p. 2**

Mulheres ampliam bancada no Congresso e na Assembléia

Nas eleições de 2002, as mulheres foram o grande destaque. Tivemos peso importante na hora do voto porque representamos a maioria da população do país — somos 86,2 milhões (51%).

O nosso voto — conquistado em 1932 — ajudou a eleger uma forte bancada feminina no Congresso Nacional, Senado e nas Assembléias Legislativas. De acordo com dados do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemca), foram eleitas 42 mulheres deputadas federais em todo o País (8,2% das 513 cadeiras do Congresso). Desse total, 25 (59,5%) são parlamentares em primeiro mandato.

O PT foi o partido que mais elegeu parlamentares, ampliando sua representação na Câmara dos Deputados de 5 eleitas, em 1998, para 14, em 2002. Destas 9 são oriundas do movimento sindical cutista (veja tabela nesta página).

Do total de 133 deputadas estaduais eleitas em todo o Brasil, 29 são do PT (10 delas com origem no sindicalismo cutista). Foram também eleitas 8 senadoras (6 do PT) que se somarão a outras duas em continuação de mandato até o ano de 2006.

Movimento cutista

A participação de novas parlamentares, em especial as do movi-

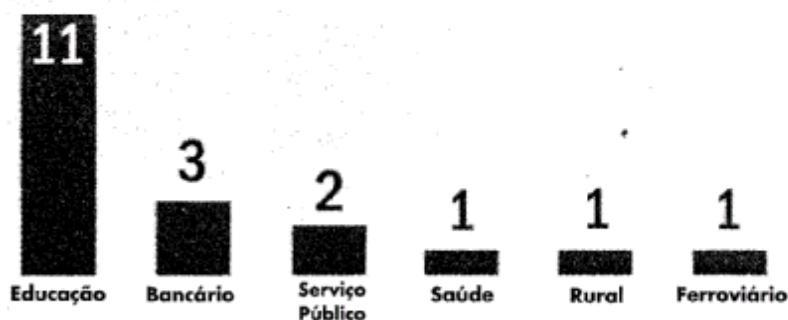
mento sindical cutista, é fruto da organização de todas as mulheres que sempre estiveram, desde o início da fundação da CUT, presentes nas principais lutas em defesa dos interesses e da representação feminina.

O grande desafio destas parlamentares é o de colocar na ordem do dia as preocupações e problemas das mulheres levantados pelas comissões Estaduais e Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT e pelos movimentos e organizações femininos. Também podemos participar através de fóruns de discussões, encaminhando sugestões/propostas para as nossas representantes.

Conquista

No governo Lula, as mulheres conquistaram importantes posições. Casos da ex-senadora Marina Silva que assumiu o Ministério do Meio Ambiente, da ex-Secretária Estadual de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, Dilma Rousseff atual ministra das Minas e Energia, da ex-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva hoje comandando o novo Ministério da Assistência Social e Promoção Social, e da ex-senadora Emília Fernandes, Secretária de Direitos da Mulher. Detalhe: Marina e Dilma são as primeiras mulheres a ocuparem estes postos.

Categorias das parlamentares oriundas do movimento sindical cutista



10 estaduais e 09 federais em todo o País*
Fonte: CUT/SP

ANEXO B2

Mês de fevereiro: Ano 2, nº 14, p. 3

Discriminação: não fique calada!

Mesmo com a crescente participação feminina em diversos setores da sociedade, a discriminação é ainda um dos mais graves problemas sociais enfrentados por milhares de trabalhadoras.

No Brasil, segundo último dado do IBGE de 2001, há 32,2 milhões de mulheres no mercado de trabalho. Em comparação à década de 80, as mulheres hoje estão recebendo um pouco mais em relação aos salários dos homens, ou seja, passaram de 54% para 65%. Mas esse valor é ainda injusto.

Pesquisa do IPEA, baseada em dados da última década, revela que a mão-de-obra feminina negra recebe 40% menos que os homens brancos. O levantamento também apontou que o salário dos negros pode ser até 20% menor que o dos homens brancos. Se o trabalho é igual, o salário também tem que ser!

Dê um basta na discriminação!

Podemos mudar essa situação, participando das discussões nos sindicatos. Por isso é importante ficar sócia dos sindicatos cutistas, que têm



Marcha Mundial das Mulheres, em 2000

um histórico de luta e de compromisso com os trabalhadores. Exigir a “Igualdade de Oportunidades” não é um sonho. Algumas categorias conseguiram, através de mobilizações, inserir este direito nos Contratos Coletivos de Trabalho, um exemplo são os bancários de São Paulo.

Para que este direito possa valer também para as diversas categorias é importante que todas nós ajudemos a construir ações e estratégias organizadas, que possam pressionar o patronato a incluir não apenas esse direito, como também outras melhorias.

ANEXO B3**Mês de julho: Ano 2, nº 14, p. 2**

ANEXO B3 – Mês de julho: Ano 2, nº 14, p. 2

Autonomia e independência frente às reformas



Em todas as lutas e mobilizações, a CUT sempre honrou, desde de sua fundação, como bandeiras os princípios da autonomia e independência em relação aos governos. Graças à sua credibilidade frente à opinião pública e à representatividade da classe trabalhadora, a CUT tornou-se a maior Central Sindical da América Latina.

Com Lula na presidência, esses princípios continuam inabaláveis, mas a nossa responsabilidade e desafios são maiores porque temos a oportunidade de concretizar as propostas de reformas (agrária, sindical, trabalhista, previdenciária, tributária, judiciária e outras) que apresentamos ao longo da nossa existência, e que em governos passados os trabalhadores não eram chamados para discutir esses temas de seu interesse.

Sabemos que esse sonho não se realizará sem que nós nos organizemos para isso. A implementação das reformas, somada ao crescimento econômico sustentável da economia, poderá reduzir a injusta distribuição de renda que concentra nas mãos de tão poucos mais da metade da riqueza produzida do País, inserir no mercado 41 milhões de trabalhadores sem registro em carteira, criar novos empregos e proporcionar melhores condições de trabalho e de cidadania para milhares de brasileiros.

Não podemos esquecer que no Estado de São Paulo a nossa resistência e luta serão mais firmes porque continuaremos combatendo e denunciando a política neoliberal do tucano Geraldo Alckmin.

Tais metas não serão fáceis, mas temos condições de alcançá-las se conseguirmos implantar as nossas propostas, construindo um Contrato Coletivo de Trabalho Nacional que respeite e amplie direitos, vencendo todo e qualquer tipo de corporativismo, e trabalhando para implantar a autonomia e liberdade sindical em sua totalidade. Por isso, temos que aproveitar os espaços de diálogo e de negociação com o governo.

Através desses desafios, conseguiremos atender as demandas das diversas categorias e, mais do que isto, criaremos condições para desenvolver uma intervenção de classe capaz de modificar relações sociais e promover avanços e conquistas importantes que busquem construir propostas que interessem aos trabalhadores.

10º CECUT aprova plano estratégico de atuação

Eleita em 26 de abril no 10º CECUT (Congresso Estadual da CUT/SP), para o triênio 2003/2006, a nova Direção Estadual definiu principais estratégias de luta e ações políticas que visam fortalecer o projeto organizacional das 17 Subsedes e capital, que representam 306 sindicatos filiados, e com isso a luta pela garantia e melhoria nas condições de vida e trabalho da população do campo e da cidade do Estado de São Paulo.

A reforma sindical e trabalhista é um dos principais tópicos, que tem como metas: a liberdade e autonomia sindical, a construção de um Sistema Democrático nas Relações de Trabalho e o fim do imposto e unicidade sindicais. "Recentemente, realizamos um Seminário que reuniu 400 dirigentes de todo o Estado e contou com membros do governo e especialistas. Queremos pulverizar o debate, buscando construir consensos sob a ótica cívica", comenta o Secretário Estadual de Formação, Hildo Soares de Souza.

Hildo disse que a Rede de Formação dará uma contribuição no enfrentamento das ações patronais, ajudando na elaboração de subsídios para implementação das políticas da CUT no Estado e capacitação de novos dirigentes. A Rede também estimulará o debate sobre auto-sustentação e a necessidade da organização sindical nos locais de trabalho.

Outra ação é proporcionar a maior intervenção dos dirigentes nas discussões referentes às políticas públicas. A Central aprovou a execução de políticas consistentes nas áreas de educação, saúde, seguridade social, igualdade de oportunidades, saneamento, meio ambiente, etc, que são os caminhos para se reverter o quadro de exclusão e miséria social que tem assolado o País. A juventude também está em pauta, algumas das iniciativas são formular ações para que os jovens ingressem no 1º Emprego e 1ª Terra, buscando aproximá-lo do movimento sindical, e investir na forma-

ção educacional, promovendo eventos temáticos sobre juventude.

Campanha Salarial

O Secretário de Política Sindical, Flávio de Souza Gomes, ressalta que as campanhas salariais do 2º semestre de 2003 aprofundarão o tema das políticas públicas e envolverão as reivindicações dos setores público e privado. "Agora em julho vamos formar uma Comissão em conjunto com a Secretaria de Formação para que possamos qualificar o debate sindical na elaboração de propostas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2004/2006".

Ele enfatizou a importância de construir um processo concreto de contratação coletiva na "Cadeia Produtiva Agrícola Industrial e Financeira" na perspectiva de ampliar os espaços de negociação e criar novos paradigmas na relação capital e trabalho. Essa é uma alternativa que visa romper com o corporativismo entre as categorias, e com isso, ampliar a solidariedade para fortalecer as lutas sindicais.

Comunicação e Deficientes físicos

A comunicação é outra "arma" que será amplamente trabalhada. Para isso, foi criado o Coletivo de Política de Comunicação da CUT/SP. "Através da sensibilização dos dirigentes desenvolveremos ações que darão visibilidade às nossas propostas, desta forma faremos um contraponto com o monopólio da mídia", enfatiza a Secretária de Imprensa, Lucineia Paes Lima.

A defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência física também ganhou espaço merecido. A CUT/SP aprovou a formação de uma Comissão que discutirá a qualidade de vida cobrándo do governo o cumprimento das leis de cotas no trabalho e mais espaço na área de educação e saúde.

ANEXO B4**Mês de dezembro: Ano 1, nº 1, p. 5 a 7**

ANEXO B4 – Mês de dezembro: Ano 1, nº 1, p. 5 a 7

Edilson de Paula Oliveira

avancos em 2003, mais lutas em 2004

Viviane Barbosa



Edilson de Paula Oliveira, o Presidente da CUT/SP, nasceu em Tocantis, Minas Gerais, 1964, mas é paulista de coração. Ingressou no movimento sindical em São Paulo, em 1985, quando liderou uma greve de 13 dias na empresa Interplastic S/A Indústria e

Comércio. Era o início de uma trajetória de lutas sociais e defesa pelos direitos dos trabalhadores que se estende até hoje. Fruto desse empenho foi, por exemplo, a unificação do ramo químico:

Edilson foi um dos fundadores e Presidente da Confederação Nacional dos Químicos (CNQ-CUT) em 1992. Agora, à frente da CUT/SP, ele pretende implementar suas metas, beneficiando o conjunto dos trabalhadores, sindicatos filiados e subsedes.

Na entrevista à Revista CUT/SP, o Presidente faz um balanço da atuação da Central nos primeiros nove meses de mandato, comenta as perspectivas do governo Lula, critica o governo de Geraldo Alckmin e fala sobre os desafios da CUT/SP para o ano de 2004.

Revista CUT/SP – Como foi a atuação da CUT/SP nestes 9 meses de mandato?

Edilson de Paula Oliveira – O maior desafio da CUT/SP no primeiro ano foi entender a mudança de comportamento político do Brasil. Saímos de uma política neoliberal e caminhamos na direção de um novo projeto, que pede novas respostas políticas. Um ponto positivo foi o engajamento da direção da CUT/SP nos atos em defesa das nossas propostas sobre a previdência e na organização de seminários e plenárias com as subsedes e sindicatos. Isso foi fundamental para reafirmar as nossas posições políticas junto aos trabalhadores, governos e à sociedade.

R CUT/SP – E a proposta do Conselho Político?

Edilson – Faremos um debate em fevereiro de 2004. A idéia é que o Conselho Político fortaleça o sindicato dentro da Central e encaminhe de forma rápida as bandeiras políticas da CUT/SP junto à sua base. O conselho vai propiciar uma integração maior entre a direção da CUT/SP, as 17 subsedes e os sindicatos.

R CUT/SP – Qual a sua avaliação sobre as campanhas salariais unificadas?

Edilson – Incentivamos a discussão sobre as campanhas salariais unificadas dos setores público e privado. No primeiro semestre, o resultado das 30 categorias em campanha foi negativo devido à herança econômica deixada pelo governo passado. Grande parte fechou abaixo do índice de reposição e teve o pagamento dos reajustes parcelado. No segundo semestre, os efeitos da política econômica do governo Lula já foram notados. A maioria das 38 categorias repôs a inflação – a exemplo dos químicos, metalúrgicos e petroleiros – e conseguiu avanços significativos em cláusulas sociais.

R CUT/SP – Em que pontos a CUT/SP precisa avançar?

Edilson – Temos que fazer uma integração com os

ramos. É preciso continuar rompendo com o corporativismo que ainda existe na Central. A CUT/SP deve se aproximar cada vez mais da realidade dos seus sindicatos. Para isso, iniciamos debate com o setor público e privado, visando estreitar as demandas dos ramos com as da Central. No futuro, o processo de unificação dos sindicatos vai fortalecer a sua estrutura e otimizar as ações sindicais. Outro grande desafio é aproximar ainda mais a CUT da sociedade. O acordo da CUT com alguns bancos para conceder empréstimo com desconto em folha, além de ser um excelente acordo, é um grande exemplo da importância da CUT para a população.

R CUT/SP – Qual é a sua avaliação sobre a reforma da previdência?

Edilson – A reforma poderia ter ficado pior, só não ficou porque a CUT foi muito firme nas suas posições. A aprovação da intenção de inclusão de 40 milhões de trabalhadores que hoje não têm previdência pública e a fixação de teto para as aposentadorias milionárias são alguns aspectos positivos na reforma. Mas é claro que não concordamos, por exemplo, com o aumento da idade do servidor público e com a ta-



xação dos inativos e pensionistas. Vamos continuar lutando para que as injustiças sejam corrigidas.

R CUT/SP – Como está a campanha pela redução da Tabela do Imposto de Renda?

Edilson – Lançamos a campanha É muito Imposto pra Pouca Renda, na edição de novembro do nosso jornal. A idéia é chamar a atenção sobre o absurdo do congelamento da tabela do imposto de renda da pessoa física, que tem prejudicado os que ganham menos. A tabela teria que ser corrigida no mínimo em 54%. Nossos sindicatos estão mobilizando suas bases para pressionar o governo. Caso contrário, teremos que reivindicar reajuste salarial.

R CUT/SP – E as reformas sindical e trabalhista?

Edilson – Acertamos em iniciar o de-



bate sobre a reforma sindical. No Brasil, os empresários não têm cultura de negociar na perspectiva da melhoria das condições de trabalho, mas apenas na linha da precarização. Precisamos fortalecer a organização no local de trabalho, o que é um grande desafio. Temos que encontrar uma maneira de acabar com o imposto sindical sem quebrar com os verdadeiros sindicatos. Uma proposta, nesse sentido, é a criação de um período de transição, para que as entidades se ajustem à nova realidade.

R CUT/SP – Quais propostas a CUT/SP defende na reforma sindical?

Edilson – Ao invés do imposto sindical, defendemos que os sindicatos sobrevivam com a contribuição dos seus associados e que, em assembleia da categoria, definam uma taxa negocial no período da campanha salarial. O poder dos sindicatos, em muitos casos, é inexistente e quando ocorre a negociação, ela se resume ao tema do reajuste salarial. Queremos que esteja explícito no texto da reforma que os trabalhadores podem se organizar livremente nos locais de trabalho e que não sofram perseguições, porque esse é um direito legítimo.

R CUT/SP – Como a reforma trabalhista pode gerar mais empregos?

Edilson – A reforma precisa preservar direitos e melhorar as condições de trabalho. Além disso, pode contribuir com a geração de emprego e de renda, reduzindo a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem



“A reforma da Previdência poderia ter ficado pior. Só não ficou porque a CUT foi muito firme nas suas posições.”



“Ao contrário dos empresários que discordam da redução de jornada, a nossa proposta pode gerar até 1,6 milhão novos postos de trabalho.”

diminuição dos salários. Ao contrário dos empresários que discordam da redução de jornada, a nossa proposta pode gerar até 1,6 milhão de novos postos de trabalho. O setor produtivo tem que fazer esse debate.

R CUT/SP – Como é a idéia de criar um código para evitar demissões?

Edilson – Temos que pensar formas de evitar a demissão pura e simples. Por exemplo, criar um Código de Responsabilidade Social que estipule regras, para que as empresas não possam demitir quando quiserem. As empresas devem se empenhar em buscar soluções, levando em consideração o trabalhador que, muitas vezes, perdeu sua saúde no trabalho para que a empresa aumentasse seus lucros e se reestruturasse. A experiência dos trabalhadores na Volkswagen pode apontar um caminho e nossos sindicatos e subseções devem aprofundar esse debate. Além disso, a CUT defende que o governo brasileiro ratifique a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que proíbe a dispensa imotivada.

R CUT/SP – Como você avalia o primeiro ano do governo Lula?

Edilson – Não dá para fazer em um ano todas as mudanças que o Brasil precisa. Mas temos críticas: o governo deveria ter dialogado mais com as centrais sobre questões como a reforma da previdência. Também não deveria ter renovado o acordo com o FMI, mas sim apostado no desenvolvimento do mercado interno, através de in-

vestimentos no setor produtivo e em políticas sociais.

R CUT/SP – O desemprego continua alto e a renda caiu. O remédio do governo não foi amargo demais?

Edilson – O remédio foi amargo, mas o Presidente Lula não chegou ao poder através de um processo revolucionário e, por isso, não houve uma ruptura brusca com o modelo anterior. No entanto, a condução econômica melhorou e a taxa Selic, por exemplo, já teve uma queda expressiva, para 17,6% ao ano. Mas é preciso reduzir mais, e vamos pressionar para que isso aconteça. O governo Lula precisa dar certo. Um eventual fracasso poderia abrir as portas para um governo de extrema direita, com um discurso de repressão aos movimentos sociais e sindicais.

R CUT/SP – Como estão as negociações com o governo Alckmin?

Edilson – Depois de várias solicitações, pela primeira vez, em junho, a CUT teve uma audiência com o Governador Geraldo Alckmin. Na ocasião, apresentamos propostas para a geração de empregos e renda, investimento em infra-estrutura, transporte público, produção rural, habitação popular, planos de carreira para o funcionalismo público e outras. O diálogo não avançou, mas continuamos abertos a novas conversações.

R CUT/SP – Por que o diálogo não avançou?

Edilson – Devido às ações desastrosas

e inoperantes do governo tucano. Por exemplo, não existe uma política para a FEBEM (Fundação de Bem-Estar Social), que está diariamente no noticiário policial. O governo Alckmin não têm investido na segurança e educação dos jovens. É um equívoco a proposta de redução da idade penal para 16 anos. Isso não resolverá o problema da violência. Existe também a ameaça de privatização da Sabesp. Em geral, as ações do governo do PSDB têm causado precariedades no serviço público e aumento do custo de vida.

R CUT/SP – Quais ações serão realizadas pela CUT/SP em 2004?

Edilson – Vamos entrar em 2004 com bastante otimismo e garra. Em abril, organizaremos várias atividades culturais e educativas em bairros carentes do Estado. Essas ações farão parte do projeto CUT-Cidadão, que antecederão a celebração do dia 1º de Maio. Nossas principais bandeiras serão em defesa de mais e melhores empregos e do aumento da renda das famílias, entre outras. 2004 será um ano promissor para as ações políticas da CUT/SP.

R CUT/SP – Como a CUT/SP vai atuar nas eleições municipais?

Edilson – Participando com sua militância, fortalecendo a democracia e debatendo com a sociedade e com a classe política suas propostas para a construção de um nação melhor, justa, fraterna e solidária. Aproveito para desejar a todos um feliz 2004, de muitas conquistas e vitórias. ■

ANEXO B5

Mês de dezembro: Ano 1, nº 1, p. 10

ANEXO B5 – Mês de dezembro: Ano 1, nº 1, p. 10**Febem (Ribeirão Preto)**

A luta dos trabalhadores da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) contou com a solidariedade da sub-sede de Ribeirão Preto. Em novembro, os trabalhadores de sete unidades daquela região paralisaram os trabalhos em protesto ao descaso do governo estadual que não tem adotado medidas que invistam na melhoria da segurança e educação dos jovens. Os funcionários vêm sofrendo perseguições e os internos têm-se submetido a péssimas condições de alojamento.

ANEXO B6

Mês de dezembro: Ano 1, nº 1, p. 24

ANEXO B6 – Mês de dezembro: Ano 1, nº 1, p. 24

O governo federal quer mudar a legislação sindical e trabalhista do Brasil. Por suas origens no movimento operário, Lula e o PT sabem o quanto é importante para os trabalhadores contar com regras que tornem as relações de poder entre o capital e o trabalho mais equilibradas.

A criação do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) pelo Ministério do Trabalho e Emprego partiu desse reconhecimento. Seu objetivo é articular propostas envolvendo trabalhadores, empresários e poderes públicos, propostas essas que ganharão a forma de projetos a serem examinados pelo Congresso Nacional.

A CUT defende no Fórum Nacional do Trabalho uma reforma que amplie direitos, que valorize o trabalho e que fortaleça as entidades sindicais, garantindo principalmente a organização nos locais de trabalho.

O grande desafio da entidade é envolver os trabalhadores no debate sobre as reformas sindical e trabalhista. O assunto não só precisa ser melhor debatido nos sindicatos, dada a grande renovação de quadros ocorrida nos últimos anos, como precisa ser levado às bases. Vídeos, jornais e eventos já estão sendo preparados pela CUT para esclarecer e mobilizar os trabalhadores. Fique por dentro do que está em jogo com a reforma sindical e trabalhista. É o seu interesse que está em jogo. ■

ANEXO C**Reportagens publicadas no Jornal CUT/SP no ano de 2004**

ANEXO C1

Mês de fevereiro/março: ano 4, nº 17, p.2

ANEXO C1 – Mês de fevereiro/março: ano 4, nº 17, p.2

Alckmin veta lei

Mais uma prova da falta de respeito com os trabalhadores foi o veto do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, (PSDB) ao projeto de lei, de autoria do deputado estadual Antonio Mentor (PT), que condenava o assédio moral no local de trabalho. O PL foi vetado em 2002. Essa atitude contribui para prejudicar a saúde dos trabalhadores e manter práticas abusivas, desumanas e sem ética no local de trabalho. Escreva para o governador exigindo que a lei seja aprovada, já que constitui uma das ferramentas no combate à violência moral no trabalho. **E-mail: galckmin@sp.gov.br**

ANEXO C2**Mês de março: Ano 1, nº 2, p. 18 a 20**

ANEXO C2 – Mês de março: Ano 1, nº 2, p. 18 a 20

os lances da reforma sindical

Quando você estiver lendo este texto, o segundo tempo do jogo da reforma sindical já deverá estar rolando no Congresso Nacional. No momento em que foi escrito, o primeiro tempo ainda não havia acabado e havia fortes sinais de que o gol sairia a qualquer instante. Só não se sabia para que lado.

Carlos Carolino

A bola do jogo atende pelo nome de organização no local de trabalho.

Ela é o alicerce de um amplo edifício arquitetado pelos representantes dos trabalhadores que deverá ser erguido depois da implosão do carcomido modelo sindical vigente. A atuação de representantes sindicais no local de trabalho fortalece a negociação entre trabalhadores e empresa e é um elo fundamental na construção de um processo de negociação coletiva de alcance nacional. É também a contrapartida para a flexibilização da legislação trabalhista desejada pelos empresários. Com uma organização sindical forte e representativa, a proteção e a defesa dos interesses dos trabalhadores deixa de ser feita primordialmente "de fora", isto é, via legislação trabalhista, para ser exercida pelos próprios trabalhadores.

Ainda no mês de março, governo, trabalhadores e empresários buscavam uma saída negociada. "Para o governo é muito importante que a proposta chegue ao Congresso Nacional com o maior consenso possível", afirmava Osvaldo Bargas, Coordenador do Fórum Nacional do Trabalho. O cálculo era que, quanto maior o consenso, mais rápida e fácil seria a aprovação da reforma no Legislativo. Qualquer que tenha sido o resultado, vale a pena conhecer como as propostas sobre organização no local de trabalho evoluíram dentro do Fórum.

Duas ou uma? – A proposta original apresentada pelos trabalhadores previa duas formas de representação – uma sindical, na qual trabalhadores sindicalizados elegeriam representantes, eles também sócios do sindicato, e outra geral, na qual po-

deriam votar e ser eleitos todos os trabalhadores, sindicalizados ou não. A distinção tinha um propósito: os representantes sindicais seriam responsáveis por questões de natureza sindical – cumprimento de acordos, respeito à legislação, etc.; os representantes gerais, por sua vez, discutiriam a gestão da empresa, novas tecnologia e outras questões de caráter amplo.

Esse modelo existe em vários países e funciona perfeitamente, mas o governo e os empregadores alegaram que seria muito difícil implantar essas duas formas de representação no Brasil. A negociação que se seguiu resultou no acordo de que haveria uma única representação. O "nó": qual delas?

"Os empregadores queriam a represen-

aposta no avanço

O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, José Lopez Feijóo, está acompanhando de perto o debate sobre as reformas sindical e trabalhista. Na entrevista a seguir, ele fala sobre as conquistas que esse processo deverá trazer para os trabalhadores e os pontos que ainda estão em disputa.



Romual Arcofólio

CUT/SP – Que expectativas você tem em relação à reforma sindical?

FEIJÓO – Eu tenho claro que não vamos ter a reforma ideal. A reforma ideal seria a Convenção 87 da OIT e as garantias sindicais necessárias para que os trabalhadores estruturassem seus sindicatos com direito de se organizarem dentro do local de trabalho. Ocorre que não há como sair de um modelo que existe há 60 anos e cair em outro que modifique radicalmente tudo o que havia até então. O debate no Fórum Nacional do Trabalho visa construir um modelo negociado. Ele introduz elementos de um modelo democrático – como direito de representação a partir do local de trabalho, liberdade de organização e obrigação de representatividade –, que é muito superior ao que nós temos hoje. É um passo para se chegar, no futuro, à autonomia sindical plena.

CUT/SP – Quanto você estima que irá se avançar na reforma sindical?

FEIJÓO – Numa escala de zero a 100, será possível conseguir um avanço

tação geral”, relata Artur Henrique Santos, Secretário Nacional de Organização da CUT e Coordenador da Bancada de Trabalhadores no Fórum. “Nós respondemos que uma reforma sem representação sindical não tinha o menor sentido.” Houve uma contraproposta dos empregadores: representação de todos os trabalhadores, com todos votando em chapas formadas seja pelos sindicatos, seja por independentes, e com a eleição de membros de forma proporcional ao número de votos, ficando a coordenação de todo o processo sob a responsabilidade dos sindicatos. Os representantes dos trabalhadores não aceitaram: a comissão proposta não era uma comissão sindical.

Propostas e medos – Outro ponto em aberto: todas as empresas deverão ter representantes? Os empresários apresentaram a proposta de eleger repre-

sentantes apenas nas empresas com mais de 200 trabalhadores. Os trabalhadores rejeitaram. “Hoje, no Brasil, nós temos 2.173 milhões empresas, segundo dados da RAIS”, afirma Artur. “Desse total, as que têm mais de 200 trabalhadores são pouco mais de 3 mil. Ou seja: um número muito grande de empresas ficaria sem representação no local de trabalho.” Artur enfatiza que os trabalhadores

de atividade, em caráter nacional e às vezes requerendo negociações internacionais, como já ocorreu aqui no ABC. Do contrário o trabalhador fica refém das disparidades regionais. Isso torna necessário um outro padrão de negociação, o que por sua vez exige um outro padrão de sindicato. A representatividade é essencial para que se possa negociar dentro de um patamar mais amplo, que alcance todo o ramo de atividade.

CUT/SP – Como vai funcionar a questão da representatividade?
FEIJÓO – Para representar uma categoria e negociar em seu nome, a entidade precisará de um percentual mínimo de associados em relação à categoria. Em si mesmo, isso já é um tremendo avanço, mas essa mudança tem outros desdobramentos muito importantes.

CUT/SP – Que conseqüências são essas?
FEIJÓO – Hoje são raros os setores econômicos concentrados em uma única região. Para ser eficaz, a negociação precisa abranger a totalidade daquele ramo



Artur Henrique: trabalhadores precisam pressionar o Congresso pelas reformas.

de atividade, em caráter nacional e às vezes requerendo negociações internacionais, como já ocorreu aqui no ABC. Do contrário o trabalhador fica refém das disparidades regionais. Isso torna necessário um outro padrão de negociação, o que por sua vez exige um outro padrão de sindicato. A representatividade é essencial para que se possa negociar dentro de um patamar mais amplo, que alcance todo o ramo de atividade.

CUT/SP – Como isso vai acontecer?

FEIJÓO – O caráter nacional das representações é um objetivo que nós sempre perseguimos. O que propomos é um contrato coletivo nacional articulado, no qual as centrais negociam um contrato mínimo; depois as federações e confederações, no seu âmbito, negociam contratos mínimos, e esses contratos vão se articulando e descendo até o nível da menor empresa.

CUT/SP – Como isso vai acontecer?

FEIJÓO – O caráter nacional das representações é um objetivo que nós sempre perseguimos. O que propomos é um contrato coletivo nacional articulado, no qual as centrais negociam um contrato mínimo; depois as federações e confederações, no seu âmbito, negociam contratos mínimos, e esses contratos vão se articulando e descendo até o nível da menor empresa.

CUT/SP – Muda o perfil dos sindicatos?

FEIJÓO – Sim porque você não tem como resolver as questões das cadeias

sempre estiveram abertos a negociar, mas sem abrir mão do fundamental. “Se os empresários afirmam que nas empresas até 100 trabalhadores não há cultura de negociação, nós dizemos, tudo bem. Vamos fazer uma transição: começamos nas grandes empresas, daqui a um ano implementamos nas médias e daqui a dois anos nas pequenas. Mas é preciso vencer os medos.”

Um deles é o de que a presença de representantes no local de trabalho vai resultar em greves. “Greve nós já fazemos hoje”, diz Artur. “Os empresários precisam perceber é que o mundo do trabalho está se transformando e o sindicato precisa estar presente no local de trabalho, até para encontrar soluções. Mas, para isso, precisa ter garantias”.

“Independentemente de um acordo no Fórum, a CUT não pode abrir mão de mobilizar os trabalhadores e pressionar o Congresso pelas reformas”, afirma. ■

produtivas e dos trabalhadores inseridos nessas cadeias produtivas, com um sindicato isolado localmente. Hoje não há nada na economia que não esteja, de uma forma ou de outra, ligada a uma cadeia produtiva. Até o camelô na ilegalidade está ligado a uma enorme cadeia produtiva, que descarrega os seus produtos na rua. A agricultura familiar também está ligada a uma enorme cadeia produtiva – e aliás eles estão se organizando maravilhosamente bem. A figura do sujeito isolado, no seu sítiozinho, não existe na economia moderna.

CUT/SP – Há empregadores que defendem a existência de sindicato por empresa, no modelo japonês...

FEIJÓO – Não tem sentido. Na verdade o sindicato por empresa só tem sentido, na visão patronal, se ele puder controlá-lo. Que é o que eles querem. Se eles controlam o sindicato, todos negociam nas piores condições e está tudo certo. Só que esse tipo de sindicato não sobrevive. A não ser sob um regime de brutal repressão, que foi o que aconteceu na ►►

► história do sindicalismo japonês. O trabalhador precisa de um sindicato capaz de representá-lo, mas a representação só é completa quando se enxerga a cadeia produtiva. Quando a indústria automobilística se concentrava no ABC, tudo bem que o sindicato fosse municipal, porque ele negociava tudo. Hoje, ela não está mais restrita ao ABC; está presente em sete estados e tem ramificações internacionais. Isso exige sindicatos de caráter nacional, com fortíssimas relações internacionais, o que o atual modelo não permite.

CUT/SP – Como você vê a questão da representação no local de trabalho?

FEIJÓO – As grandes empresas tentam utilizar a desculpa das pequenas para não fazer determinadas concessões. E as pequenas, por sua vez, fazem algo similar—isso dá para a grande, não dá para mim. Eu não vejo problemas para as empresas. A representação vai tornar possível a negociação de condições diferenciadas, para não submeter uma pequena empresa às mesmas condições de uma grande. Além disso, um trabalhador que representa os demais pode evitar um enorme passivo trabalhista, que se acumula por uma série de problemas não resolvidos, como a não observação de um acordo ou de uma norma.

CUT/SP – Há algum consenso nessa questão?

FEIJÓO – A representação no local de trabalho é, na verdade, o ponto mais difícil da negociação no Fórum. A banca-patronal já aceitou o conceito. Onde é que está “pegando”? Nós queremos que a representação tenha caráter sindical, enquanto que eles querem que tenha caráter geral. Temos que achar uma saída para isso.

CUT/SP – E quanto à Reforma Trabalhista?

FEIJÓO – Para os empresários o ideal seria manter um modelo sindical não representativo e uma enorme flexibilidade na legislação trabalhista. Nenhuma lei e nenhuma proteção sindical. Eu te-

no dito o seguinte: tirem o cavalinho da chuva! Hoje o que nós temos é um movimento sindical fraco, com raras exceções, e muita lei. E daí um judiciário enorme, porque tendo muita lei, tem que ter mais sindicato, isto é, sindicatos mais fortes, mais representativos, com maior capacidade de negociação. Aí é possível discutir um conjunto de leis que você não mexe – como férias, jornada máxima, licença-maternidade, fundo de garantia por tempo de serviço e outros – e os que você pode negociar.

“O modelo atual tem essa enorme quantidade de leis, exatamente porque tenta fazer a proteção do trabalhador pela via legal e não pela via da representação. Se você quer menos lei, você tem que ter mais representação.”

CUT/SP – Como fica a revisão da CLT?

FEIJÓO – Se você pegar a nossa convenção coletiva é um documento volumoso. Tem muita coisa ali que a gente põe, porque está prevista na lei, mas que não precisaria por. Por outro lado, tem muita coisa que poderia estar na convenção e que não precisaria estar na lei. Essas novecentas e tantas leis que existem na CLT, será que elas são mesmo necessárias? Será que um conjunto de 50, 100 leis não dá conta daquilo que seria a proteção mínima, já que o restante vai para a negociação? É possível fazer uma reforma trabalhista que modernize as relações de trabalho? É. Desde que haja uma reforma sindical.

CUT/SP – A Espanha passou por um processo de flexibilização nas relações

de trabalho que acabou sendo revisto. Como esse tipo de proposta está sendo visto no Brasil?

FEIJÓO – Na Espanha houve um processo de precarização absurda do trabalho. Havia também um conjunto de regramentos enormes. Como se reformalizou a mão-de-obra? Negociação. As centrais sindicais sentaram com os sindicatos patronais e fizeram um grande acordo. Porque os empresários perceberam que a precarização levava a um descompromisso com a empresa, com a qualidade do produto, o que tinha reflexos na competitividade. Por outro lado, o movimento sindical também sentiu que precisava negociar para chegar a um ponto aceitável. Foi um processo pactuado.

CUT/SP – Você vê alguma similaridade com o Brasil?

FEIJÓO – Até certo ponto, sim. A diferença é que a Espanha sofreu esse processo de precarização em um momento de crescimento econômico, bancado pela Comunidade Europeia. No Brasil nós temos um processo de precarização, cujo maior aliado é a ausência de crescimento econômico. Há um discurso equivocado de que o país não cresce porque o custo Brasil é alto. Conversa. O custo Brasil da mão-de-obra é baixo, mesmo quando se soma todos os encargos sociais. É mais baixo que a maioria dos países do mundo. A questão é que o modelo é ineficiente. É incapaz de pactuar.

CUT/SP – Como as empresas estão se posicionando diante dessas propostas?

FEIJÓO – Você tem uma área patronal mais moderna, que aceita o debate, e uma área mais atrasada, pouco permeável à mudança. Alguns simplesmente não querem nenhuma mudança. Quem quer a manutenção do modelo atual são aqueles que se beneficiam dele. Uma renca de advogados trabalhistas, juizes e uma enorme quantidade de picaretas do movimento sindical que vive disso. O lado mais moderno do empresariado não apóia isso. No total, acho que há uma propensão à mudança. ■

ANEXO C3**Mês de agosto: Ano 4, nº 17, p. 1**

ANEXO C3 – Mês de agosto: Ano 4, nº 17, p. 1**Congresso Nacional**

A Campanha visa recolher 1 milhão de assinaturas até a primeira quinzena de agosto de 2004, que serão entregues ao Congresso Nacional, como forma de pressionar a tramitação, em caráter emergencial, da Proposta de Emenda Constitucional 393/01, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e do deputado federal Inácio Arruda (PC do B - CE), que prevê a redução da jornada de trabalho sem redução do salário.

ANEXO C4

Mês de agosto: Ano 4, nº 17, p. 2

ANEXO C4 – Mês de agosto: Ano 4, nº 17, p. 2.

Giro pelas categorias

Pacote de Alckmin é tímido e autoritário

O pacote de aumento salarial anunciado, no último dia 5 de julho, pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) é tímido e não resolverá a situação do funcionalismo público estadual, segundo nota divulgada pela Direção da CUT/SP. A Central disse que o governo foi "autoritário" porque não respeitou sua reivindicação, pleiteada há mais de 1 ano, de instalar uma mesa permanente de negociação entre as categorias, a Central e o próprio governo.

De acordo com o novo pacote, que somente entrará em vigor em setembro, os reajustes serão de 5% para os professores da rede estadual de ensino; 10% para os professores, funcionários das Fatecs e escolas técnicas e 6% para a segurança. No caso da saúde, o reajuste será de 29% sobre a Gratificação Especial de Atividade (GEA), sendo que desse valor 14,5 % incidirá sobre o total dos vencimentos. Outra

alteração foi o aumento do piso do funcionalismo: de R\$ 400 foi para R\$ 470,00, ou seja, não corresponde nem a dois salários



Campanha da CUT/SP mostra a cara de Alckmin

mínimos. Ainda de acordo com o pacote, ficaram de fora dos aumentos a Febem, o Judiciário

e as Universidades estaduais (USP, Unicamp e Unesp).

Na avaliação da CUT/SP, esses reajustes não cobrem sequer a defasagem da inflação do período das categorias cutistas, cuja maioria está há 8 anos sem reajuste salarial, que gira em média de 24,98% a 72,22%.

A entidade frisou ainda que o governo estadual tem condições financeiras de melhorar os reajustes. Alguns fatores são o aumento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no 1º quadrimestre de 2004 e a avaliação otimista do crescimento do PIB do Estado de 3,8% neste ano. "Alckmin deve ousar e conceder um reajuste salarial decente para o segmento do funcionalismo público estadual, que é responsável pelos atendimentos essenciais prestados à população", finaliza a nota da CUT/SP.

ANEXO C5**Mês de agosto: Ano 4, nº 17, p. 3**

ANEXO C5 – Mês de agosto: Ano 4, nº 17, p. 3

Impasse e Congresso

Essas mudanças são resultados de consensos debatidos entre as centrais sindicais, entre elas a CUT, o governo e os empresários, que compõem o Fórum Nacional do Trabalho. A maioria das propostas faz parte do Sistema Democrático de Relações de Trabalho, defendido pela CUT desde 1995.

Um dos principais impasses da reforma é a resistência dos patrões em reconhecer as Organizações nos Locais de Trabalho (OLTs). Mas, independente da sua posição, o governo colocou essa proposta no texto da reforma, que agora caminha para fase de elaboração de projeto de lei, que será apresentado ao Congresso Nacional, em agosto, podendo sofrer alterações. A CUT mobilizará os trabalhadores para manter as principais conquistas.

(Leia mais na pág.04)